



# **TURISMO EM TEMPOS DE COVID-19**

Ensaio sobre casos na Argentina, Brasil, Moçambique e Portugal

**Rita de Cássia Ariza da Cruz / Simone Affonso da Silva /  
Sara Pugliesi Larrabure / Carolina Todesco /  
Hugo Rogério Hage Serra / José Júlio Júnior Guambe  
(Orgs.)**

**Rita de Cássia Ariza da Cruz  
Simone Affonso da Silva  
Sara Pugliesi Larrabure  
Carolina Todesco  
Hugo Rogério Hage Serra  
José Júlio Júnior Guambe  
(Orgs.)**

# **TURISMO EM TEMPOS DE COVID-19**

**Ensaaios sobre casos na Argentina, Brasil, Moçambique e Portugal**



**Grupo de Pesquisa Turismo em tempos de pandemia:  
uma análise geográfica multi e trans-escalar.**



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

**Departamento de Geografia  
Universidade de São Paulo – USP  
2021**

DOI: 10.11606/9786587621456

### Comissão Científica

Admilson Alcantara da Silva – Universidade do Estado do Pará  
Carolina Todesco – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Hugo Rogério Hage Serra – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
José Júlio Júnior Guambe – Universidade Pedagógica de Maputo  
Karoline Batista Gonçalves – Universidade Federal da Grande Dourados  
Maria Angélica Maciel Costa – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Milene de Cássia Santos de Castro – Universidade Federal do Pará  
Sandra Dalila Corbari – Universidade de São Paulo  
Sara Pugliesi Larrabure – Universidade de Lisboa  
Simone Affonso da Silva – Universidade Federal de Alagoas

### Comissão editorial

Sonia Maria Vanzella Castelar – Universidade de São Paulo  
Reinaldo Pau Perez Machado – Universidade de São Paulo  
Rita de Cássia Ariza da Cruz – Universidade de São Paulo  
Wanderley Messias da Costa – Universidade de São Paulo  
Ângelo Serpa – Universidade Federal da Bahia  
Iná Elias de Castro – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior – Universidade Federal do Pará



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença *Creative Commons* indicada.



**REITOR**  
Vahan Agopyan

**VICE-REITOR**  
Antonio Carlos  
Hernandes



**DIRETOR**  
Paulo Martins

**VICE-DIRETORA**  
Ana Paula Torres  
Megiani

### Diagramação e Capa

Jakson Albuquerque de Oliveira

### Imagem da capa

<https://images2.alphacoders.com/247/thumbbig-247890.jpg>

26/02/2021

Catálogo na Publicação (CIP)

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Maria Imaculada da Conceição – CRB-8/6409

T938

Turismo em tempos de Covid-19 [recurso eletrônico] : ensaios sobre casos na Argentina, Brasil, Moçambique e Portugal / Organização: Rita de Cássia Ariza da Cruz... [et al.]. -- São Paulo : FFLCH/USP, 2021.  
6.420 Kb ; PDF.

ISBN 978-65-87621-45-6  
DOI 10.11606/9786587621456

1. Turismo. 2. Geografia da saúde. 3. COVID-19. I. Cruz, Rita de Cássia Ariza da. II. Grupo de Pesquisa Turismo em tempos de pandemia.

CDD 338.4791

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>5</b>
<b>ARGENTINA</b>	
Turismo y Covid-19 en Salta (Argentina): un análisis preliminar.....	<b>7</b>
<b>BRASIL</b>	
Turismo em tempos de pandemia e seus impactos nos municípios do Amazonas.....	<b>15</b>
Breves considerações sobre os impactos da pandemia no turismo no território paraense.....	<b>24</b>
De uma curva ascendente de crescimento à recessão: reflexões iniciais sobre o impacto da pandemia da Covid-19 no turismo no estado do Tocantins.....	<b>30</b>
O cenário turístico maranhense em frente aos efeitos da Covid-19: um olhar sobre os municípios de São Luís, Barreirinhas e Tutóia.....	<b>37</b>
Os efeitos desiguais da crise da Covid-19 no turismo do estado do Rio Grande do Norte.....	<b>45</b>
Um olhar sobre o turismo em Recife, Fernando de Noronha, Ipojuca, e João Pessoa durante a pandemia.....	<b>53</b>
Turismo sustentável – só para quem está pronto. Uma análise preliminar sobre os reflexos da pandemia de Covid-19 no turismo em Mato Grosso.....	<b>63</b>
Turismo e a pandemia de Covid-19 no Mato Grosso do Sul.....	<b>71</b>
Reflexões sobre os efeitos da pandemia da Covid-19 nos destinos turísticos “categoria A”, no estado do Rio de Janeiro.....	<b>79</b>
Turismo em tempos de pandemia – os casos da cidade de São Paulo e da Baixada Santista.....	<b>87</b>
Crise na saúde pública: efeitos da Covid-19 no setor de turismo em Curitiba (PR).....	<b>94</b>
<b>MOÇAMBIQUE</b>	
Impactos da pandemia Covid-19 no sector de transportes aéreos em Moçambique.....	<b>100</b>
<b>PORTUGAL</b>	
Impactos da Covid-19 no turismo em Portugal: uma avaliação rápida dos primeiros nove meses.....	<b>108</b>
<b>BIOGRAFIA DOS AUTORES</b> .....	<b>116</b>



## APRESENTAÇÃO

### TURISMO EM TEMPOS DE COVID-19

Ensaaios sobre casos na Argentina, Brasil, Moçambique e Portugal.

É de notoriedade global que o turismo tem sido um dos setores mais afetados pela pandemia da Covid-19. Não sem menos, os danos causados possuem nuances em todas as dimensões: econômicas, políticas, sociais e geográficas, as quais, pela força do impacto, merecem ser desveladas.

É nesse contexto que foi criado, em maio de 2020, o grupo de pesquisa “Turismo em Tempos de Pandemia – uma análise geográfica multi e trans-escalar”, certificado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O grupo agrega pesquisadores e estudantes de todas as regiões brasileiras, bem como de Argentina, França, Moçambique e Portugal, reunidos em torno do objetivo comum de produzir uma análise crítica e fundamentada acerca dos desdobramentos da crise sanitária sobre o setor.

Ao longo de 2020, as equipes de pesquisadores desses países dedicaram-se, primeiramente, a reunir dados quantitativos em fontes oficiais sobre fluxos aéreos e terrestres, arrecadação de impostos no setor de serviços, emprego e desemprego nas atividades características do turismo, dentre outros. Efetuaram extenso levantamento de medidas públicas implementadas por governos, em diferentes instâncias, cujos desdobramentos se fizeram sentir no turismo. Além disso, fizeram entrevistas com representantes de órgãos públicos, entidades representativas do *trade* turístico, e associações e sindicatos de trabalhadores da área do turismo.

Todo o trabalho vem sendo norteado por procedimentos metodológicos em comum, de modo que os resultados alcançados possam gerar análises comparativas, tanto no que concerne aos dados quantitativos quanto aos aspectos qualitativos que estão sendo observados pelas equipes.

Em dezembro de 2020, em um seminário internacional virtual, os resultados parciais da pesquisa foram compartilhados com os ouvintes e, agora, trazemos a público o primeiro livro, produto do trabalho coletivo desse Grupo, contendo quinze ensaios, doze deles sobre casos no Brasil, e outros três sobre casos na Argentina, Moçambique e Portugal.



Em tempos de negação à ciência e de obscurantismos diversos, iluminar as distintas e contraditórias formas pelas quais a pandemia afeta o turismo no Brasil e outras partes do mundo, considerando a imbricada relação entre diferentes escalas geográficas, é certamente a mais importante contribuição que esse grupo de pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação de universidades e outras instituições públicas têm a compartilhar com a sociedade em geral.

Desejamos a todos uma boa leitura e, desde já, informamos que a pesquisa avança e que novos resultados serão publicados em breve em diferentes periódicos científicos.

**Fevereiro de 2021**

Admilson Alcântara da Silva

Carolina Todesco

Daniel de Renzo Barretti

Hugo Rogério Hage Serra

José Júlio Júnior Guambe

Maria Goretti da Costa Tavares

Rita de Cássia Ariza da Cruz

Sara Pugliesi Larrabure

Simone Affonso da Silva

***Membros da equipe de Procedimentos Metodológicos  
do grupo de pesquisa Turismo em Tempos de Pandemia***



## **Turismo y Covid-19 en Salta (Argentina): un análisis preliminar**

**Claudia Alejandra Troncoso - CONICET/UBA**

Este ensayo busca constituir una primera aproximación a una caracterización de la situación de la pandemia de Covid-19 en Argentina y especialmente en la ciudad de Salta atendiendo al desarrollo de las actividades turísticas. Para ello se consideran las medidas orientadas a la restricción de la circulación que se desarrollaron en el contexto nacional y local, y aquellas otras disposiciones que buscaron mitigar la situación de empresas y trabajadores del sector turismo. Estas últimas se contrastan con algunas declaraciones expresadas entre los actores de la actividad.

Esta primera aproximación da cuenta de la escasa actividad que ha presentado el turismo en la ciudad de Salta y las consecuencias para empresas y trabajadores del sector en un contexto nacional con medidas de aislamiento y restricción a la circulación de personas para restringir los contagios por Covid-19.

### **El contexto de la pandemia de Covid-19 en Argentina**

En la Argentina el primer caso formalmente identificado como afectado por Covid-19 se registró el 3 de marzo de 2020, unos días antes de la declaración de pandemia por la Organización Mundial de la Salud (11 de marzo).

Desde ese momento la evolución de casos confirmados comienza a aumentar lentamente a partir del mes de mayo y durante la segunda mitad de 2020 se registran los números más elevados de casos diarios a nivel nacional. Al día 14 de diciembre de 2020 se confirmaron 1.503.222 casos de personas infectadas y 41.041 fallecidos en total (ARGENTINA, 2020b).

Esta evolución de la presencia del virus fue acompañada de una serie de medidas sanitarias y de restricción de la circulación de personas definidas a nivel nacional.

En este sentido, a partir del 12 de marzo (Decreto 260/2020) en Argentina se disponen, entre otras medidas:

- La emergencia sanitaria (establecida por el plazo de un año);

- El aislamiento obligatorio por 14 días para las personas llegadas del exterior;
- La suspensión de los vuelos internacionales de pasajeros provenientes de zonas afectadas por la presencia del virus;
- El cierre de lugares de acceso público y la suspensión de eventos masivos.

Unos días después estas medidas son complementadas por lo que se definió (por Decreto 297/2020) como el Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio (ASPO) que regirá a partir del día siguiente (ARGENTINA, 2020a). A través de esta disposición se establece que los habitantes del país o quienes se encuentren en él de manera temporaria deberán permanecer en sus residencias habituales, se abstendrán de concurrir a sus lugares de trabajo y no podrán circular por rutas, por vías o en el espacio público (todo esto atendiendo a ciertas excepciones establecidas). En el lapso de una semana también se sumará la prohibición del ingreso al territorio nacional de extranjeros y de argentinos que se encontraban en el exterior (Decreto 313/2020 del 27/03/2020).

Estas disposiciones se mantuvieron durante varios meses y, como aconteció en muchos países, la situación afectó los desplazamientos de todo tipo incluyendo los turísticos. Sin embargo, en algunos casos, para algunas provincias argentinas (y de manera intermitente) se habilitó la circulación de personas, entre otras cosas para actividades turísticas (esto aconteció, por ejemplo, en Jujuy, Salta, Misiones, San Juan). Esta circulación era permitida solo al interior de cada provincia y conforme la variación en la cantidad de casos contagiados en cada jurisdicción.

Será recién a comienzos de noviembre que en varias zonas del país se reemplaza el Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio por el Distanciamiento Social Preventivo y Obligatorio (DISPO) (Decreto 875/2020 del 7/11/2020). Esta constituyó una medida tendiente a reactivar algunas actividades sociales y económicas que se reanudarían con los protocolos sanitarios definidos en cada provincia.

En este nuevo contexto, a fines de noviembre de 2020 se dispone la habilitación del turismo a nivel nacional (y aquel proveniente de países limítrofes) a partir del mes de diciembre. Este regreso a la actividad turística



(cuando se da comienzo a la temporada alta estival en la Argentina) se realiza con la implementación de nuevas formas de registro de los movimientos turísticos; en efecto, este tipo de desplazamientos debe realizarse a partir de gestionar el “Certificado verano” que consiste en tramitar solicitudes para visitar destinos turísticos (que implican informar fechas de viaje y datos de reserva de servicios turísticos –traslados, hospedaje etc.).

Este contexto general supuso un descenso de las actividades sociales y también de las actividades económicas durante 2020. En relación con esto, desde el gobierno nacional se implementaron medidas que apuntaron a mitigar los efectos de la pandemia y el aislamiento. Estas medidas (tomadas entre marzo y abril) estuvieron dirigidas a empresas y hogares y comprenden:

- La prohibición de despidos laborales sin causa justa o por motivos de fuerza mayor;
- La creación del Ingreso Familiar de Emergencia (IFE) (consistente en una suma fija para desempleados o autónomo de bajo ingreso);
- La implementación del Programa de Asistencia de Emergencia al Trabajo y la Producción (ATP) (orientado al sector empresarial que incluye desgravaciones impositivas, créditos blandos y subsidios).

Asimismo, en junio de 2020 se implementó también un programa específico para el sector turístico: el Programa de Auxilio para Prestadores Turísticos (APTUR). Este programa buscaba ofrecer ayuda económica a prestadores del sector y aportes para quienes brindaban servicios de guía de turismo e instructores, entre otros. De manera complementaria se crearon otras medidas para el turismo a nivel nacional que contemplaron el pago extra de motos fijos a trabajadores del sector turismo, el congelamiento de tarifas de servicios y la exención de corte de servicios (Resolución 262/2020).

Asimismo, se dispusieron incentivos al consumo turístico para el año siguiente (2021) que incluían beneficios para quienes efectúan compras durante 2020 vinculadas a viajes turísticos a concretarse en 2021 (Programa Pre Viaje).

Varios de estos puntos fueron reunidos en la Ley de Sostenimiento y Reactivación Productiva de la Actividad Turística Nacional (Ley 27563 del 21/09/2020).

Desde el sector privado, a nivel nacional, se realizaron relevamientos respecto de la situación del sector turismo en el contexto de la pandemia. Así, la Federación Empresaria Hotelera y Gastronómica de la República Argentina (2020) en uno de sus informes señalaba que la ocupación hotelera había experimentado una caída del 96% en septiembre de 2020 (en comparación con la situación de septiembre de 2019) y que en el sector gastronómico la caída en la actividad comparando estos dos momentos fue del 65%.

### **La pandemia de Covid-19 y el turismo en Salta**

La ciudad de Salta, localizada al norte Argentina, es la capital de la provincia del mismo nombre. Es una de las ciudades más grandes de la región (535.303 habitantes según el último censo de 2010 (INDEC, 2012), pero se estima que en la actualidad se encuentra alrededor de 700.000), y es el principal destino turístico. La ciudad suele ser punto de llegada y base desde la cual parten excursiones y viajes turísticos que recorren las provincias de Salta, Jujuy y Tucumán. En 2018 recibió alrededor de 949.957 visitantes anuales y contaba con 215 establecimientos hoteleros y parahoteleros que sumaban 12.290 plazas (SALTA, 2018). Asimismo, este destino albergaba, en 2019, 182 agencias de viajes, muchas de ellas dedicadas a la realización de tours por la provincia y el norte del país (SALTA, 2019). En esta condición de lugar de visita con fines de ocio, la ciudad ha concentrado actividades que se orientan fundamentalmente a la apreciación de atractivos históricos y culturales vinculados con su pasado colonial y con ciertas costumbres y tradiciones presentes en variadas manifestaciones artísticas y culturales (TRONCOSO, 2019).

Considerando el contexto de desarrollo de la pandemia de Covid-19 a nivel nacional, la situación de la ciudad de Salta presentó algunas particularidades. En primer lugar, es preciso aclarar que la provincia de Salta no constituyó una de las jurisdicciones más afectadas a nivel nacional (las más afectadas son la ciudad de Buenos Aires y las jurisdicciones cercanas). Hacia el 14 de diciembre de 2020 la provincia sumaba 21.614 casos de personas contagiadas. Asimismo, la evolución de casos aumentó más tardíamente que aquella registrada a nivel nacional, con un incremento que comenzó a ser notorio hacia el mes de agosto de 2020 (ARGENTINA, 2020b).

Los datos disponibles hasta el momento para dar cuenta del impacto del turismo en la ciudad son muy limitados. De hecho, no se han generado estadísticas o relevamientos oficiales que permitan comparar la situación del 2020 con respecto a años anteriores. Sin embargo, existen datos acerca de las llegadas vía aérea al aeropuerto de la ciudad (Aeropuerto Martín Miguel de Güemes). Conforme se aprecia en la Tabla 1, comparando el primer semestre de 2019 con el primer semestre de 2020 el número de llegadas de viajeros nacionales se redujo a la mitad en 2020. En el caso de las llegadas internacionales para 2020 fueron de alrededor de 1/3 con respecto a 2019.

**Tabla 1 - Llegadas nacionales e internacionales al aeropuerto M. M. de Güemes (Salta). Primer semestre de 2019 y primer semestre de 2020.**

Llegadas	1° semestre 2019	1° semestre 2020	Variación absoluta 2019-2020	Variación relativa 2019-2020 (%)
Nacionales	602.770	297.947	-304.823	-50,57
Internacionales	46.103	15.370	-30.733	-66,66

Fuente: Administración Nacional de Aviación Civil, Dirección Nacional de Transporte Aéreo. Organizado por el autor (2020).

No hay aún datos oficiales respecto de cómo fueron afectados desde el comienzo de la pandemia los servicios turísticos con sede en la ciudad (alojamiento, agencias de viaje, gastronomía etc.). Tampoco existe, hasta el momento, un relevamiento desde el Ministerio de Turismo y Deportes de la provincia o desde la Cámara de Turismo de Salta acerca de cuál fue la situación en los momentos del año en que se habilitó el turismo interno en la provincia (aesto se suma la ausencia de información acerca de cuántas de las empresas continúan en actividad).

Más allá de la falta de los datos señalados, sí existe información disponible respecto de las disposiciones emanadas desde el gobierno provincial que fueron regulando la circulación de personas y que contemplaron la situación de empresas y trabajadores del sector turístico.

Si se consideran los aspectos sanitarios, en general el gobierno provincial acompañó las medidas generadas a nivel nacional respecto de la situación de emergencia sanitaria (por ejemplo, mediante el Decreto 250/20 del 16/03/2020 se declara el estado de emergencia sanitaria en el territorio provincial). Pero, como se mencionara, se permitió la circulación de salteños al interior de la provincia y esto incluyó actividades turísticas. Esto se realizó en dos momentos

de 2020: en junio (cuando todavía la provincia tenía muy pocos casos de personas contagiadas) y en octubre (cuando comenzaban a descender los contagios). A pesar de estar habilitada esta circulación, la ciudad de Salta fue lugar de emisión de turistas hacia el resto de la provincia y no receptora de estos flujos. Por este motivo, se señala que la habilitación momentánea del turismo en la provincia no tuvo un impacto significativo en la ciudad (SORIA, 2020).

También desde la provincia buscaron incentivar la compra anticipada de servicios turísticos (a través del programa “Comprá hoy, viajá mañana” implementado desde mayo de 2020) con el descuento del valor de los impuestos para quienes adquieran servicios turísticos para ser utilizados en 2020 y 2021 (Decreto 40/2020). Hacia fines de 2020, y acompañando la apertura del turismo a nivel nacional programada para la temporada de verano, se disponen medidas de reactivación del turismo que contemplan la apertura progresiva a visitas provenientes de la región norte, en una primera instancia, y luego del resto del país.

Con respecto a la situación del sector turístico y las medidas de asistencia generadas desde el ámbito público en Salta cabe señalar, en primer lugar, que algunas de las empresas turísticas con sede en la ciudad fueron alcanzadas por ayudas implementadas desde el gobierno nacional (Programa de Asistencia de Emergencia al Trabajo y la Producción). También en el caso de los trabajadores algunos accedieron al Ingreso Familiar de Emergencia dispuesto a nivel nacional.

Estas medidas, a su vez, estuvieron acompañadas de iniciativas de asistencia económica generadas desde el gobierno salteño. Así, por ejemplo, se dispuso la creación de una línea de créditos especiales para pequeñas empresas que incluyó algunas empresas del sector turístico (Decreto 289/2020) y desde el Ministerio de Turismo y Deportes local se gestionaron también créditos específicos para empresas turísticas (otorgados a través del Consejo Federal de Inversiones - CFI). Se trató de créditos a tasas blandas orientado al pago de salarios de los trabajadores en situación de dependencia en las empresas turísticas.

Asimismo, en el mes de julio se aprobó la Ley Provincial de Emergencia Turística (Ley 8.195/20) que, entre otras cosas, fijaba la exención del pago de

impuestos para las empresas del sector, el asesoramiento y apoyo estatal para acceder a tarifas diferenciales en servicios y la asistencia para el acceso a créditos.

A pesar de esto, y a partir de declaraciones que se ofrecieron en medios periodísticos, desde el sector privado manifiestan que la situación de las empresas turísticas es delicada. Desde la Cámara de Turismo de Salta se reclamó por ayuda extra (más allá de la recibida para el pago de salarios) y se señalaron las dificultades que tuvieron los empresarios del sector para acceder a los créditos por las condiciones que se fijaron para su acceso (DAM, 2020).

Asimismo, los trabajadores pusieron en evidencia la situación de quienes se desempeñan en condiciones de informalidad para agencias de viaje dado que en estas condiciones no han podido acceder a las ayudas otorgadas al sector privado generadas a nivel nacional y provincial (OIENI, 2020; GRAVE, 2020).

### **Reflexiones finales**

Lo expresado en este texto buscó ofrecer un panorama preliminar de la situación del turismo en Salta en el contexto de evolución de la pandemia del Covid-19 en la Argentina. En el caso de Salta se cuenta aún con muy poca información oficial disponible que permita análisis más sólidos y fundamentados sobre la situación que atravesó el turismo durante 2020. Sin embargo, la información preliminar permite señalar que, a pesar de ser una de las jurisdicciones en las cuales intermitentemente se habilitó la circulación de personas, el turismo en Salta presentó muy poca actividad a partir de marzo de 2020. Asimismo, en la ciudad convergieron varias iniciativas de ayuda estatal que fueron consideradas insuficientes por el sector empresarial. Finalmente, este contexto dejó expuesta la situación de vulnerabilidad de los trabajadores vinculados al turismo, especialmente aquellos que se desempeñan como trabajadores informales.

### **Referencias**

ADMINISTRACIÓN NACIONAL DE AVIACIÓN CIVIL. Dirección Nacional de Transporte Aéreo. **Estadísticas**. Buenos Aires, 2020. Disponible en: <https://www.eana.com.ar/>. Acceso: 31 jul. 2020.

ARGENTINA. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. **Legislación nacional**. Buenos Aires, 2020a. Disponible en: [www.argentina.gob.ar/normativa/](http://www.argentina.gob.ar/normativa/). Acceso: 1 dic. 2020.

ARGENTINA. Ministerio de Salud. **Informes epidemiológicos**. Buenos Aires, 2020b. Disponible en: [www.argentina.gob.ar/salud/coronavirus-Covid-19/sala-situacion](http://www.argentina.gob.ar/salud/coronavirus-Covid-19/sala-situacion). Acceso: 14 dic. 2020.

DAM, Martín Van. Solo se aprobaron 70 créditos CFI para el sector turístico en Salta. **Página12**, Buenos Aires, 11 jul. 2020. Disponible en: <https://www.pagina12.com.ar/277878-solo-se-aprobaron-70-creditos-cfi-para-el-sector-turistico-e>. Acceso: 13 jul. 2020.

FEDERACIÓN DE HOTELES GASTRONÓMICOS DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. FEHGRA. **Informe del sector turístico**. Buenos Aires, 2020.

GRAVE: el turismo de Salta ya perdió 500 puestos laborales por la pandemia. **InSalta**, Salta, 20 jul. 2020. Disponible en: <https://insalta.info/nota-principal/grave-el-turismo-de-salta-ya-perdio-500-puestos-laborales-por-la-pandemia>. Acceso: 20 jul. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS. **Censo nacional de población, hogares y vivienda**. Resultados definitivos. Buenos Aires: INDEC, 2012.

OIENI, Antonio. Guías de turismo quedaron sin su fuente de ingresos y esperan que llegue la ayuda. **El Tribuno**, 26 abr. 2020. Disponible en: <https://www.tribuno.com/salta/nota/2020-4-25-23-45-0-guias-de-turismo-que-daron-sin-su-fuente-de-ingresos-y-esperan-que-llegue-la-ayuda>. Acceso: 20 jul. 2020.

SALTA. Ministerio de Turismo y Deporte de Salta. **Resultado de un trabajo de todos**. Anuario de Gestión 2019. Salta, 2019.

SALTA. Ministerio de Turismo y Deportes de Salta. **Anuario estadístico 2018**. Salta, 2018.

SORIA, Fernando García. El coronavirus nos puso a todos en la misma línea de largada. **Mensajero**. Salta, 9 oct. 2020. Disponible en: <https://mensajero.com.ar/2020/10/09/el-coronavirus-nos-puso-a-todos-en-la-misma-linea-de-largada/>. Acceso: 1 dic. 2020.

TRONCOSO, Claudia. Salta (Argentina) como ciudad patrimonial y cosmopolita: la definición de un destino turístico 'competitivo'. **Cuadernos de Turismo**, n. 43, p. 519-545, 2019.





## **Turismo em tempos de pandemia e seus impactos nos municípios do Amazonas**

**Arístocles Rannyeri Nascimento de Lima – UEA**  
**Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo – UEA**  
**Deborah Rayanne Cabral Nogueira – UFAM**  
**Glaubécia Teixeira da Silva – UEA**  
**Josiani Nascimento da Silva – UFMG**  
**Katiuscia da Silva Auzier Antunes – NEICAM**  
**Mayra Laborda Santos – NEICAM**  
**Susy Rodrigues Simonetti – UEA**  
**Thais Zucheto de Menezes – USP**

Este ensaio crítico tem como objetivo apresentar o diagnóstico geral dos impactos da pandemia da Covid-19 no setor do turismo, a partir da análise comparativa de dados referentes ao primeiro semestre dos anos de 2019 e 2020, além do levantamento de políticas públicas voltadas à mitigação da pandemia em diferentes municípios brasileiros. O recorte territorial para este ensaio foi o estado do Amazonas, especialmente, doze municípios: Barcelos, Humaitá, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manaus, Novo Airão, Parintins, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Tabatinga e Tefé.

Para a seleção dos municípios de interesse do estado do Amazonas foi utilizado, *a priori*, o Mapa do Turismo Brasileiro (2019-2021) elaborado pelo Ministério do Turismo (MTur), o qual divide o estado em sete Polos Regionais, totalizando 24 municípios. A seleção de um município por polo levou em consideração a relevância das atividades turísticas. Para o Polo Amazônico foram selecionados seis municípios, incluindo a capital Manaus e municípios da Região Metropolitana de Manaus (RMM).

O Quadro 1 indica os municípios selecionados, sua categorização conforme Ministério do Turismo (A, B, C, D ou E), seus respectivos polos regionais e o órgão oficial de turismo municipal. Apenas Humaitá não possui órgão oficial de turismo.

**Quadro 1 – Municípios selecionados para a pesquisa no estado do Amazonas – AM.**

<b>Polo Regional</b>	<b>Município/(Categoria)</b>	<b>Órgão Oficial de Turismo</b>
Polo Alto Rio Negro	Barcelos (D)	Secretaria Municipal de Turismo
Polo Alto Solimões	Tabatinga (C)	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
Polo Amazônico	Iranduba (C)	Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Desenvolvimento Econômico
	Manacapuru (C)	Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
	Manaus (A)	Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos
	Novo Airão (D)	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo
	Presidente Figueiredo (C)	Secretaria Municipal de Turismo, Empreendedorismo e Comércio
	Rio Preto da Eva (C)	Secretaria Municipal de Turismo, Indústria, Comércio e Empreendedorismo
Polo Madeira	Humaitá (D)	Não existe órgão oficial de Turismo*
Polo Médio Solimões	Tefé (C)	Secretaria Executiva de Turismo
Polo Satere	Parintins (C)	Secretaria Municipal de Turismo
Polo Uatumã	Itacoatiara (C)	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos

Fontes: Brasil, Ministério do Turismo, Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021. Consulta aos sites oficiais dos municípios e contato direto com secretários de turismo.

\* A Secretaria Municipal de Cultura é quem responde pela pasta de Turismo. Organizado pelos autores (2020).

Os procedimentos metodológicos adotados foram as pesquisas bibliográfica e documental, sendo esta última realizada para o levantamento de dados nos sites dos órgãos oficiais das prefeituras municipais e de outras instituições, com destaque para as bases de dados do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e do Cadastro Geral de Empregos e Desempregos (Caged).

Para o levantamento de dados primários junto aos órgãos municipais de turismo, utilizou-se um formulário, via Google Forms, composto por seis perguntas abertas acerca das estratégias da gestão municipal para enfrentamento dos impactos da Covid-19 no turismo. Além disso, contactou-se, via telefone e e-mail, membros de associações vinculadas ao turismo, empresários do setor e representantes das prefeituras e órgãos oficiais, com o intuito de obter informações ainda não publicitadas sobre os impactos da pandemia em seus respectivos contextos.

### **Diagnóstico geral dos impactos da pandemia no setor de turismo**

Neste item serão apresentados e analisados os dados coletados, comparando o primeiro semestre dos anos de 2019 e 2020 nos seguintes aspectos: finanças públicas, número de empresas turísticas do setor privado, empregos e fluxo de transporte aéreo.

Com relação às finanças públicas (Tabela 1), observa-se o aumento na receita geral dos municípios de Barcelos, Parintins, Rio Preto da Eva e Tefé e aumento na despesa geral em Barcelos, Humaitá, Rio Preto da Eva e Tefé. Com relação ao setor de turismo, os municípios que aumentaram a receita foram Barcelos, Iranduba e Rio Preto da Eva e apenas Barcelos apresentou maior despesa no período analisado. Não é possível mensurar o motivo do aumento ou da redução dessas despesas, devido à indisponibilidade de informações sobre a individualização dos tipos de despesas.

**Tabela 1 – Receita e despesa geral e especificamente no setor de turismo (em mil reais) – 1º semestre de 2019 e 2020.**

Município	Receita geral		Receita setor turismo		Despesa geral		Despesa setor turismo	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Barcelos	27.689,74	33.833,82	249,02	285,80	18.878,02	20.272,77	96,18	1.022,90
Humaitá	61.147,82	37.151,25	-	-	101.157,41	103.436,09	-	-
Iranduba	-	23.185,49	584,01	1.127,03	66.932,65	63.741,96	484,99	334,63
Itacoatiara	63.674,83	-	4.828,15	-	51.565,86	-	-	-
Parintins	93.396,40	113.869,99	-	2.017,52	-	-	1.846,02	1.110,47
Presidente Figueiredo	80.467,82	73.112,09	-	-	76.355,16	47.462,99	368,40	201,32
Rio Preto da Eva	33.528,30	41.340,11	513,13	953,71	39.376,57	47.105,51	404,73	80,04
Tabatinga	25.178,25	24.003,88	1.310,60	1.201,80	18.779,13	16.619,38	-	-
Tefé	78.666,40	88.866,71	-	-	201.923,74	213.719,11	-	-

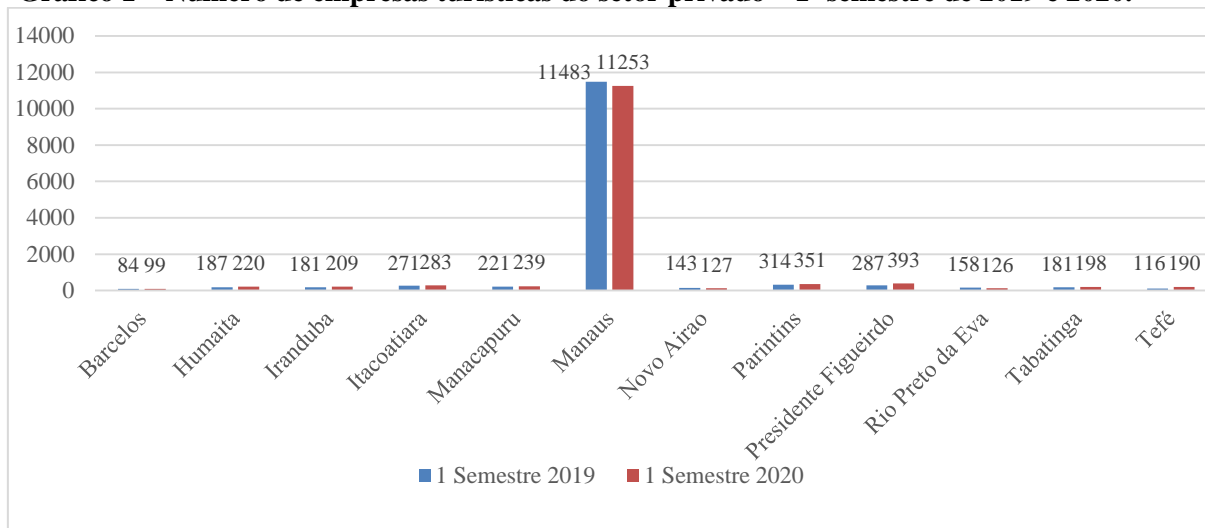
Fonte: Associação Amazonense de Municípios, Portal de Acesso à Informação e Transparência dos Municípios do Estado do Amazonas.

Nota: (-) Dado não disponível.

Organizado pelos autores (2020).

O Gráfico 1 indica o número de empresas turísticas do setor privado para o primeiro semestre dos anos de 2019 e 2020, segundo dados da Receita Federal do Brasil (RFB) disponibilizados pelo Sebrae. Entre os municípios analisados, Manaus, Rio Preto da Eva e Novo Airão apresentaram redução no número de empresas e os demais registraram aumento, com destaque para Presidente Figueiredo, que apresentou aumento de 106 novas empresas, totalizando 393 no primeiro semestre de 2020.

**Gráfico 1 – Número de empresas turísticas do setor privado – 1º semestre de 2019 e 2020.**



Fonte: Sebrae, DataSebrae, Painel de Empresas.  
Organizado pelos autores (2020).

Ao refletir a respeito do crescimento nos números de empresas turísticas nos respectivos municípios, em plena pandemia do novo coronavírus, considera-se a probabilidade de que as empresas que operavam sem cadastro junto aos órgãos oficiais, realizaram seu registro nesse período. A compreensão da importância e dos benefícios da formalização e regularização das empresas é uma realidade para os empresários, além de poderem se habilitar ao recebimento dos benefícios propostos pelo governo federal.

Diante dos impactos da pandemia no turismo, o setor de empregos, um dos mais afetados, necessita de uma atenção maior. Entre 2012 e 2018, o turismo apresentou crescimento consecutivo até 2014, motivado pela Copa do Mundo de Futebol no Brasil, sendo Manaus uma das sedes. Após 2014, houve uma queda no emprego formal do turismo, no Brasil (2015 a 2018) a redução foi de 0,7% e no Amazonas foi de 2,59%. Em 2018, o estado do Amazonas aumentou 1,58% em comparação com 2017 (AMAZONAS, 2018). No entanto, no final de 2019 e início de 2020, a pandemia atingiu o mundo e o setor de empregos ganhou uma nova feição.

Na Tabela 2 são apresentados os dados sobre emprego formal nas atividades características do turismo (ACT)<sup>i</sup> dos doze municípios selecionados para o estudo, sendo relevante para este trabalho a admissão e o desligamento de profissionais no primeiro semestre de 2019 comparados ao de 2020.

**Tabela 2 – Total de empregos nas atividades características do turismo.**

Município	Admissão		Desligamento	
	1º Sem 2019	1º Sem 2020	1º Sem 2019	1º Sem 2020
Irاندuba	2	9	2	16
Itacoatiara	31	16	34	24
Tabatinga	13	8	10	10
Humaitá	19	16	16	25
Tefé	5	4	6	18
Presidente Figueiredo	3	2	7	2
Barcelos	0	0	1	0
Parintins	9	2	9	8
Rio Preto da Eva	2	3	14	6
Manaus	2.628	1.938	2.661	3.442
Manacapuru	13	4	13	9
Novo Airão	12	6	9	15

Fonte: Brasil, Ministério da Economia, Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, Cadastro Geral de Empregos e Desempregos (Caged).

Organizado pelos autores (2020).

Considerando as admissões, Irاندuba e Rio Preto da Eva admitiram mais profissionais no primeiro semestre de 2020 do que 2019. Com relação aos desligamentos ocorridos entre o primeiro semestre de 2019 e o de 2020, cinco tiveram aumento em 2020 (Irاندuba, Humaitá, Tefé, Manacapuru e Novo Airão). Manaus destaca-se com 3.442 desligamentos no primeiro semestre de 2020.

Esses empregos apresentam relação com diversos setores, dentre eles o transporte aéreo que, de maneira geral, foi um dos mais afetados com demissões em massa. A Tabela 3 representa o fluxo de transporte aéreo entre os municípios estudados que possuem aeroportos, sendo que apenas Manaus tem fluxo aéreo internacional.

**Tabela 3 – Fluxo de transporte aéreo – 1º semestre 2019 e 2020.**

Municípios	N. de voos				N. desembarques/embarques			
	Chegadas	Partidas	Chegadas	Partidas	Desemb.	Emb.	Desemb.	Emb.
	2019	2019	2020	2020	2019	2019	2020	2020
Tabatinga	179	178	87	87	16.200	14.453	8.148	6.887
Tefé	194	192	124	123	8.012	7.409	4.915	3.783
Parintins	401	400	155	155	10.456	10.305	1.234	3.783
Manaus	6.024	6.190	3.977	4.002	659.941	671.506	383.826	386.367
Manaus (Internacionais)	626	645	429	451	31.522	31.460	14.015	12.644

Fonte: Brasil, Ministério da Infraestrutura, Secretaria Nacional de Aviação Civil, Sistema HÓRUS, Movimentação aérea.

Organizado pelos autores (2020).

Observa-se uma queda significativa no registro de chegadas e partidas, embarques e desembarques nos aeroportos dos municípios analisados entre o primeiro semestre de 2019 e 2020, de acordo com a Tabela 3. Os municípios que sofreram maior redução de voos (chegadas e partidas) foram Parintins, com queda de mais de 60%; Tabatinga, com baixa de mais de 55%; e Tefé, que perdeu mais de 36%. Ao avaliar o número de pessoas que desembarcaram, Parintins teve queda de 88%, seguido por uma diminuição de 56% nos desembarques internacionais em Manaus, e de 50% em Tabatinga. Nos embarques, observa-se queda nos mesmos municípios, sendo 63% em Parintins, 60% em Manaus (internacional) e 52% Tabatinga.

Este fenômeno está relacionado com as medidas de diminuição de voos nacionais e, em alguns casos, a suspensão dos internacionais. O esvaziamento dos aeroportos foi um dos impactos mais visíveis a partir da adoção dos protocolos de segurança orientados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), para evitar a propagação do avanço da Covid-19, além de outras políticas públicas que serão vistas a seguir.

### **Políticas públicas: medidas sanitárias de circulação**

Entre os municípios estudados, Manaus, Barcelos, Tabatinga, Presidente Figueiredo, Tefé, Rio Preto da Eva e Parintins apresentaram políticas públicas sobre a Covid-19. *A priori*, foram consultadas as secretarias municipais dos doze municípios, entretanto, em Iranduba, Itacoatiara, Novo Airão, Humaitá e Manacapuru não foram identificadas informações sobre as políticas públicas.

De forma geral, observa-se que as políticas públicas municipais buscaram a implementação de planos de enfrentamento à pandemia com ações de distanciamento social, restrição de horários para circulação dos turistas, profilaxia obrigatória (uso de máscara e álcool em gel), auxílio alimentação aos envolvidos no combate à pandemia, serviços de saneamento (limpeza dos logradouros públicos), protocolos para restabelecimento da economia local, transferência de recursos municipais para o combate à pandemia, prorrogação de prazos para pagamento de tributos municipais.

No âmbito estadual se destaca o Plano Amazone-se (AMAZONASTUR, 2020), que traz no seu escopo ações voltadas para: a) promoção turística: reposicionamento do Amazonas como destino turístico e participação em



eventos; b) ordenamento e fiscalização: treinamento dos secretários dos municípios do Mapa do Turismo para a utilização da Plataforma de Informações Turísticas (PIT) e a adoção do protocolo sanitário, além do Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo no Estado do Amazonas; c) suporte ao empresariado: programa de estímulo ao acesso de créditos emergenciais e articulação com as instituições financeiras para suporte às dificuldades encontradas pelo setor; d) obras de infraestrutura turística: conclusão da segunda fase do Centro de Convenções (Manaus), museu dos Bois de Parintins, infraestrutura turística na Serra da Valéria 1 e 2 (Parintins), infraestrutura turística em comunidades indígenas (zona rural de Manaus), reforma e ampliação do terminal de passageiros do aeroporto de Barcelos, reforma dos Centros de Atendimento ao Turista (CAT) de Manaus. Além dessas medidas, acrescentam-se a ampliação de prazos para pagamento de ICMS, protocolo para visitação às Unidades de Conservação do Mosaico do Baixo Rio Negro e suspensão de licitações.

As políticas públicas federais foram concentradas na criação de linhas de financiamento com R\$ 51 bilhões destinados a atender as empresas de diferentes portes e setores da economia, incluindo o turismo, com a prorrogação de prazos para pagamento de tributos federais e orientações para operadores para a retomada das atividades turísticas.

## **Conclusão**

Entre os doze municípios estudados (Barcelos, Humaitá, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manaus, Novo Airão, Parintins, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Tabatinga e Tefé), a análise dos dados de finanças públicas específicas ao setor turístico apresentou lacunas devido à inacessibilidade aos dados. Comparando as despesas no setor turístico entre o primeiro semestre de 2019 e 2020, houve redução em Barcelos, Iranduba, Parintins, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva, este último com redução superior a 80% de suas despesas no setor. O único aumento de despesas no setor de turismo foi registrado em Barcelos, que indicou um orçamento nove vezes maior no primeiro semestre de 2020. Os demais municípios não apresentaram dados.

Os dados sobre emprego formal nas ACT indicam que Iranduba e Rio Preto da Eva tiveram número maior de admissões no primeiro semestre de 2020. Já com relação às demissões, cinco municípios apresentaram números superiores no primeiro semestre de 2020: Iranduba, Humaitá, Tefé, Manaus e Novo Airão.

De acordo com o DataSebrae, o número de empresas turísticas do setor privado apresentou queda, entre o primeiro semestre de 2019 e 2020, em apenas três municípios: Manaus, Rio Preto da Eva e Novo Airão. Nos demais municípios analisados houve aumento, destacando-se Presidente Figueiredo, com registro de 106 novas empresas no primeiro semestre de 2020.

Com relação ao fluxo aéreo, as maiores reduções no número de voos (chegadas e partidas) ocorreram em Parintins, Tabatinga e Tefé, respectivamente; e as maiores reduções de embarques e desembarques ocorreram em Parintins, Manaus (relativo a voos internacionais) e Tabatinga, respectivamente.

Considerando que os municípios analisados apresentam estruturas sanitárias insuficientes para identificação de casos de forma rápida, para o controle e tratamento de Covid-19, os protocolos de biossegurança com medidas para a retomada da atividade turística apresentam-se comprometidos, uma vez que Manaus possui toda a rede de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) no estado do Amazonas.

## Referências

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. **Perfil do emprego formal no setor do turismo no Amazonas**. 2018. Disponível em: <http://www.seducti.am.gov.br/indicadores-mapa/>. Acesso em: 02 dez. 2020.

AMAZONASTUR. **Amazone-se: plano de retomada da atividade turística no Amazonas**. Manaus: Imprensa Oficial do Amazonas, 2020.

ASSOCIAÇÃO AMAZONENSE DE MUNICÍPIOS. **Portal de acesso à informação e transparência dos municípios do Estado do Amazonas**. Disponível em: <https://transparenciamunicipalaam.org.br/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged**. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged>. Acesso em: 02 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. Secretaria Nacional de Aviação Civil. Sistema HÓRUS Módulo de Informações gerenciais. **Movimentação aérea**. Disponível em: <https://horus.labtrans.ufsc.br/gerencial/#Movimentacao/Desempenho>. Acesso em: 02 dez. 2020.


BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do turismo brasileiro 2019-2021**. Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SEBRAE. **Onde estão as empresas de turismo no Brasil?** DataSebrae, mar. 2019. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/mapa-empresas-turismo/>. Acesso em: 02 dez. 2020.

SEBRAE. **Painel das empresas**. DataSebrae, mar. 2020. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/total-de-empresas-brasileiras-11-03-2020>. Acesso em: 02 dez. 2020.

---

<sup>i</sup> As ACT utilizadas no presente estudo foram agrupadas por principais Categorias/Subclasse de acordo com a seleção realizada pelo MTur, em articulação com IBGE e Ipea, com base nos padrões recomendados pela OMT, na publicação “Recomendações Internacionais de Estatísticas de Turismo – RIET 2008”.



## **Breves considerações sobre os impactos da pandemia no turismo no território paraense**

**Admilson Alcantara da Silva – UEPA/SETUR-PA  
Ágila Flaviana Alves Chaves – UFPA  
Cleber Gomes da Silva – SETUR-PA  
Elcivânia de Oliveira Barreto – UFPA  
Hugo Rogério Hage Serra – UNIFESSPA  
Izabela Rodrigues Paz – UNIFESSPA  
Kassia Suelen da Silva Farias – UFPA  
Laryssa Luana Ferreira dos Santos – IFPA  
Maria Goretti da Costa Tavares – UFPA  
Milene de Cássia Santos de Castro – UFPA  
Natascha Penna dos Santos – UFPA/SETUR-PA  
Pablo Vitor Viana Pereira – UFPA  
Sandra Maria Sousa da Silva – UFOPA**

Os efeitos da pandemia da Sars-CoV-2, ou popularmente conhecida como a pandemia do novo coronavírus é, de longe, o principal acontecimento do século XXI até o momento. Com ele, a exposição dos problemas humanos é dada pela força com que o vírus atinge o mundo, influenciando diretamente a vida das pessoas e das organizações em todas as dimensões.

Ainda que a gênese da pandemia tenha sido na zona urbana de Wuhan, na China, tal contingenciamento não faz mais sentido devido ao seu caráter generalizado. Com a difusão da doença, as distintas escalas são afetadas, evidenciando-se diferenças econômicas entre os lugares, entre as regiões; tal como dizem Sposito e Guimarães (2020), é possível “saltar escalas” nesta pandemia.

O turismo foi uma das primeiras atividades econômicas globais afetadas pela pandemia, devido à necessidade de mobilidade das pessoas entre os espaços emissores e os espaços receptores do turismo, algo que, de prontidão, teve que ser freado com força a fim de minimizar o contato entre residentes e turistas.

No Brasil, não sem menos, as regiões brasileiras refletem de forma diferente e desigual os impactos que a Covid-19 tem deixado no turismo. No caso do Pará, ainda que ele não seja um dos principais estados mobilizados pela dinâmica daquela atividade, os efeitos negativos foram sentidos em suas sub-regiões conforme suas características específicas. Neste breve relato, são

cinco as sub-regiões consideradas: Belém, Marajó, Tapajós, Araguaia-Tocantins e Amazônia-Atlântica. Neste sentido, este trabalho versa sobre os impactos da Covid-19 na atividade turística das cinco sub-regiões citadas, de acordo com o Boletim Fapespa de Turismo do Estado do Pará (FAPESPA, 2017), representativas deste recorte espacial. Considera-se o uso de dados informativos levantados no bojo da pesquisa “Turismo em tempos de pandemia: uma abordagem geográfica multi e trans-escalar”. Para tanto, comparam-se os dados de 2019 – período antes da pandemia – com os de 2020 – durante a pandemia – buscados em órgãos oficiais de pesquisa, bem como de estado.

### **Os impactos da Covid-19 no Pará: dados comparados por regiões**

A primeira região de destaque nestas breves considerações é justamente aquela em que o fluxo econômico do turismo é mais intenso. A região Belém foi a que mais sofreu com a pandemia se considerarmos a totalidade dos dados. Ao se considerar o emprego, por exemplo, conforme os dados obtidos pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia (BRASIL, 2020), observou-se um acentuado impacto social e, conseqüentemente, econômico nas atividades da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) no município de Belém, no qual o saldo de movimentação na classe de hotéis e similares reduziu de forma drástica no primeiro semestre de 2020, se comparado ao mesmo período de 2019. No primeiro semestre de 2020, sobretudo no mês de março, considerado o mês de pico da pandemia no Brasil, houve catorze desligamentos no setor de hospedagem.

Em relação à classe de restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação, observou-se um impacto ainda mais acentuado com o número de desligamentos no primeiro semestre de 2020. A maior incidência ocorreu entre os meses de março e abril, com 693 e 565 desligamentos, respectivamente.

No que se refere à região Marajó, analisaram-se as informações obtidas pelo Caged, entre o primeiro semestre de 2019 e primeiro semestre de 2020. Observaram-se, no entanto, as limitações de informações disponíveis no sistema, constando somente aquelas referentes ao primeiro semestre de 2020,

entre os meses de janeiro e junho, nos municípios de Soure e Salvaterra. Além disso, obteve-se a informação de somente uma das Classe CNAE consultadas, sendo hotéis e similares. No município de Soure, houve seis desligamentos e somente uma admissão no primeiro semestre de 2020, enquanto em Salvaterra foram catorze desligados e nenhum contratado. Esses dados revelam a dimensão do impacto gerado pela Covid-19 no setor do turismo nos municípios em questão.

Na região Tapajós, a concentração das análises se deu em Santarém, principal destino turístico. De acordo com Brasil (2019), o fluxo turístico de Santarém, no ano de 2019, correspondeu a 191.863 pessoas. É possível que haja uma redução desse fluxo no ano de 2020 devido à pandemia desencadeada pelo Sars-CoV-2, uma vez que esse fenômeno provocou a adoção de várias medidas sanitárias e restringiu a circulação de transportes e pessoas.

Os dados sobre o fluxo de transporte aéreo e passageiro, em Santarém, por exemplo, mostraram que a partir de março de 2020 houve uma redução com maior intensidade. Em junho, houve um pequeno crescimento no número de aeronaves e passageiros, mas permaneceu abaixo dos dados referentes ao mesmo mês em 2019. Nos transportes fluviais, observou-se uma redução no primeiro semestre de 2020 que ultrapassa 50% em relação ao mesmo período de 2019.

Vale ressaltar que as medidas sanitárias adotadas pelo Comitê de Crise em Santarém levaram ao fechamento dos atrativos e dos estabelecimentos turísticos no período de abril a junho de 2020. Assim, analisaram-se os dados do fluxo turístico de três atrativos. Os resultados indicaram que entre os meses de abril e junho de 2020 não houve registro de visitantes, pois se encontravam fechados. No entanto, constatou-se um aumento nas visitas nos meses de janeiro e fevereiro de 2020 em relação ao mesmo período de 2019, sendo que o fluxo de visitantes em um dos atrativos turísticos superou, nos três primeiros meses de 2020, o total do fluxo de visitantes do primeiro semestre de 2019.

Quanto aos dados de emprego no setor, observou-se uma queda significativa em relação às admissões de 2019 (total 217) para 2020 (total 114). Por sua vez, o número de desligamentos aumentou em 2020. No período de



janeiro a junho de 2019, foram desligados de seus empregos 235 pessoas; em 2020, no mesmo período, foram 280 pessoas.

Para a região Araguaia-Tocantins, o destaque a ser feito é o município de Marabá. Notam-se os dados de arrecadação de impostos. No ICMS e ISS – entre janeiro e junho de 2019, assim como no mesmo período para 2020 – não se constatou uma oscilação que representasse uma queda ou aumento significativo. No entanto, há que se questionar dois momentos: em março de 2019 a arrecadação de ISS foi de R\$ 13.534.417,91. Em 2020, foi igual a zero. Assim como a arrecadação de ICMS, tanto em janeiro de 2019 quanto em janeiro de 2020, formou um total de zero. Há a possibilidade de erro técnico na produção da planilha, pois o valor referente a esses meses não foi contabilizado; porém, ainda assim, considera-se que pode haver um motivo para essa ocorrência. A tabela na sequência demonstra o que foi dito.

**Tabela 1 – Comparativos de ICMS e ISS em Marabá entre os anos 2019 e 2020 (1º semestre), em reais.**

Imposto	Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.
ICMS	2019	0	35.215.751,73	33.063.112,73	34.020.206,61	3.657.199,94	36.080.152,38
ICMS	2020	0	245.132,79	42.192.889,03	3.476.289,99	30.237.035,25	34.393.989,42
ISS	2019	37.689,25	14.670.121,54	13.534.417,91	13.862.803,52	14.558.186,26	12.951.809,14
ISS	2020	37.689,25	41.369,26	0	20.067.201,93	19.381.858,73	19.228.161,91

Fonte: Marabá, Governo Transparente.  
Organizado pelos autores (2020).

Uma última observação, mas não menos importante, refere-se às medidas sanitárias que o governo municipal executou contra a pandemia da Covid-19. De março até agosto de 2020, foram cinquenta e quatro políticas públicas, econômicas e sanitárias que poderiam diminuir os riscos de contaminação do vírus, entre decretos e leis. Alguns decretos eram apenas para a alteração de datas que continuaram se estendendo, outros para a mudança de horário de funcionamento dos estabelecimentos, assim como os que poderiam ou não ser reabertos. Ainda é norma corrente que se use a máscara nas ruas e nos locais que estão funcionando; entretanto, nos últimos meses (setembro, outubro e novembro) a fiscalização não se mostra suficiente para que a população se conscientize das medidas protetivas contra aglomeração e uso de máscara.

Para a região da Amazônia-Atlântica, destaca-se o município de Salinópolis, também conhecido como Salinas. Em se tratando de política pública, o município faz parte do programa Mapa do Turismo Brasileiro, do governo federal, atendendo aos critérios do Programa Nacional de Regionalização, que tem como uma de suas finalidades promover e/ou fomentar os destinos turísticos nacionais para que se possa dar condições de desenvolvimento técnico-profissional aos municípios em suas gestões públicas. Tal apoio possui, também, auxílio da administração estadual por meio da Secretaria de Estado de Turismo.

No ano de 2020, Salinas se deparou com as limitações da pandemia da Covid-19. A partir desse cenário foram observadas muitas legislações, em especial decretos que dispunham sobre as medidas de enfrentamento de emergência e de saúde pública no município. Ao todo, foram dezenove decretos relacionados às ações de enfrentamento de emergência e de saúde pública, com medidas de distanciamento social e protocolos específicos de atuação em atenção à pandemia da Covid-19; entretanto, na prática, muitas disposições eram ignoradas pelos visitantes, pelos donos de estabelecimentos e pelos moradores. Dessa forma, constatou-se que os inúmeros decretos acabaram não limitando a mobilidade das pessoas, o que se torna um fator a mais na propagação do vírus, assim como as atividades que geralmente acontecem no mês de julho, muito comuns no município, como o turismo de segunda residência.

### **Considerações finais**

A pesquisa em sua primeira etapa de cunho mais quantitativo, revela significativos impactos nas diferentes sub-regiões paraenses, as quais, invariavelmente, passaram por problemas econômicos advindos da falta de mobilidade dos turistas (de diferentes segmentos).

Ainda que a atividade turística não seja um ponto de desequilíbrio na economia paraense, não se pode negar o impacto substancial nesse setor motivado pela pandemia. Os municípios mais representativos de cada uma das cinco regiões investigadas revelaram – em sua essência – que a falta de fluxo de pessoas nesses locais gera, de forma diretamente proporcional, o enfraquecimento econômico do setor turístico e, por sua vez, uma irradiação

negativa nos diversos setores atingidos direta e indiretamente pela pandemia da Covid-19, tais como o emprego e a ocupação hoteleira.

Esta fase da pesquisa mostrou-se necessária para que se reconhecesse, em números (ainda que parciais), como a Covid-19 se manifestou no território paraense em suas sub-regiões. Evidenciou-se, por fim, que o impacto homogeneizante da pandemia na economia paraense deve ser acompanhado de um esforço analítico mais detido quando nos deparamos com as consequências nos lugares que possuem relação com a atividade turística de forma direta ou indireta.

## Referências


BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged**. Base de dados online. 2020. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 22 out. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria n. 271, de 23 de agosto de 2019. Define o Mapa do Turismo Brasileiro 2019 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Poder Executivo, Brasília, DF, p. 78, 26 ago. 2019.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS. **Boletim de turismo do estado do Pará**. Belém: Fapespa, 2017.

MARABÁ. **Governo Transparente**. Disponível em: <http://www.governotransparente.com.br>. Acesso em: 19 ago. 2020.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GUIMARÃES, Raul Borges. Por que a circulação de pessoas tem peso na difusão da pandemia? **Notícias UNESP**, 26 mar. 2020. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/35626/por-que-a-circulacao-de-pessoas-tem-peso-na-difusao-da-pandemia>. Acesso em: 23 nov. 2020.



## **De uma curva ascendente de crescimento à recessão: reflexões iniciais sobre o impacto da pandemia da Covid-19 no turismo no estado do Tocantins**

**Ana Claudia Macedo Sampaio – UFT  
Andressa Ferreira Ramalho Leite – UFT  
Angela Teberga de Paula – UFT  
Dianine Censon – UFT  
Maria Antônia Valadares de Souza – UFT  
Orimar Souza Santana Sobrinho – UnB  
Stephanni Gabriella Silva Sudré – UFT  
Valdirene Gomes dos Santos de Jesus – UFT**

Este texto visa analisar, preliminarmente, os impactos da pandemia da Covid-19 no turismo do estado do Tocantins, elencando para análise quatro localidades turísticas do estado: Palmas, Araguaína, Rio da Conceição e Mateiros.

O Tocantins é um estado novo, porém a sua história é antiga, mesmo com limitada expressividade no cenário nacional se comparado ao estado de Goiás, do qual foi desmembrado em 1988<sup>i</sup>. A ocupação circunstancial desse território está assentada na descoberta de aluviões auríferos, cuja exaustão induzia constantes mudanças para outros pontos onde afloraram novas oportunidades de extração, dando origem a uma incipiente rede de lugares (AJARA et al., 1991; MATTEO; MATRICARDI, 2016).

Com a criação do novo estado e a construção da capital Palmas, afluíram intensos fluxos de migrantes, totalizando atualmente uma população de cerca de 1,5 milhão de habitantes (IBGE, 2019a).

Em 2020, com o surgimento da Covid-19, provocada pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2), a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu a situação de emergência em saúde. Em todo o mundo, já são quase dois milhões de mortes, sendo mais de duzentos mil no Brasil (JOHNS HOPKINS UNIVERSITY & MEDICINE, 2020). Segundo o 300º boletim epidemiológico da Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins, foram registrados 92.916 casos de pessoas infectadas, totalizando 1.267 mortes confirmadas até o momento em que este texto foi escrito. Em março de 2020, foi sancionado o Decreto Estadual nº 6.072, que declara estado de calamidade

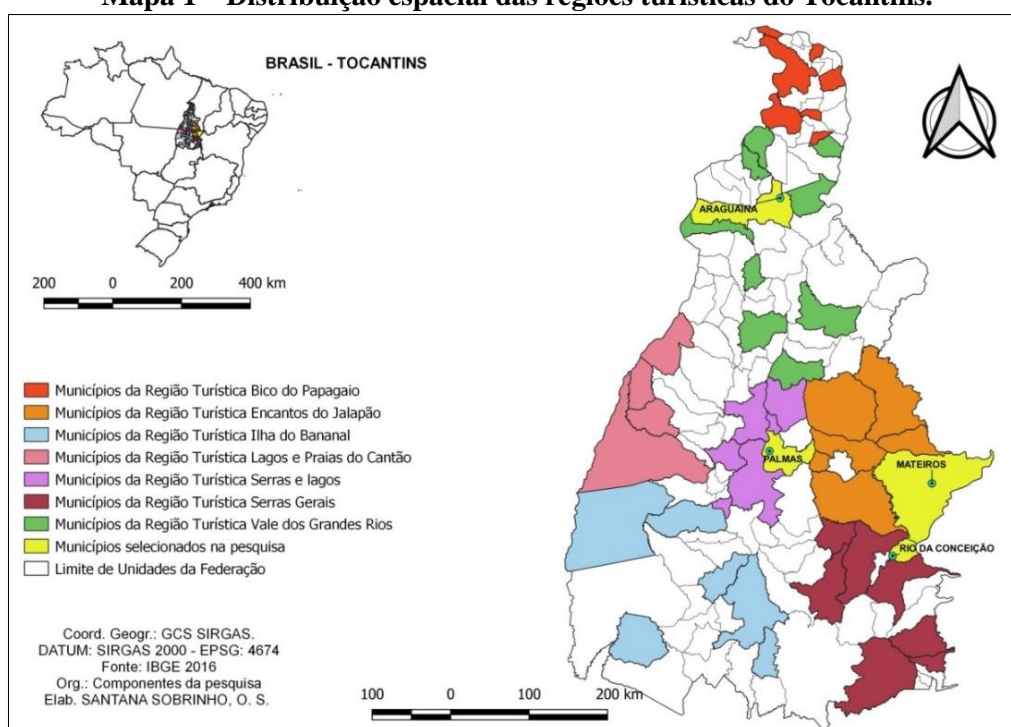
pública, paralisando assim, todas as atividades, incluindo a cadeia produtiva do turismo, o objeto de estudo desta pesquisa.

### Pressupostos metodológicos

A presente pesquisa se caracteriza de natureza descritiva e exploratória com abordagem quanto-qualitativa de dados, buscando compreender, analisar, descrever, e explicar os fenômenos sociais a partir de métodos distintos (FLICK, 2009).

Quanto ao universo da pesquisa, o estado do Tocantins, pertencente à Amazônia Legal, conta com sete regiões turísticas: Serras Gerais, Encantos do Jalapão, Ilha do Bananal, Praias e Lagos do Cantão, Serras e Lago, Vale dos Grandes Rios e Bico do Papagaio. Dentro das possibilidades de escolha das localidades para a aplicação da pesquisa, a partir das sete regiões turísticas do Tocantins, quatro delas destacaram-se: a região turística das Serras e Lago, a dos Encantos do Jalapão, a das Serras Gerais e a do Vale dos Grandes Rios. Foram escolhidas, então, quatro cidades para análise, uma em cada região, a saber: Palmas (Serras e Lago), Mateiros (Encantos do Jalapão), Rio da Conceição (Serras Gerais) e Araguaína (Vale dos Grandes Rios), conforme Mapa 1.

**Mapa 1 – Distribuição espacial das regiões turísticas do Tocantins.**



Fonte: Brasil, Ministério do Turismo, Mapa do Turismo Brasileiro (2019) e IBGE (2019b).

A cidade de Palmas, capital do estado do Tocantins, conta com cerca de 300 mil habitantes (IBGE, 2019a), é a mais nova cidade brasileira planejada, localizada em meio ao Cerrado, entre a Serra de Lajeado e o lago de 630 km<sup>2</sup>, formado pela construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães. O maior aeroporto do estado fica em Palmas, que recebe visitantes durante o ano inteiro, principalmente a negócios.

A cidade de Mateiros (Encantos do Jalapão, possui 2.600 habitantes (IBGE, 2019a), e fica localizada na região leste do estado, a 310 km da capital. Ela compõe o conjunto de cidades do Parque Estadual do Jalapão.

Rio da Conceição (Serras Gerais), com 2.130 habitantes (IBGE, 2019a) e a 250 km da capital, foi escolhida para aplicação da pesquisa por demonstrar maior organização e disponibilidade de acesso aos dados públicos necessários na primeira fase da pesquisa.

Finalmente, Araguaína (Vale dos Grandes Rios), única cidade escolhida no norte do Tocantins, a 380 km da capital, é a segunda cidade mais populosa do estado, com 180 mil habitantes (IBGE, 2019a). Araguaína localiza-se estrategicamente na Rodovia Belém-Brasília (BR-153) e tem a pecuária como principal setor econômico. Conhecida como capital econômica do Tocantins, concentra em seu núcleo urbano serviços de comércio que atendem uma estimativa de 1,7 milhão de pessoas do entorno próximo, inclusive moradores do sudeste do Pará e do sudoeste do Maranhão.

### **Análises e discussões preliminares: impactos da Covid-19 no Tocantins**

Segundo dados do Observatório de Turismo do estado do Tocantins (2020), houve em 2020 um significativo aumento de empresas e profissionais na área cadastradas no registro obrigatório do Cadastur<sup>ii</sup>. Enquanto no segundo trimestre de 2019 havia 541 empresas cadastradas, no mesmo período de 2020, esse número aumentou para 733 – aumento que pode ser explicado a partir da mobilização do estado e das prefeituras para a formalização dessas empresas.

Quanto ao faturamento mensal da indústria do turismo, houve uma redução significativa a partir de março de 2020, segundo dados da Confederação Nacional do Comércio. Passou de R\$ 34.294.806,00 (março/2019) para R\$ 24.272.471,00 (março/2020).



## **Palmas**

Considerando as situações de deslocamento aéreo de passageiros apresentadas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC, 2020), no primeiro semestre de 2019 foram 2.939 voos nacionais que transportaram 275.566 passageiros. Para o mesmo período de 2020 ocorreram 1.216 voos nacionais, reduzindo para 121.693 o número de passageiros. Portanto, a variação de voos de 2019 para 2020 foi de -59% e, conseqüentemente, a de passageiros transportados foi de -56%.

No que se refere à empregabilidade do setor turístico em Palmas, os impactos da pandemia foram sentidos com uma variação em torno de -28,2% na comparação do anuênio 2019-2020. As admissões ocorridas em 2019 contabilizaram um total de 893, em contrapartida das 863 demissões do período, representando um saldo positivo de 30 contratações. Contudo, em 2020, as 641 admissões são suplantadas por 902 demissões, originando, portanto, um saldo de -261 empregos cuja variação relativa entre 2019 e 2020 chega a -870% (BRASIL, 2020).

Os restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação, até o momento, apresentaram um dos impactos mais significativos da pesquisa. Considerando que, no primeiro semestre de 2019, as admissões somaram 654 contratados, e em 2020 reduziram para 442 contratações, representando, assim, uma queda perceptível na empregabilidade do setor.

Nesse contexto, também é válido ressaltar a portaria nº 28, de 27 de março de 2020 publicada no Diário Oficial do Município de Palmas, instituindo o Plano de Ação Emergencial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDES).

## **Araguaína**

Em relação ao fluxo de voos no aeroporto de Araguaína, que atende majoritariamente uma demanda regional, de acordo com dados da ANAC (2020), enquanto no primeiro semestre de 2019 houve 355 voos, transportando 13.951 passageiros, no mesmo período em 2020 o número de voos caiu para 164, e o de passageiros para 8.867. A variação no número de voos foi de -54%, e de passageiros transportados -36%, reflexo do fechamento total do aeroporto nos meses de abril, maio e junho.

Segundo dados do Caged (BRASIL, 2020), o setor da hotelaria e similares apresentou um decréscimo de 20% nas contratações na comparação dos primeiros semestres de 2019 e 2020. Já o setor de agências de viagens e turismo teve uma redução ainda mais drástica, totalizando -50% em cargos e contratações no período pesquisado – setor que mais relatou declínio nas vendas em comparação ao ano 2019-2020. No setor de alimentos e bebidas, os impactos também foram sentidos. As contratações do primeiro semestre de 2020 totalizaram 102, em contrapartida ocorreram 194 demissões no mesmo período, compreendendo, com isso, um saldo negativo de -92 postos de trabalho.

No tocante às políticas públicas e decretos instituídos para o enfrentamento da pandemia, o Decreto nº 203, de 16 de março de 2020, adere às recomendações e políticas públicas estaduais e federais, e impõe medidas restritivas.

### ***Rio da Conceição***

No caso de Rio da Conceição, segundo os dados levantados em entrevistas<sup>iii</sup> com empreendedores locais e a instância regional de turismo (ASSEGTUR), a pandemia estacionou a crescente do turismo no município, visto que os hotéis apresentaram taxa de ocupação de 80% e 90% nos dois primeiros meses de 2020 e zero no restante do primeiro semestre. As agências de viagens foram de 1.020 *vouchers* emitidos para visitação a atrativos locais e roteiros diversos, considerando o primeiro semestre de 2019, para 389 *vouchers* no mesmo período em 2020. Os bares e restaurantes apresentaram uma redução de 90%, já que foram fechados para atendimento ao público. Quanto à atuação das instituições públicas, não houve relatos de ações de ajuda, pesquisa ou assessoria voltada à recuperação do setor, bem como da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (Abih), Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav) e Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel). Os entrevistados citaram apenas a parceria com a Universidade Federal do Tocantins no desenvolvimento de ações de reforço da gestão integrada da região e formações do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) voltadas para a comercialização e marketing digital.

## **Mateiros**

Em Mateiros, município da região turística Encantos do Jalapão, principal destino turístico do estado do Tocantins, o fluxo turístico teve uma queda considerável, levando em conta o Decreto nº 6.067 do governo do estado do Tocantins, de 17 de março de 2020, que suspendeu as visitas turísticas nos parques estaduais. Entre estes, podemos citar a Cachoeira da Velha/Praia do rio Novo e Dunas. Com isso, a queda de visitas no primeiro semestre de 2020 foi de 50% quando comparado com o mesmo período de 2019. Em 2020 houve 8.595 turistas visitando as dunas, enquanto no ano anterior a quantidade de turistas foi de 17.347. Já a Cachoeira da Velha contou com 2.699 turistas no primeiro semestre de 2020, enquanto no primeiro semestre de 2019 foram 11.145.

## **Considerações finais**

Conclui-se, com esse estudo preliminar, que os impactos causados pela pandemia da Covid-19 estão afetando consideravelmente a atividade turística no estado do Tocantins. Empresários e consumidores relataram a sensação de insegurança por falta de medidas mais efetivas ao enfrentamento da pandemia, bem como a dificuldade no acesso de informações e orientações a partir dos órgãos públicos locais, estaduais e federais. Ainda que fosse possível observar, ao analisar os dados dos anos anteriores à pandemia, uma curva ascendente de crescimento da atividade turística no estado, a crise sanitária atual acarreta índices que apontam inquietantes cenários de recessão e desemprego no setor.

## **Referências**

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL. **Voos e operações aéreas** – dados estatísticos do transporte aéreo. ANAC, 2020. Disponível em: <https://www.anac.gov.br/acesso-a-informacao/dados-abertos/areas-de-atuacao/voos-e-operacoes-aereas/dados-estatisticos-do-transporte-aereo>. Acesso em: 28 nov. 2020.

AJARA, C. de; FIGUEIREDO, A.H; BEZERRA, V. M. d – . C.; BARBOSA, J. G. O estado do Tocantins: reinterpretação de um espaço de fronteira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n.4, p. 1-166, out./dez. 1991. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1991\\_v53\\_n4.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1991_v53_n4.pdf). Acesso em: 22 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged**. Base de dados online. 2020. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged.php>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo 2019-2021**. Brasília-DF: MTur, 2019. Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso: 30 nov. 2020.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa-3**. Porto Alegre: Artmed editora, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2019**. IBGE, 2019a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>. Acesso em: 01 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malhas digitais 2019**. IBGE, 2019b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais.html>. Acesso em: 27 nov. 2020.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY & MEDICINE. **COVID-19 Dashboard by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE)**. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MATTEO, K. C. de; MATRICARDI, E. A. T. Secretaria do Planejamento e Orçamento. Superintendência de Planejamento e Desenvolvimento. Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. Gerência de Indicadores Econômicos e Sociais. **Zoneamento Ecológico-Econômico**. Diagnóstico da Dinâmica Social e Econômica do Estado do Tocantins. Rede de Cidades. Palmas: Seplan, 2016. Disponível em: <http://www.sefaz.to.gov.br/zoneamento/publicacoes-tecnicas/tocantins/tocantins/diagnostico-da-dinamica-social-e-economica-do-estado-do-tocantins/>. Acesso em: 22 dez. 2020.


OBSERVATÓRIO DE TURISMO DO ESTADO DO TOCANTINS. **Oferta turística: empresas turísticas. 2020**. Disponível em: <http://mccrit1.madsystemscloud.com/clients/tocantins/index.php/indicadores/oferta>. Acesso em: 07 dez. 2020.

---

<sup>i</sup> A criação do estado do Tocantins ocorreu a partir do artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, em 5 de outubro de 1988.

<sup>ii</sup> Sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam na cadeia produtiva do turismo.

<sup>iii</sup> Foram entrevistados Fernanda Castro, presidente da Associação de Desenvolvimento do Turismo Sustentável e Produção Associada de Serras Gerais do Tocantins (ASSEGTUR) e Ester Carvalho (Secretária Municipal de Turismo e Cultura) na data de 21 de dezembro de 2020 por videoconferência.



## **O cenário turístico maranhense em frente aos efeitos da Covid-19: um olhar sobre os municípios de São Luís, Barreirinhas e Tutóia**

**Linda Maria Rodrigues – UFMA**  
**Thays Regina Rodrigues Pinho – UFMA**  
**David Leonardo Bouças da Silva – UFMA**  
**Terezinha de Jesus Campos de Lima – IFMA**  
**Débora Rodrigues de Oliveira Serra – IFMA**  
**Monique de Oliveira Serra – IFMA**

As privações de mobilidade impostas globalmente para evitar a disseminação do coronavírus levaram ao fechamento de fronteiras entre países e entre regiões dentro de um mesmo país, afetando sobremaneira o turismo global e local (FGV, 2020; UNWTO, 2020). Os impactos observados vão desde perdas econômicas consideráveis às empresas até o encerramento de suas operações (BARTIK et al., 2020). No estado do Maranhão, o retorno gradual das atividades econômicas, amparadas por protocolos sanitários adotados por governos locais, tem sido acompanhado de alguns esforços em prol do desenvolvimento de pesquisas, em diversos segmentos, inclusive no turístico, com intuito de mensurar efeitos associados à pandemia.

Sob essa ótica, o presente ensaio vai ao encontro de tal contexto, objetivando identificar e analisar os impactos da pandemia a partir de estudos preliminares realizados nos municípios maranhenses de São Luís, Barreirinhas e Tutóia, contemplando o setor hoteleiro, de alimentação, os transportes e os fluxos como categorias de referência.

No Maranhão, a política de desenvolvimento turístico vem sendo direcionada, desde os anos 2000, pelo Plano Maior – o Plano Estratégico do Estado do Maranhão – documento que orientou a estruturação dos dez polos turísticos do território maranhense, também reconhecidos pelo Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo (MTur).

São Luís, capital maranhense e principal destino do estado, concentra seu apelo turístico nas tradições culturais e no Centro Histórico – reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Patrimônio Cultural Mundial no ano de 1997 – portanto, considerada como o portão de entrada de turistas. Este polo é classificado

como indutor, pela sua capacidade de induzir o desenvolvimento turístico no estado, catalisando o desenvolvimento dos demais polos maranhenses (MARANHÃO, 2011).

Ademais, tem-se Barreirinhas considerada a principal cidade de acesso ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) e portão de entrada do polo Lençóis Maranhenses (MARANHÃO, 2011), classificado também como polo indutor, e Tutóia – Polo Delta das Américas (MARANHÃO, 2011) – que vem alcançando destaque após melhorias promovidas na infraestrutura de acesso e na estruturação da governança local dos municípios adjacentes (SILVA et al., 2020), apesar de estar classificado como polo estratégico, nível abaixo do indutor, mas importante para a diversificação da oferta em médio prazo (MARANHÃO, 2011).

Os números referentes aos impactos da Covid-19 no cenário turístico maranhense são apresentados nas figuras 1 e 2 a seguir e discutidos ao longo do texto.

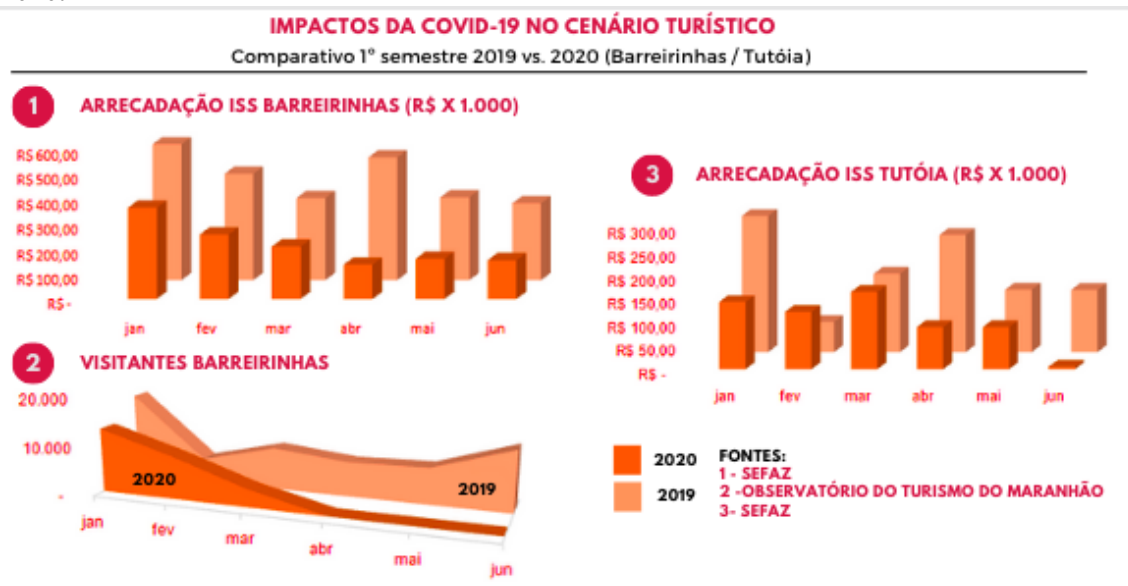
**Figura 1. Impactos da Covid-19 no turismo de São Luís: comparativo 2019 e 2020.**



Fontes: Brasil, Ministério da Economia, Secretaria do Tesouro Nacional. Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária. Observatório do Turismo do Maranhão. Secretaria Municipal da Fazenda de São Luís.

Organizado pelos autores (2020).

**Figura 2. Impactos da Covid-19 no turismo de Barreirinhas e Tutóia: comparativo 2019 e 2020.**



Fontes: Observatório do Turismo do Maranhão e Secretaria Municipal da Fazenda de São Luís.  
Organizado pelos autores (2020).

### Impactos no setor da hospedagem e alimentação

O setor hoteleiro, especialmente em São Luís, sofreu uma retração significativa. Segundo dados do Observatório do Turismo do Maranhão (2020), a taxa de ocupação hoteleira (TOH), principal indicador de desempenho do setor, despencou a partir de março de 2020. As empresas hoteleiras ludovicenses já vinham enfrentando uma forte retração, em decorrência da crise econômica brasileira dos últimos anos (SILVA et. al., 2018), com leve recuperação no ano de 2019. Com a chegada da Covid-19, os desafios impostos aos negócios se mostram ainda mais desafiadores. A Figura 1 traça um comparativo entre os primeiros semestres de 2019 e 2020 quanto à TOH em São Luís. Houve um decréscimo de 33% em 2020, com o mês de maio atingindo o pior resultado (15%), possivelmente por ser reconhecido como o período de ápice da pandemia no Brasil, com adoção de mais medidas limitativas de mobilidade, impedindo o deslocamento de turistas.

Em Barreirinhas, a redução dos fluxos turísticos (Figura 2) trouxe consequências negativas para a cadeia produtiva do turismo local. No início de março, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) interrompeu a visita pública ao PNLM, principal produto turístico do estado,



como medida preventiva para minimizar a disseminação do vírus (BRASIL, 2020a). Entre as empresas mais afetadas, destacam-se as agências de receptivo e os meios de hospedagem que tiveram que arcar com prejuízos de cancelamentos, remarcações e reembolsos (SEBRAE, 2020).

Na pesquisa de Bouças da Silva, Miranda e Hoffmann (2021), verificou-se que alguns gestores ludovicenses lançaram mão da Medida Provisória nº 948/2020, que trata do cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública, com o intuito de reduzir a pressão sobre seus negócios, uma vez que esta medida desobrigava empresas turísticas a reembolsarem os consumidores no cenário da pandemia. No entanto, não se sabe se os empreendimentos barreirinhenses buscaram adotar esta mesma estratégia, uma vez que os dados existentes sobre a TOH neste município não estão estruturados de maneira a permitir uma análise coerente. Em Tutóia, a situação é agravada pela inexistência de dados sobre esse indicador, aspecto que dificulta esta avaliação, muito embora se saiba que a situação decorrente da suspensão do funcionamento de pousadas, hotéis e similares estabelecidos por instrumentos normativos no município, impactou o setor negativamente.

Observa-se que algumas empresas do setor de alimentos e bebidas (A&B) apresentaram ganhos de competitividade, por ampliarem seus canais de distribuição/vendas, como delivery e desenvolvimento dos seus próprios aplicativos. Dessa forma, segundo dados divulgados pelo Sebrae (2020), 92% das empresas tiveram queda no faturamento e apenas 4,5% dos donos de bares e restaurantes entrevistados afirmaram ter tido crescimento no faturamento durante esse período, pois adaptaram seus negócios ao serviço de entrega.

### **Impactos nos transportes e nos fluxos**

Especificamente no tocante aos transportes turísticos, os principais modais (ferroviário, aéreo, aquaviário e rodoviário) apresentaram perdas. Contudo, o modal aéreo sofreu impactos mais significativos, com prejuízos previstos na ordem de US\$ 84 bilhões, em termos globais (IATA, 2020). Os dados apontaram uma diminuição drástica no número de usuários nos primeiros meses da pandemia, com uma recuperação lenta e oscilações da

demanda por viagens aéreas a partir do mês de junho. Uma investigação da Associação Brasileira de Agências de Viagens Corporativas (ABRACORP, 2020) comprovou que no turismo corporativo brasileiro, houve uma queda de aproximadamente 90%, ao considerar atividades como transporte, hospedagem e seguro.

Com vistas à retomada das viagens, esforços vêm sendo feitos no sentido de atrair passageiros, como a adoção de medidas sanitárias e de segurança, além do uso de tecnologias que corroborem a sua proteção. As perspectivas para o setor aéreo não são promissoras para o próximo ano, segundo a Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA, 2020), o setor deve operar com uma demanda reduzida e 25% abaixo dos números de 2019.

A demanda por viagens aéreas no Brasil começou a diminuir em abril de 2020. No mesmo período, houve drástica redução da malha que atende São Luís. Os dados da Figura 1 destacam uma redução de 48% no número de voos na capital maranhense (INFRAERO, 2020), situação acompanhada pela redução do fluxo de passageiros pelo modal aéreo, que apresentou decréscimo de 47%, segundo a mesma fonte consultada. Cabe ressaltar que parte expressiva dos visitantes do Maranhão, que chega por via aérea, tem como objetivo o turismo de negócios e/ou o ecoturismo/turismo na natureza no PNLN. Enquanto naquele segmento, as atividades foram interrompidas e houve a necessidade de adotar novas tecnologias e práticas (OECD, 2020), como o *home office*, neste, o fechamento da área protegida inviabilizou o deslocamento mesmo dos viajantes dispostos a se exporem aos riscos de contrair a Covid-19. A consequência imediata dessas ocorrências é a redução significativa nos fluxos turísticos.

Como estratégia de recuperação do setor, o secretário estadual de Turismo do Maranhão<sup>i</sup> (2020) mencionou em entrevista que “estamos melhorando e captando mais voos e recuperando a malha área com políticas voltadas para a diminuição de alíquotas no setor”.

Em Barreirinhas, nos meses de abril e maio de 2020, o fluxo de visitantes nos principais atrativos locais se mostrou praticamente inexistente, como resultante do fechamento do PNLN (BRASIL, 2020a) e das fronteiras intermunicipais no estado, conforme dados do Observatório do Turismo do Maranhão apresentados na Figura 2.

Deste contexto, percebe-se que a interrupção do movimento turístico para uma cadeia produtiva que exerce elevada influência na economia municipal exigirá contínuo empenho em favor de uma recuperação social e economicamente planejada e oportuna aos atores implicados. Isto porque as localidades mais dependentes do turismo – caso de Barreirinhas – são as que efetivamente sofrem maiores impactos, uma vez que os destinos que trabalham a atividade turística como uma monocultura são mais suscetíveis a qualquer externalidade que afete o fluxo de visitantes (KRIPPENDORF, 2000).

No que se refere ao município de Tutóia, a acentuada redução na arrecadação do ISS pode estar relacionada à redução dos fluxos, todavia, não foram disponibilizadas, pelo município ou entidades realizadoras de pesquisas, informações que confirmem essa hipótese. Ademais, tratando-se de um município situado em um polo estratégico, considera-se que ele é menos dependente da atividade turística do que os indutores.

### **Considerações finais**

Para empresas turísticas maranhenses, já se identificou impactos negativos advindos da pandemia, como o cancelamento de serviços, interrupção e/ou redução nas vendas, ou até mesmo suspensão temporária das atividades, em segmentos como transporte, agenciamento, eventos e hospedagem, o que vem se refletindo em graves dificuldades financeiras dos empreendimentos e, em alguns casos, falência dessas empresas (BOUÇAS DA SILVA et al., 2021).

Diante do cenário desafiador, reforça-se o papel governamental no suporte às empresas turísticas, seja por meio de subsídios, isenções fiscais, entre outros. Esta ajuda pública deve se somar aos esforços particulares das empresas para encontrar alternativas que viabilizem a continuidade dos seus negócios. Algumas estratégias sugeridas aqui são: realizar parcerias com outras empresas – concorrentes ou não – para desenvolver ações conjuntas; aperfeiçoar a sua gestão de custos, diante da redução drástica de suas receitas; investir em mídias digitais para facilitar a comunicação com seus públicos consumidores; adotar e comunicar os seus novos protocolos sanitários, a fim de ampliar a confiança dos viajantes na retomada do turismo.

Por fim, com base nas dificuldades enfrentadas pelo setor turístico, levando-se em consideração por exemplo a redução de voos, acreditamos, aqui, que o turismo regional deve se reinventar para suprir a perspectiva reduzida da demanda futura e investir em novos segmentos de mercado locais e regionais que não utilizem o segmento aéreo para acessar os principais destinos.

Reforça-se, também, que estas são impressões iniciais sobre os impactos da pandemia nos negócios turísticos dos destinos selecionados, cujos esforços de investigações futuras permitirão ampliar as fontes de pesquisa e as informações, avançando para análises mais precisas e consolidadas do setor turístico como um todo.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE VIAGENS CORPORATIVAS. **Pesquisa de vendas da ABRACORP 2020**. Disponível em: <https://www.abracorp.org.br/>. Acesso: 11 out. 2020.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE TRANSPORTE AÉREO. **Prejuízo do setor aéreo deve atingir US\$ 84 bilhões em 2020**. IATA, Notícia, n. 50, 2020. Disponível em: <https://www.iata.org/contentassets/060a388cfde24a83b7f38fda101a2239/2020-06-09-01-pt.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BARTIK, A.; BERTRAND, M.; CULLEN, Z.B.; GLAESER, E.L.; LUCA, M.; STANTON, C. The impact of COVID-19 on small business outcomes and expectations. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, 117, n. 30, jul. 2020.

BOUÇAS DA SILVA, D.L.; MIRANDA, A.L.; HOFFMANN, V.E. Viva ou deixe morrer: estratégias para o enfrentamento da COVID-19 sob a perspectiva empresarial em São Luís do Maranhão, Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 15, n. 1, 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo 2019-2021**. Brasília-DF: MTur, 2019. Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso: 22 jul. 2020.

BRASIL. **Parque dos Lençóis Maranhenses é reaberto para visitaçã**o. 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/viagens-e-turismo/2020>. Acesso em: 31 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. **Relatório resumido de execução orçamentária**. 2020b. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/contabilidade-e-custos/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria-rreo-uniao>. Acesso em: 30 nov. 2020.

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA. **Estatísticas**. Infraero, 2020. Disponível em: <https://transparencia.infraero.gov.br/estatisticas/>. Acesso em: 10 out. 2020

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Impacto econômico do COVID-19**: propostas para o turismo brasileiro. Rio de Janeiro: FGV/EBAPE, 2020.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

MARANHÃO. Secretaria de Turismo. **Plano Estratégico de Turismo do Estado do Maranhão**. Plano Maior 2020: a certeza do futuro do Maranhão, 2011.

OBSERVATÓRIO DO TURISMO DO MARANHÃO. **Pesquisas e documentos**. 2020. Disponível em: <https://observatorio.turismo.ma.gov.br>. Acesso em: 06 jun. 2020.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Coronavirus (COVID-19)**: SME Policy Responses. OECD, 2020. Disponível em: [https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=119\\_119680-di6h3qgi4x&title=Covid](https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=119_119680-di6h3qgi4x&title=Covid). Acesso em: 20 jul. 2020.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal da Fazenda. **Demonstrativos contábeis**. 2020. Disponível em: <http://transparencia.saoluis.ma.gov.br/pagina/1547/>. Acesso em: 14 out. 2020.

SEBRAE. **Sebrae divulga pesquisa com número de fechamento dos bares e restaurantes na pandemia**. 2020. Disponível em: <https://fdr.com.br/2020/09/05/sebrae-divulga-pesquisa-com-numero-de-fechamento-dos-bares-e-restaurantes-na-pandemia/>. Acesso em: 06 set. 2020.

SILVA, D.L.B.; ANDRADE, D.A.C.; CASALES-GARCIA, V.; LEITÃO, D.C. Estratégias de alojamentos turísticos para momentos de crise: estudio de casos múltiples en la hostelería de São Luís do Maranhão, Brasil. **Revista Turydes**: Turismo y Desarrollo, n. 25, dez. 2018.

SILVA, D. L. B.; PINHO, T. R. R.; LUCENA, C.; CASALES-GARCIA, V.; ALMEIDA, I. C. La gobernanza en el Parque Nacional de los Lençóis Maranhenses, Brasil: análisis preliminar del voucher digital sobre la perspectiva del trade. **Revista Turydes**: Turismo y Desarrollo, v. 13, n. 28, p. 308-332, jun./jul. 2020.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **An inclusive response for vulnerable groups**. UNWTO, 2020. Disponível em: [www.unwto.org/covid-19-inclusive-response-vulnerable-groups](http://www.unwto.org/covid-19-inclusive-response-vulnerable-groups). Acesso em: 20 jul.

---

<sup>i</sup> VEIGA, Hugo de Paiva: depoimento [nov. 2020]. Entrevistadores: D. Rodrigues, D. Bouças, J. Almeida, L. Rodrigues e T. Campos. São Luís: Google Meet, 2020. Entrevista concedida a Pesquisa Turismo em tempos de pandemia UFMA/IFMA.



## **Os efeitos desiguais da crise da Covid-19 no turismo do estado do Rio Grande do Norte**

**Carolina Todesco – UFRN**  
**Maria Aparecida Pontes da Fonseca – UFRN**  
**Itamara Lúcia da Fonseca – UFRN**  
**Fernanda Raphaela Alves Dantas – UFRN**

É de amplo conhecimento que a prática social do turismo envolve e impulsiona uma série de atividades econômicas, geradora de trabalho formal e informal. Todavia, a pandemia da Covid-19, ao impor medidas restritivas de circulação de pessoas, evidenciou as atividades que de fato dependem quase que exclusivamente do turista-consumidor, e que por isso enfrentaram muito mais dificuldades para encontrar alternativas perante a ausência dos turistas nos destinos, entre os meses de abril e agosto de 2020.

Desta forma, o objetivo desse ensaio é evidenciar brevemente os efeitos desiguais da crise da pandemia da Covid-19 nas atividades características do turismo nos principais destinos do estado do Rio Grande do Norte, com foco especial no trabalho formal e informal do turismo.

### **O recorte espacial em análise**

O estado do Rio Grande do Norte se configura num importante destino turístico brasileiro, tanto de fluxos nacionais como internacionais. Entretanto, esse fluxo concentra-se em alguns poucos municípios, tais como Natal, Tibau do Sul e São Miguel do Gostoso, que despontaram no mercado turístico em diferentes períodos.

Natal, a capital e o município mais populoso do estado, com 890.480 habitantes (IBGE 2020), iniciou sua inserção no mercado turístico a partir do mega projeto urbano-turístico “Costa das Dunas-Via Costeira” do final da década de 1970, consolidando-se como destino de turismo de massa na década de 1990, com a expansão do transporte aéreo e das redes hoteleiras e a implementação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur-NE). Conforme pesquisa do Ministério do Turismo (2019), para os meses de dezembro de 2019 e janeiro de 2020, Natal foi o segundo destino de viagens nacionais mais procurado do Brasil, atrás apenas de Fortaleza/CE.

Entretanto, pela dinâmica e diversidade econômica própria de uma capital, o emprego nas atividades características do turismo (ACT) não é tão expressivo em termos relativos, correspondendo a 5,2% da população empregada no setor formal (BRASIL, 2019a)<sup>i</sup>.

A vila de pescadores da praia de Pipa, localizada no município de Tibau do Sul, de passagem de comunidades *hippies* e surfistas dos anos 1970, transformou-se a partir dos anos 2000 em uma das praias mais famosas do Brasil. Com uma população estimada de 14.440 habitantes (IBGE, 2020), vivenciou um intenso processo de turistificação do seu território nas duas últimas décadas, a ponto dos empregos formais nas atividades características do turismo corresponderem a 49,1% da população empregada, conforme dados do Ministério da Economia (BRASIL, 2019a).

São Miguel do Gostoso, com uma população estimada de 10.632 habitantes (IBGE, 2020), dentre os três, desponta como o destino mais recente no mercado turístico. Apesar de sua primeira pousada datar da metade da década de 1980, é somente com a disseminação da prática esportiva do *kitesurfe* que, pela sua localização geográfica e ventos propícios, torna-se um importante destino de turismo de esporte aquático, tendo como marco o ano de 2006, data de inauguração da primeira escola dedicada a esse esporte na localidade. O emprego formal nas atividades características do turismo corresponde a 31,3% de sua população empregada (BRASIL, 2019a).

Fica evidente, portanto, que Natal, Tibau do Sul e São Miguel do Gostoso, os principais destinos turísticos do estado do Rio Grande do Norte, apresentam diferentes níveis de dependência da atividade turística, o que significa que os efeitos de uma crise que afeta diretamente o setor, como a gerada pela pandemia da Covid-19, se manifestam de forma desigual nesses lugares, nas atividades econômicas e nos trabalhadores formais e informais do turismo.

### **As medidas de contenção da pandemia e os impactos no setor de turismo do Rio Grande do Norte**

A perspectiva para o ano de 2020, antes da pandemia, era de aumento do fluxo turístico aéreo no estado do Rio Grande do Norte, em especial pela redução de impostos no querosene de aviação, pelo governo do estado, a partir de junho de 2019 (Decreto Estadual nº 28.934/2019). Essa medida



promoveu o incremento de voos nacionais e internacionais para o Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, importante portão de entrada de turistas para os destinos em estudo. Entretanto, o cenário de crescimento dos fluxos foi interrompido pelo avanço da Covid-19. O reconhecimento da pandemia pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, impulsionou uma série de medidas emanada pelos governos para conter o avanço da contaminação, restringindo a circulação de pessoas e o funcionamento do comércio e dos serviços.

Essas medidas afetaram diretamente o transporte aéreo em todo o mundo e no Brasil. Especificamente no estado Rio Grande do Norte, o aeroporto de São Gonçalo do Amarante não recebeu nenhum voo internacional nos meses de abril, maio e junho de 2020, e o número de passageiros desembarcados em voos nacionais, comparado ao ano anterior, caiu 94% em abril e maio, e 90% em junho (ANAC, 2020).

No que diz respeito ao setor de turismo, em 13 de março de 2020, o governo do estado do Rio Grande do Norte restringiu a realização de eventos que implicassem aglomeração acima de cem pessoas (Decreto Estadual nº 29.512/20); em 17 de março de 2020, conferiu a Empresa Potiguar de Promoção Turística (Emprotur) o cancelamento de feiras, exposições e eventos agendados num período de 60 dias no centro de convenções e recomendou à população para que não frequentassem espaços com aglomeração de pessoas (Decreto Estadual nº 29.524/2020). Em 20 de março, o governo do estado aumentou as restrições e decretou a suspensão do funcionamento de shoppings, restaurantes, bares, lanchonetes e similares, mantendo o serviço de entrega em domicílio, e estabeleceu o fechamento de parques públicos e de diversão, museus, bibliotecas, teatros e cinemas (Decreto Estadual nº 29.541/2020).

Ainda no mesmo mês, além das restrições decretadas pelo governo do estado, o governo municipal de Tibau do Sul decretou o não recebimento de novos hóspedes nos hotéis, resorts, pousadas, condomínios, albergues, hostels, casas e similares, após o último dia útil do mês de março (Decreto Municipal nº 15/2020) e o governo municipal de São Miguel do Gostoso suspendeu, sob pena de multa administrativa, todas as licenças e autorizações concedidas para as atividades em andamento de hotéis, resorts, pousadas,

passeios coletivos de veículos 4x4 ou quadriciclos, bem como o ingresso de novos visitantes (Decreto Municipal nº 75/2020). Dos três, o governo do município de Natal foi o único que não emitiu decreto suspendendo as atividades de meios de hospedagem.

A realidade que se impôs aos empreendimentos e trabalhadores formais e informais do turismo, no primeiro semestre de 2020, como se pode observar pela movimentação de passageiros do transporte aéreo, como pelo teor dos decretos, foi desconcertante, tendo esse cenário permanecido até meados de setembro, mês em que o turismo (regional e rodoviário) iniciou sua retomada nos três destinos.

### Os efeitos da crise no trabalho formal e informal do turismo

A partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia, é possível verificar as atividades características do turismo que apresentaram maior perda de empregos formais, em termos absolutos e relativos (Tabela 1), durante a crise da Covid-19 no primeiro semestre de 2020.

**Tabela 1 – Número de empregos formais nas atividades características do turismo em Natal, Tibau do Sul e São Miguel do Gostoso em fevereiro e junho de 2020.**

ACT	NATAL				TIBAU DO SUL				SÃO MIGUEL DO GOSTOSO			
	Fev.	Jun.	Saldo	Saldo (%)	Fev.	Jun.	Saldo	Saldo (%)	Fev.	Jun.	Saldo	Saldo (%)
Hotéis e similares	4.422	3.060	-1.362	-30,8%	1.080	812	-268	-24,8%	201	156	-45	-22,4%
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	9.272	8.124	-1.148	-12,4%	791	605	-186	-23,5%	78	54	-24	-30,8%
Agências de viagens	565	447	-118	-20,9%	22	23	+1	+4,5%	2	0	-2	-100%
Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos	595	564	-31	-5,2%	5	4	-1	-20%	0	0	0	-
Locação de automóveis sem condutor	470	439	-31	-6,6%	7	7	0	0,0%	0	0	0	-

Fonte: Brasil, Ministério da Economia, Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, Rais, Caged. Organizado pelas autoras (2020).

O mês de fevereiro de 2020 representa o cenário pré-pandemia, e ao compará-lo ao mês de junho de 2020, nota-se a perda significativa de empregos formais em hotéis e similares, com destaque para o município de

Natal, que mesmo sem ter decretado o fechamento dos meios de hospedagem, a ausência de turistas provocou uma perda de -30,8% dos postos de trabalho formais. Os hotéis e similares são os principais empregadores na área do turismo em Tibau do Sul e São Miguel do Gostoso, os quais apresentaram em junho um saldo de emprego negativo de -24,8% e -22,4%, respectivamente.

Outro importante empregador na área do turismo nos três municípios em análise são os restaurantes e similares. Entretanto, em Natal a perda de empregos foi de -12,4%, uma queda menor a que ocorreu em Tibau do Sul (-23,5%) e São Miguel do Gostoso (-30,8%). Informações obtidas em entrevistas com representantes de órgãos públicos e do trade turístico<sup>ii</sup>, realizadas em dezembro de 2020, indicam as razões para uma queda menos expressiva dos empregos no setor de alimentos e bebidas em Natal. Muitos restaurantes e similares da capital ampliaram sua atuação no ambiente digital, investiram no *e-commerce*, aplicativos de entrega e no público local, o que permitiu se readaptarem ao cenário de isolamento e distanciamento social. Já os restaurantes e similares do município de Tibau do Sul e de São Miguel do Gostoso, voltados especialmente para o público externo, ou seja, para os turistas, sofreram mais com a crise, tendo em vista que a população de ambos, além de ser pequena, possui baixo poder aquisitivo e, desta forma, não costumam realizar refeições em/de restaurantes.

Empresas de organização de eventos, agências de viagens e locação de veículos são importantes empregadores apenas para o município do Natal. E desses, as empresas de organização de eventos foram as que apresentaram a menor perda de empregos, -5,2%, possivelmente por terem intensificado o uso de novas tecnologias de videoconferência e plataformas de transmissão ao vivo, permitindo a realização de eventos virtuais.

Em Natal, as agências de viagens tiveram um saldo de empregos negativo de -20,9%, mesmo tendo sido utilizada a remarcação das viagens como estratégia para ultrapassar o período mais intenso da crise no primeiro semestre de 2020.

O setor de turismo também é conhecido pela sua capacidade de gerar trabalho informal e precário, e em momentos de crise esses trabalhadores desprovidos de direitos trabalhistas são os que ficam em situação de maior vulnerabilidade. Nos destinos em estudo, o trabalho informal corresponde

especialmente aos vendedores ambulantes nas praias, garçons e cozinheiros de quiosques, que ficaram sem poder trabalhar de abril a agosto de 2020, devido às medidas restritivas de uso da praia e de funcionamento dos estabelecimentos comerciais da orla.

Além dos trabalhadores informais, também ficaram em situação difícil os autônomos que dependem do fluxo turístico, tais como guias de turismo e bugueiros. De acordo com o Sindicato dos Bugueiros do Rio Grande do Norte (2020)<sup>iii</sup>, são cerca de 728 bugueiros que atuam no litoral do estado, sendo a maioria informal sem cadastro de microempreendedor individual (MEI), o que impossibilitou capitanearem recursos destinados ao socorro desse tipo de empresa. E, segundo o Sindicato de Guias de Turismo do Rio Grande do Norte (2020)<sup>iv</sup>, existem cerca de 600 guias de turismo no estado, que ficaram sem trabalho por cinco meses seguidos.

Enquanto os trabalhadores formais, ao perderem seus empregos durante a crise, recorreram ao seguro-desemprego, os trabalhadores informais recorreram ao auxílio emergencial do governo federal. E para além das políticas de seguridade social, pôde-se verificar pelas entrevistas realizadas, que redes de solidariedade se formaram, envolvendo sindicatos, associações, órgãos públicos e a sociedade civil, para a arrecadação de cestas básicas e remédios em atendimento especialmente aos trabalhadores informais, que vivem e trabalham em condições precárias e cotidianamente enfrentam dificuldades de subsistência, mesmo em períodos sem crise.

### **Considerações finais**

Das atividades características do turismo, nos municípios de Natal, Tibau do Sul e São Miguel do Gostoso, os meios de hospedagem foram os que apresentaram uma das maiores taxas de desemprego no decorrer dos primeiros quatro meses da crise (março a junho de 2020), visto que possuem pouca margem de manobra diante da ausência de turistas. É um serviço que requer em sua essência o deslocamento de pessoas pelo espaço e a permanência temporária nos destinos, o que foi colocado em xeque pela pandemia. Além dos meios de hospedagem, as atividades dependentes do fluxo turístico como as desenvolvidas pelos guias de turismo e pelos bugueiros, por exemplo, ficaram completamente inviabilizadas. Por outro lado, vimos as

alternativas criadas pelos empreendimentos nas áreas de alimentos e bebidas e organização de eventos, que ampliaram sua atuação no ambiente digital/virtual, permitindo se readaptarem ao cenário de isolamento e distanciamento social.

Além do desemprego gerado sobretudo nas atividades mais dependentes do fluxo turístico, a crise da Covid-19 expôs os trabalhadores informais e autônomos do turismo a uma situação de maior vulnerabilidade, e evidenciou a importância das políticas de seguridade social e das redes de solidariedade.

## Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL. **Base de dados estatísticos do transporte aéreo.** ANAC, 2020. Disponível em: <https://www.anac.gov.br/assuntos/setor-regulado/empresas/envio-de-informacoes/microdados>. Acesso em: 3 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.** Base de dados online. 2020a. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 3 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged.** Base de dados online. 2020b. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged.php>. Acesso em: 3 set. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Pesquisa de Sondagem Empresarial – 2019:** empresários do setor de agências e organização de viagens no Brasil 2º semestre de 2019. MTur, 2019. Disponível em: <http://dadosefatos.turismo.gov.br/component/k2/itemlist/category/17.html>. Acesso em: 5 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades:** população estimada 2020. IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 1 out. 2020.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto n. 28.934, de 18 de junho de 2019.** *Dispõe sobre a concessão de regime especial de tributação às empresas de transporte aéreo.* Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: <http://webdisk.diariooficial.rn.gov.br/Jornal/12019-06-19.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto n. 29.512, de 13 de março de 2020.** Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (Covid-19) no âmbito do Poder Executivo Estadual. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: [http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id\\_jor=00000001&data=20200314&id\\_doc=677161](http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20200314&id_doc=677161). Acesso em: 10 ago. 2020.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto n. 29.524, de 17 de março de 2020.** Dispõe sobre medidas temporárias para o enfrentamento da Situação de Emergência em Saúde Pública provocada pelo novo Coronavírus (Covid-19). Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: [http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id\\_jor=00000001&data=20200318&id\\_doc=677489](http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20200318&id_doc=677489). Acesso em: 10 ago. 2020.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto n. 29.541, de 20 de março de 2020.** Define medidas restritivas temporárias adicionais para o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do novo coronavírus (Covid-19). Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: [http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id\\_jor=00000001&data=20200321&id\\_doc=678003](http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20200321&id_doc=678003). Acesso em: 10 ago. 2020.

SÃO MIGUEL DO GOSTOSO. **Decreto n. 75, de 24 de março de 2020.** Dispõe sobre medidas temporárias e excepcionais para o enfrentamento da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus (Covid-19). Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://site.saomigueldogostoso.rn.gov.br/decreto/decreto-n-75-2020>. Acesso em: 11 ago. 2020

TIBAU DO SUL. **Decreto n. 15, de 23 de março de 2020.** Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (Covid-19 / SARS-CoV-2). Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: <http://www.diariomunicipal.com.br/femurn/legislacao>. Acesso em: 11 ago. 2020.

---

<sup>i</sup> Conforme dados de vínculo empregatício do mês de dezembro de 2019 da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério da Economia. Nesse levantamento consideramos atividades características do turismo (ACT) as seguintes classes da CNAE: 55.10-8 Hotéis e similares; 55.90-6 Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente; 56.11-2 Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas; 77.11-0 Locação de automóveis sem condutor; 79.11-2 Agências de viagens; 79.12-1 Operadores Turísticos; 79.90-2 Serviços de reserva e outros serviços de turismo não especificados anteriormente; 8230-0 Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos.

<sup>ii</sup>Foram realizadas entrevistas semiestruturadas por videoconferência (plataforma Google Meet) com representantes dos seguintes órgãos e entidades: Secretaria de Turismo do Município de São Miguel do Gostoso (15/12/2020); Secretaria de Turismo do Município de Tibau do Sul (17/12/2020); Secretaria de Turismo do Município do Natal (18/12/2020); Sindicato dos Guias de Turismo do Rio Grande do Norte (07/12/2020); Sindicato dos Bugueiros do Rio Grande do Norte (08/12/2020); Associação dos Quiosques de Ponta Negra (08/12/2020); Cooperativa de Jipeiros 4x4 (15/12/2020); Associação dos Ambulantes de Ponta Negra (16/12/2020).

<sup>iii</sup> Informações obtidas em entrevista realizada com o representante do Sindicato dos Bugueiros do Rio Grande do Norte, no dia 8 de dezembro de 2020, por videoconferência (plataforma Google Meet).

<sup>iv</sup> Informações obtidas em entrevista realizada com o representante do Sindicato dos Guias de Turismo do Rio Grande do Norte, no dia 7 de dezembro de 2020, por videoconferência (plataforma Google Meet).

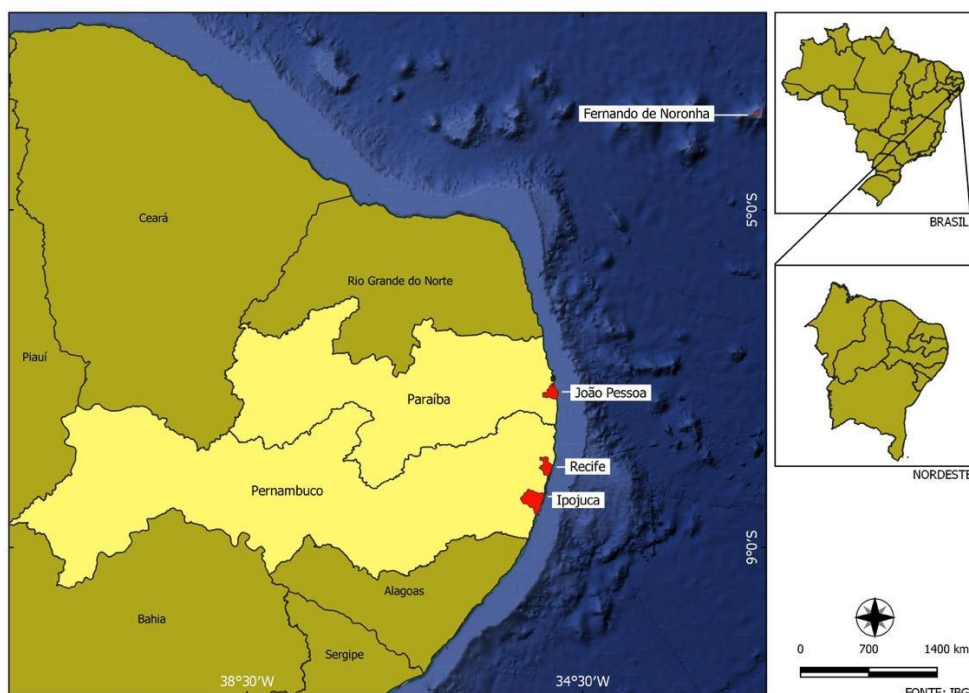


## Um olhar sobre o turismo em Recife, Fernando de Noronha, Ipojuca, e João Pessoa durante a pandemia

**Cristina Pereira de Araujo – UFPE**  
**Ilana Barreto Kiyotani – UFPB**  
**Denise Betânia Marques dos Santos – UFPE**  
**Adauto Gomes Barbosa – IFPE**  
**Otávio Augusto Alves dos Santos – UFRPE**  
**Camilla Andrade Lins – UFPE**

Este texto é resultante do esforço científico realizado pelo grupo Turismo em Tempos de Pandemia no contexto da pesquisa “Turismo em tempos de pandemia: uma análise multi e trans-escalar”, cujo objetivo é produzir uma análise dos impactos da pandemia da Covid-19 sobre o setor turístico, a partir de estudos de caso focados em algumas nações, regiões e localidades em diferentes condições de desenvolvimento econômico e com distintos graus de dependência da atividade turística. Analisamos aqui de forma sucinta como tal pandemia, e a crise sanitária dela decorrente, impactou o setor turístico de quatro importantes centros atrativos do Nordeste brasileiro, quais sejam: Recife, Fernando de Noronha, Ipojuca (PE) e João Pessoa (PB) (Mapa 1).

**Mapa 1 – Localização dos estados de Pernambuco e Paraíba com ênfase às localidades estudadas.**



Fonte: IBGE, 2019.



Os estados de Pernambuco e da Paraíba integram o Nordeste do Brasil, região cujo turismo constitui uma das mais importantes atividades econômicas. Paraíba é situada ao norte de Pernambuco e tem no município de João Pessoa, a sua capital. Já Pernambuco tem Recife como capital, a Ilha de Fernando de Noronha como distrito estadual e Ipojuca, ao sul do Recife, como um importante centro receptivo turístico do estado, graças à sua conhecida praia de Porto de Galinhas, de notoriedade internacional. Segundo a categorização dos municípios pelo Ministério do Turismo<sup>i</sup>, os três municípios pertencem à categoria A, e o distrito de Fernando de Noronha à B.

Os dados e análises a seguir foram realizados entre os meses de setembro e dezembro de 2020. Durante este período realizamos levantamentos de informações sobre finanças e políticas públicas, atividades características do turismo (ACT), empregos e fluxos. Dada a atualidade da situação, que ainda se desenrola e que pode adquirir novos contornos, nossa análise é breve e preliminar. Contudo já tem nos permitido elaborar a hipótese segundo a qual as localidades de menor diversidade econômica e alta dependência dos serviços turísticos estão sentindo as consequências da pandemia de forma mais evidente. Mediante novos acontecimentos, mormente aqueles relacionados à segunda onda pandêmica e ao início do processo de vacinação, os dados coletados serão revistos e atualizados, permitindo-nos uma análise ulterior mais profunda.

### **Análise comparativa antes e depois da pandemia**

A seguir apresentamos alguns dos dados com os quais podemos dimensionar os impactos ocasionados pela pandemia não apenas no setor turístico, mas também em muitas outras cadeias econômicas. Enfatizamos as informações sobre arrecadação pública, o *trade* turístico, emprego e fluxos (especialmente aeroportuário).

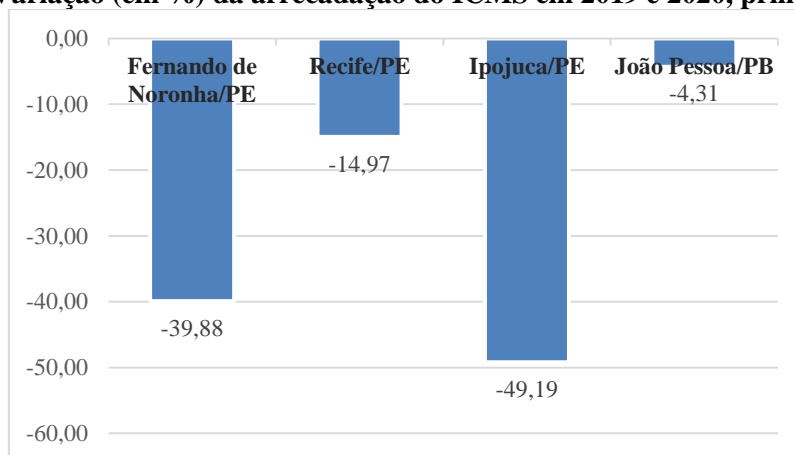
### **Finanças públicas**

Os dados comparativos<sup>ii</sup> entre os primeiros semestres de 2019 e 2020 revelam que a arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços), cuja competência é estadual, caiu para

todas as localidades estudadas (Gráfico 1). João Pessoa foi a que menos sentiu o influxo da arrecadação, na ordem de 4%. Na outra ponta, Ipojuca perdeu cerca de 50% na arrecadação, seguida da ilha de Fernando de Noronha, na ordem de 40%, e Recife, com 15%.

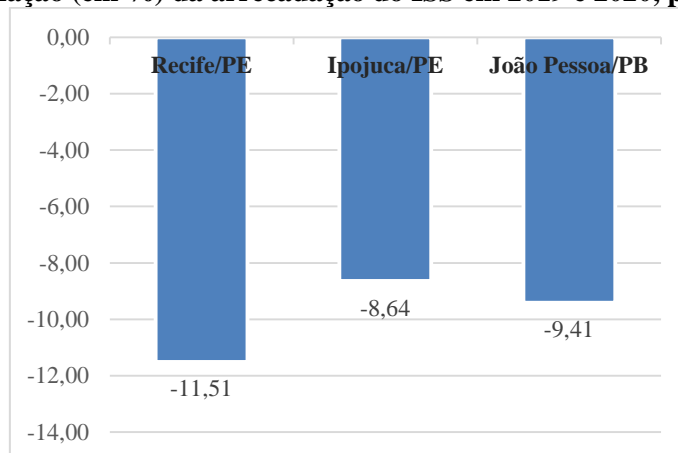
Para o ISS (Imposto sobre Serviços), cuja arrecadação é municipal, observa-se que as perdas foram menores, variando em torno de 10% para todos os municípios (Gráfico 2). Num comparativo entre receitas e despesas gerais, percebe-se um discreto aumento na geração de receitas gerais em Ipojuca (10%) e Recife (12%), mas que praticamente equivale ao aumento de despesas verificado para ambos.

**Gráfico 1 – Variação (em %) da arrecadação do ICMS em 2019 e 2020, primeiro semestre.**



Fontes: Paraíba, Controladoria Geral do Estado, Portal da Transparência. Pernambuco, Secretaria da Controladoria Geral do Estado, Portal da Transparência.  
Organizado pelos autores (2020).

**Gráfico 2 – Variação (em %) da arrecadação do ISS em 2019 e 2020, primeiro semestre.**



Fontes: Paraíba, Controladoria Geral do Estado, Portal da Transparência. Pernambuco, Secretaria da Controladoria Geral do Estado, Portal da Transparência.  
Organizado pelos autores (2020).

### **Trade turístico**

A Tabela 1 apresenta os dados disponibilizados pelo Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (BRASIL, 2020b) referentes ao número total de agências de viagem, meios de hospedagem, restaurantes, bares e similares, locadoras de veículos e empresas de eventos devidamente cadastrados junto ao Ministério do Turismo. De março a setembro de 2020, a atividade hoteleira de Fernando Noronha suspendeu suas atividades por 165 dias, Ipojuca por 96 dias e Recife<sup>iii</sup> não suspendeu as atividades, ao passo que a capital da Paraíba, João Pessoa, suspendeu por 150 dias (JOÃO PESSOA, 2020; PERNAMBUCO, 2020).

**Tabela 1 – Prestadores de serviços turísticos cadastrados no Cadastur.**

<b>Município</b>	<b>Agências de viagem</b>	<b>Meios de hospedagem</b>	<b>Restaurantes, bares e simil.</b>	<b>Locadoras de veículos</b>	<b>Empresa de eventos</b>
Recife	473	60	14	13	81
F. Noronha	13	106	7	4	0
Ipojuca	85	164	12	1	4
João Pessoa	235	98	84	17	30

Fonte: Brasil, Ministério do Turismo, Cadastur.

Organizado pelos autores (2020).

Mesmo não tendo suspenso suas atividades, a taxa de ocupação dos meios de hospedagem em Recife<sup>iv</sup> caiu de 65%, no primeiro semestre de 2019, para 34%, no primeiro semestre de 2020, levando a uma variação negativa importante de quase 50% da taxa de ocupação para o período. Em contrapartida, João Pessoa aumentou sua taxa de ocupação<sup>v</sup> em cerca de 11%, variando de 61% de ocupação em 2019, para 67,5% em 2020, para o mesmo período estudado.

Ressalte-se que em razão de se referirem ao total semestral, esses dados ainda não traduzem o impacto sofrido nos meses de abril a junho, quando os períodos de isolamento social foram estabelecidos no país. Verificando mensalmente a taxa de ocupação hoteleira no Recife, por exemplo, observou-se alta variância negativa nos meses de março (-38%), abril (-7%), maio (-8%) e junho (-14%).

## **Emprego**

No tocante ao desempenho do trabalho no setor, foram analisados os dados e informações disponibilizadas pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) (BRASIL, 2020a) referente às ACT que englobam as oito atividades relacionadas ao turismo de acordo com a descrição Cadastro Nacional de Atividades de Emprego (CNAE), quais sejam: hotéis e similares; outros tipos de alojamento; restaurantes e afins; locação de automóveis; agência de viagens; operadores turísticos; serviços de reserva; e atividades de organização de eventos. Em Recife, a movimentação foi negativa para todas essas atividades, gerando mais demissões do que admissões no período comparado. O setor mais afetado, em números absolutos, foi o de restaurantes, que registrou um saldo negativo (balanço entre admissões e demissões no período) de 3.260 entre janeiro e junho de 2020, contra um saldo negativo de 407 postos de trabalho para o mesmo período em 2019, assim, uma variação negativa de 800%. O segundo setor mais afetado foi a hotelaria, registrando um saldo negativo de 972 perdas, ante um saldo positivo de 5 novos postos de trabalho gerados em 2019, levando a uma variação negativa de 19.440%.

O distrito de Fernando de Noronha apresentou comportamento similar, registrando um saldo negativo de 69 postos de trabalho no setor de restaurantes em 2020, ante um saldo negativo de 17 postos em 2019, portanto uma variação de 406%. O setor de hospedagem apresentou um saldo de demissões de 130 postos para o primeiro semestre de 2020, ante um saldo positivo de geração de 3 novos postos em 2019.

O setor de hospedagem foi o que mais sofreu em Ipojuca. Um saldo de 2.393 demissões no primeiro semestre de 2020 comparados à geração de 10 novos postos de trabalho em 2019, atingindo uma variação negativa na ordem de 24 mil%. O setor de restaurantes registrou saldo negativo de 1 demissão para 2019 ante 247 demissões para 2020, sempre considerando o primeiro semestre de ambos os anos.

Em João Pessoa observou-se o mesmo comportamento do Recife, onde em números absolutos registraram-se perdas de 1.148 postos de trabalho no setor de restaurantes em 2020 ante 71 perdas em 2019. Para o setor de

hospedagem, os números apontam para um saldo de 375 demissões em 2020 e um saldo positivo de 16 contratações em 2019.

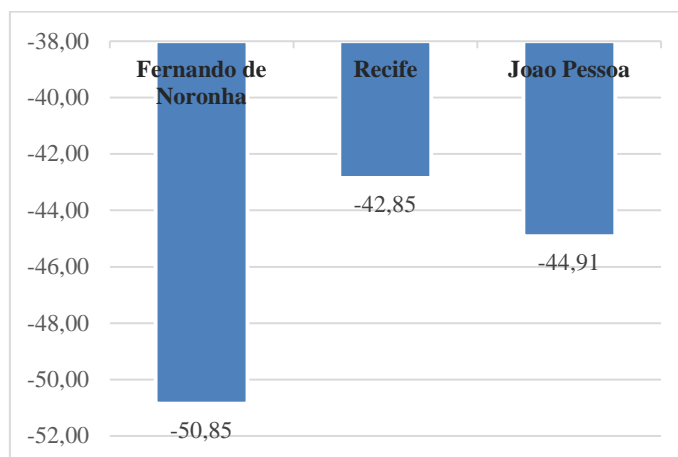
Ou seja, o balanço da quantidade de postos de trabalho foi negativo para todas as localidades aqui estudadas, com altas perdas, evidenciando o grande impacto da pandemia no setor.

### **Fluxos**

A parte mais representativa dos fluxos turísticos para os municípios em questão chega a partir de três aeroportos: o Internacional Guararapes – Gilberto Freire, no Recife; Aeroporto Internacional Presidente Castro Pinto, em João Pessoa; e o Aeroporto Governador Carlos Wilson, no arquipélago de Fernando de Noronha. Sabe-se que o número de voos que aportam a uma determinada localidade tem relação direta com a entrada de turistas, de modo que o aumento ou a redução dos voos quase sempre interfere na dinâmica de todo o setor. Considerando-se o início das medidas de isolamento social (março de 2020) até o mês de junho, a diminuição dos voos comerciais nacionais e internacionais para esses três aeroportos foi de 71% em média, se comparado com o mesmo período do ano interior. Todos tiveram uma redução dos números de voos de chegada na ordem de 90% nos meses de abril e maio.

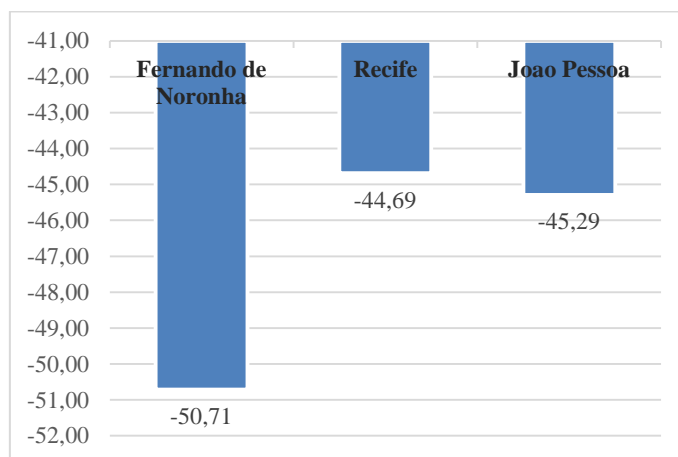
A comparação entre os fluxos nacionais do primeiro semestre de 2020 e de seu período homólogo em 2019 registra uma variação negativa, seja no número de voos, seja no número de passageiros, que oscilaram em torno de 50%. A ilha de Fernando de Noronha<sup>vi</sup> foi a localidade mais afetada no fluxo aéreo nacional. Com relação aos voos internacionais, o aeroporto que serve à capital de João Pessoa registrou uma queda maior de voos se comparado ao aeroporto do Recife (gráficos 3 e 4). Em contrapartida, no geral, o aeroporto do Recife registrou uma queda mais acentuada de passageiros se comparado a João Pessoa. Em ambos os casos, a redução ficou em torno de 50% (ANAC, 2020).

**Gráfico 3 – Variação (em %) do número de voos.**



Fonte: Agência Nacional de Aviação Civil, 2020.  
Organizado pelos autores (2020).

**Gráfico 4 – Variação (em %) do número de passageiros nos três aeroportos.**



Fonte: Agência Nacional de Aviação Civil, 2020.  
Organizado pelos autores (2020).

### ***Políticas públicas***

No tocante às políticas públicas, os estados, municípios e governo federal deliberaram diversas ações emergenciais no âmbito social, econômico e sanitário que sintetizaram políticas públicas circunstanciais, conforme é possível identificar na síntese da Tabela 2, que buscavam mitigar os graves efeitos para todos os segmentos da atividade turística.

**Tabela 2 – Quantidade de políticas públicas nos âmbitos municipal, estadual e federal relacionadas à pandemia.**

Âmbito	Cidades	Política social	Política econômica	Política sanitária
<b>Municipal Distrital</b>	Recife/PE	-	3	7
	Ipojuca/PE	-	3	5
	Fernando de Noronha/PE	-	-	1
	João Pessoa/PB	2	5	15
<b>Estadual</b>	Recife/PE	5	4	6
	Ipojuca/PE	5	4	6
	Fernando de Noronha/PE	5	4	9
	João Pessoa/PB	-	5	6
<b>Federal</b>	Recife/PE			
	Ipojuca/PE			
	Fernando de Noronha/PE	5	12	11
	João Pessoa/PB			

Organizado pelos autores (2020).

De forma geral, as políticas federais trataram basicamente de implementar medidas de proteção sanitária relativas à restrição excepcional e temporária da entrada de estrangeiros no Brasil, impactando drasticamente o setor aéreo. Já no que diz respeito ao âmbito econômico, estabeleceu-se prazos mais estendidos para pagamento de tributos e foi oferecido crédito aos micros e pequenos empresários, em que empresas do ramo turístico puderam ser beneficiadas.

No âmbito estadual, Pernambuco dispôs de diferentes ações, sobretudo ligadas à área de capacitação, comandadas pela Secretaria de Turismo em parceria com outros órgãos. O mesmo não se viu na Paraíba, porém, destacaram-se outras ações, como as de auxílio econômico ligadas à renda emergencial para o setor cultural e oferta de crédito especial. Na esfera municipal, João Pessoa e Recife destacaram-se igualmente pela atenção dada às medidas sanitárias, especialmente, àquelas que dizem respeito à regulamentação do mercado de equipamentos turísticos e de lazer, se comparadas às medidas sociais e econômicas.

A avaliação sobre a incidência de tais políticas e seus efeitos no ambiente empresarial, até o mês de outubro, quando teve início um período de flexibilização, registrou forte impacto, sobretudo nos segmentos de hotelaria e eventos. Segundo entrevista realizada em 27 de novembro de 2020, com representante da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis em Pernambuco



(Abih/PE), foi registrada nesse período a suspensão das atividades de alguns meios de hospedagens que serão reativados tão logo a economia reaqueça. Já o representante do *Convention Bureau* de João Pessoa apresentou sua preocupação para o futuro próximo acerca do setor de eventos, uma vez que, segundo o entrevistado, esse segmento turístico será o último a se reestabelecer, já que limitar o número de participantes em 50% de um evento, como sugere as regras de biossegurança contidas no Decreto nº 9.456, de 15 de março de 2020, significa muitas vezes inviabilizá-lo. Nas entrevistas concedidas pela Abih/PB, Associação Brasileira de Agências de Viagens na Paraíba (Abav/PB) e *Convention Bureau* de João Pessoa, enfatizou-se a pouca assistência dos governos municipais e estaduais no tangente a políticas públicas de apoio.

### **Considerações finais**

A análise prévia dos dados aqui apresentados corrobora a hipótese de que as localidades de menor diversidade econômica e alta dependência dos serviços turísticos para a economia, acabaram sentindo mais as consequências da pandemia da Covid-19. Este tem sido o caso de Ipojuca e da ilha de Fernando de Noronha, comparativamente mais afetadas do que as capitais Recife e João Pessoa, seja na arrecadação, no impacto no setor de hospedagem ou nas demissões, que afetaram fortemente o setor de restaurantes e de hospedagem.

Compreende-se ainda que os níveis municipal e estadual de governança tiveram pouca atuação política para minimizar os prejuízos trazidos para o turismo com a pandemia, sobretudo o período de praticamente paralisação do setor, que correspondeu aos meses de março a agosto.

### **Referências**

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL. **Dados e estatísticas nacionais**. ANAC, 2020. Disponível em: <https://www.anac.gov.br/assuntos/dados-e-estatisticas/dados-estatisticos/dados-estatisticos>. Acesso em: 22 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged**. Base de dados online. 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho/pt-br/assuntos/empregador/caged>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos – Cadastur**. 2020b. Disponível em: <https://cadastur.turismo.gov.br/hotsite/#!/public/resultados>. Acesso em: 17 jul. 2020.

JOÃO PESSOA. **Decreto Municipal n. 9.461, de 19 de março de 2020**. Define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus e dá outras providências. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=390974>. Acesso em: 18 ago. 2020.

PARAÍBA. Controladoria Geral do Estado. **Transparência Estado da Paraíba**. Disponível em: <https://transparencia.pb.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2020.

PERNAMBUCO. Governo de Pernambuco anuncia retomada do turismo em Noronha. **Acontece em Noronha**, 27 ago. 2020. Disponível em: <http://www.noronha.pe.gov.br/comAcontece.php?cod=2477>. Acesso em: 20 ago. 2020.

PERNAMBUCO. Secretaria da Controladoria Geral do Estado. **Portal da transparência de Pernambuco**. Disponível em: <http://web.transparencia.pe.gov.br>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

---

<sup>i</sup> Esta análise de cluster (agrupamento) consiste nas categorias A, B, C, D e E e se baseia no desempenho da economia do turismo do município. O distrito estadual de Fernando de Noronha encontra-se na categoria B e foi incluído na pesquisa devido suas características de exclusividade e forte apelo turístico.


<sup>ii</sup> Portal da transparência dos governos de Pernambuco e da Paraíba, 2020.

<sup>iii</sup> Informação coletada com o *trade* hoteleiro local.

<sup>iv</sup> Segundo dados da Abih/PE coletados por e-mail no dia 20/08/20.

<sup>v</sup> Segundo dados da Abih/PB coletados por e-mail no dia 17/08/20.

<sup>vi</sup> O aeroporto de Fernando de Noronha esteve fechado para turistas desde o início da pandemia, em 21 de março de 2020, com voos atendendo somente às necessidades da ilha e de seus moradores. A companhia aérea Gol interrompeu seus voos à ilha, permanecendo apenas a Azul em operação.



## **Turismo sustentável – só para quem está pronto. Uma análise preliminar sobre os reflexos da pandemia de Covid-19 no turismo em Mato Grosso**

**Gizelle Prado da Silva Fonseca – SEDUC/MT**  
**José Manuel Cañizal Salceda**  
**Luiz Geraldo Mendes – SEDUC/MT**

Analisar os reflexos da pandemia de Covid-19 sobre o turismo no estado de Mato Grosso, com foco em localidades com maior dependência econômica dessa atividade, nos permite desvelar os setores e sujeitos mais impactados, a curto prazo e ao longo da ocorrência da pandemia, que ainda está em curso, com a possibilidade de identificar prováveis cenários futuros para o setor, com base em parâmetros nacionais e mundiais.

Diante desse acontecimento, buscou-se realizar um diagnóstico do setor de turismo focado nos municípios do Pantanal mato-grossense (Cáceres, Poconé e Barão de Melgaço) e Chapada dos Guimarães, localizada no bioma Cerrado.

Assim, foram obtidos dados junto a órgãos públicos, organizações representantes do *trade* turístico, organizações de trabalhadores da área do turismo, institutos de pesquisa e Observatório do Turismo/Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso, referentes aos primeiros semestres de 2019 e 2020.

Como complemento à pesquisa, e ante a possibilidade de ser o turismo sustentável uma via a sair reforçada no contexto da atual pandemia, serão tópicos de discussão algumas características relevantes dos quatro municípios estudados, variáveis que interfiram negativamente na adoção desta modalidade de turismo.

Como características diferenciadoras do turismo sustentável, em frente ao modelo neoliberal globalizador, podemos assinalar que este tipo de turismo, baseado nos direitos e interesses das comunidades locais e com respeito ao meio ambiente, é ciente dos limites ecológicos e sociais do planeta e não massificador das regiões de destino. Esse aspecto é mais um atrativo para o desenvolvimento das atividades turísticas na região, considerando o risco que supõem atualmente as aglomerações. Além disso, o turismo sustentável

mantém viva a cultura e costumes locais, e favorece a distribuição dos benefícios entre os diversos pequenos empreendimentos de capital local.

### **Panorama geral**

Não há dúvida que o transporte aéreo, os meios de hospedagem e as agências e operadoras de turismo de imediato foram os maiores impactados pela pandemia de Covid-19. Mas, ao considerar a nível local, configura-se um quadro com consequências que atingiram também o comércio em geral, o setor de alimentação, o hoteleiro e de lazer e principalmente os trabalhadores desse meio. Esse quadro repercute em muitas atividades nos locais com maior dependência do turismo, a exemplo dos comércios e trabalhadores formais e informais que dependiam do funcionamento das pousadas e hotéis ativos no Pantanal ou do parque da Chapada dos Guimarães para receberem turistas e desempenharem os seus papéis normalmente, garantindo, dessa forma, o seu sustento.

Os reflexos puderam ser sentidos, assim como em outros locais do Brasil e do mundo, a partir da emissão de decretos e orientativos, relacionados às medidas de prevenção necessárias para evitar a expansão do vírus: com a exigência da paralização das atividades econômicas, das atividades que originassem a aglomeração de pessoas, e com a proibição da entrada de turistas nos municípios. No estado de Mato Grosso esses efeitos foram sentidos principalmente nos meses de março, abril e maio de 2020, quando ocorreram as maiores restrições.

Houve grande impacto no fluxo de turistas, o que pode ser sentido ao se comparar o número de passageiros no aeroporto de Várzea Grande-MT do mês de abril de 2019 (116.881 passageiros) com abril de 2020 (5.741 passageiros) (BRASIL, 2020). As paralizações temporárias de empresas (entre os meses de abril e setembro de 2020) e o fechamento de outras, o crescimento do desemprego, as interferências na arrecadação e nas despesas com o turismo nesses municípios são outras das consequências da epidemia de Covid-19 (JUCEMAT, 2020; MATO GROSSO, 2020; TCE, 2020). Foram necessárias mobilizações por parte do governo e até de iniciativas privadas e filantrópicas para amparar pessoas físicas e jurídicas durante esse período,

com a expansão do programa de auxílio do governo até dezembro de 2020, na tentativa de amenizar a situação de impacto socioeconômico.

Além de todas as consequências oriundas da crise da pandemia de Covid-19, podemos acrescentar que os quatro municípios pertencentes ao recorte estudado, tiveram suas economias e atividades socioeconômicas e ambientais seriamente atingidas com a seca e as queimadas. Houve recorde no histórico de focos de queimadas no bioma Pantanal nos meses de agosto e setembro, chegando a 8.106 focos no último mês e um dos níveis mais baixos do rio Paraguai registrado em Cáceres-MT nos meses de setembro e outubro (INPE, 2020). Esses impactos coincidem com uma parte do período de ocorrência e consequências da crise da Covid-19, o que tornou ainda mais complicada a situação nesses municípios.

É notável que o período de isolamento social, a possibilidade de outras ondas de contágio, mais empresas entrando em falência, o aumento do desemprego, a necessidade de continuidade das medidas de precaução contra a proliferação do vírus mesmo com a aplicação da vacina, são fatores que ainda acompanharão as atividades no setor de turismo.

Em decorrência do ano atípico que foi 2020, com as ações impostas pela pandemia proveniente da necessidade de isolamento social e medidas de contenção ao contágio da Covid-19, fortaleceu-se o perfil de consumo de produtos turísticos, com a busca de destinos mais locais ou regionais, com preferência por viagens mais próximas de seus domicílios, com inovações no setor e readaptação à nova realidade.

Com o fortalecimento do turismo local e regional, o tema do “turismo sustentável” entra em voga, cogitado como uma alternativa para uma ressignificação do setor, com base na possibilidade de beneficiamento da comunidade local, com modalidades de desenvolvimento turístico que permitam preservar os recursos naturais e com a perspectiva de um crescimento econômico constante e sustentável.

## **Diagnóstico**

A pandemia de Covid-19 está fornecendo a oportunidade de as pessoas ficarem mais tempo isoladas, trabalhando em seus lares, com menor

necessidade de deslocamentos e, em consequência, mais tempo para refletir e investir em pensamentos relevantes.

A partir dessa consequência positiva da pandemia, o aumento do tempo para se refletir sobre a vida e as mudanças necessárias nos diferentes setores da sociedade também repercutiram no turismo, fato observado em grande número de publicações que fazem referência ou abordam plenamente a possibilidade de focar as novas diretrizes do turismo, os novos caminhos a serem percorridos para a via do turismo sustentável. Uma opção inegavelmente interessante, dado os inúmeros benefícios que pode gerar ao planeta e à humanidade no que se refere a qualidade de vida.

O turismo sustentável é uma opção altamente viável, contudo é sempre importante informar-se, para não desejar utopias e ter consciência dos obstáculos a serem superados para atingir esse estágio de desenvolvimento da atividade turística.

Deste ponto em diante, esta análise terá centrado o seu conteúdo no estado de Mato Grosso, e mais especificamente nos quatro municípios, objeto de estudo deste grupo de pesquisa: Cáceres, Chapada dos Guimarães, Barão de Melgaço e Poconé. Iniciando com algumas indagações pertinentes, que poderiam delinear sobre possíveis cenários futuros, no que tange a vontade dos atores políticos, do *trade* turístico e dos munícipes desses locais.

Como estes municípios podem fortalecer o turismo de um jeito que priorize a sustentabilidade?

É certo que o ávido leitor é capaz de imaginar inúmeras propostas neste sentido, mas como poderiam, esses quatro municípios, fornecerem alternativas sustentáveis quando seu modelo socioeconômico dista muito dos parâmetros da sustentabilidade? Eles ainda se caracterizam:

- pela falta de tratamento de águas residuais e esgoto sanitário, depositando-o diretamente no subsolo (através das fossas sépticas), contaminando, assim, o lençol freático;
- pela existência de grandes lixões ativos e pela deficiente gestão dos resíduos sólidos urbanos;
- pela escassez de água potável, com constantes interrupções no fornecimento na rede de abastecimento e furando poços cada vez mais fundos;

- pela ausência de programas de recuperação de nascentes, da mata ciliar que protege os cursos d'água, dessecando as frágeis zonas úmidas e/ou modificando suas características para atividades em crescimento como a piscicultura;
- pela falta de medidas de proteção e escassa manutenção das infraestruturas, favorecendo a erosão, transporte dos sedimentos e deposição no Pantanal com o seu conseqüente assoreamento;
- pelos núcleos urbanos sem rede de captação de águas pluviais, permitindo que elas alastrem os contaminantes do meio urbano até os cursos d'água;
- pela carência de políticas de planejamento urbano que favoreçam a construção sustentável, permitindo a impermeabilização do solo com amplas áreas concretadas nos quintais das residências e conseqüente aumento das águas pluviais que invadem livremente as vias urbanas, além da diminuição das áreas verdes.

Sustentabilidade não é fazer as coisas como sempre foram feitas, como no passado. O mundo muda dia a dia e as condutas devem ser adaptadas às mudanças de um jeito lógico, visualizando as conseqüências que podem trazer essas decisões, a médio e longo prazo.

A atividade agropecuária vem sendo desenvolvida na região do Pantanal a mais de trezentos anos e, com isso, muitos podem pensar que é uma atividade sustentável, respeitosa ao meio ambiente e que visa a conservação da biodiversidade do bioma. Mas, não podem passar despercebidos alguns fatos, como o grande crescimento do rebanho bovino, a necessidade de uso de insumos agrícolas e preparação do solo para a inserção e manutenção das pastagens. Assim, inquirimos sobre a capacidade de suporte do Pantanal com milhares de animais domésticos no seu interior, e as conseqüências derivadas disso.

A compactação do solo causada pelos grandes herbívoros e pelo tráfego de tratores na preparação das lavouras e formação das áreas de pastagem são somente alguns dos fatores que limitam a permeabilidade dos solos, diminuindo sua capacidade de infiltração e retenção da água, aumentando a erosão laminar e resultando em toneladas de terra que terminam assoreando o Pantanal.



É preciso pensar de que forma poderia se conciliar o uso da terra, não só no interior da planície pantaneira, como nos planaltos adjacentes, que com o desenvolvimento de monoculturas e atividades mineradoras, são grandes fornecedoras de solo e de cargas de agroquímicos, com contaminação do solo, da água e de animais.

Não podemos ignorar os projetos de recuperação que vêm sendo realizados por organizações de relativa importância nas cabeceiras dos rios que alimentam o Pantanal. Projetos de recuperação ambiental que não incluem medidas eficientes de controle de erosão, melhoria das condições do solo ou barreiras para impedir a incorporação de agroquímicos aos cursos d'água. Características estas que compartilham com os projetos das grandes companhias (como as dedicadas a execução de obras de grandes infraestruturas de geração de energia).

Como desenvolver um turismo nesses municípios que, como proposto no viés da sustentabilidade, gere benefícios que sejam também compartilhados de forma mais adequada e justa com a comunidade local? Em muitos casos, essas comunidades apenas veem os visitantes passarem pela porta de suas casas em direção ao Pantanal e ao Parque da Chapada dos Guimarães e desconhecem quaisquer benefícios de ter no território de seus municípios a entrada de tantas pessoas. Neste momento, acrescenta-se o fato de tais visitantes serem possíveis transportadores e transmissores do novo coronavírus.

### **Considerações finais**

O retorno das atividades turísticas está ocorrendo de forma gradual e não poderia ser diferente, devido ainda ao vigor das medidas de contenção da Covid-19, à necessidade do isolamento social e à adoção das medidas sanitárias. Esse setor da economia segue notadamente com tímida recuperação, principalmente por se tratar de um serviço de consumo não essencial. Contudo a maioria dos estabelecimentos voltaram a operar, seguindo as orientações de medidas protetivas ao consumidor.

A retomada plena das atividades turísticas encontra-se também condicionada a fatores externos ao que pode ser feito pelos estabelecimentos para atrair os turistas, como a erradicação da doença Covid-19 com a

administração da vacina, conforme as orientações da Organização Mundial da Saúde e a retomada da malha aérea oferecida antes e que foi reduzida drasticamente. Outras ações ainda poderão acontecer a longo prazo, como o surgimento de novos empreendimentos no lugar dos que se fecharam, gerando empregos e renda.

Houve forçosamente a mudança de hábitos, devido ao receio que as pessoas têm, com a pandemia, de percorrer longas distâncias e de se aglomerar, preferindo viagens curtas, via rodovias, alavancando o turismo local e/ou regional nesse primeiro momento.

O turismo de base local ou regional fortalecido proporcionou maior atenção à possibilidade do desenvolvimento de mudanças voltadas ao turismo sustentável, que para ocorrer precisa do apoio das instituições públicas que têm a capacidade legal de tomar decisões, legislar e fazer cumprir a lei. Porém, elas não devem ser os únicos responsáveis pelas ações, pois sempre será mais fácil fazer as coisas do jeito que sempre foram feitas, e, para que ocorram as mudanças, será preciso sair da zona de conforto.

Para que se desenvolva um turismo sustentável de fato, deve-se partir da necessidade de mudança em toda a organização da sociedade, composta por pessoas que precisam ter sua base de ensino modificada. Mudanças no sistema educativo são prementes, pois em muitas ocasiões é possível verificar que não se educa, mas se doutrina as novas gerações para (desmotivados a pensar, analisar, duvidar, pesquisar e descobrir) continuar sendo mais uma peça na engrenagem de uma vida rápida, sendo consumidores e não cidadãos, com valores éticos e morais bem longe do caminho da sustentabilidade, com expectativa de visitar países do outro lado do planeta, enquanto não conhecem nem mesmo a verdadeira realidade do lugar onde vivem.

Aproveitando-se a premência de repensar os valores e a importância da vida e a forma de organização da sociedade proporcionadas com a incidência da pandemia da Covid-19 nos anos de 2020 e 2021, instiga-se a esperança de que, após algumas décadas, possa ocorrer uma mudança radical na educação, com o surgimento de uma sociedade capacitada para desenvolver modelos de sustentabilidade (incluindo no turismo) e para eleger representantes que, através das instituições públicas, defendam, apoiem e fortaleçam esses modelos de sustentabilidade.

Uma sociedade que sinta orgulho de ter dentre seus membros algum prêmio Nobel e não se conforme somente com Copas do Mundo, na qual se tenham mais livros e menos armas, e que os livros sejam respeitados e temidos, tanto quanto são agora as armas.

## Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, **Secretaria da Aviação Civil (SAC)**, 2020. Disponível: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br>. Acesso em: 23 nov. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Portal do Monitoramento de Queimadas e Incêndios**. INPE, 2020. Disponível em: <http://www.inpe.br/queimadas>. Acesso em: 12 nov. 2020.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Número de empresas turísticas que encerraram atividades em 2019/2020**. Cuiabá: JUCEMAT, 2020.

Informações repassadas e solicitadas da Jucemat via e-mail, em agosto de 2020.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Fazenda. **Fundo de participação dos municípios**. Disponível em: <http://www5.sefaz.mt.gov.br/fundo-de-participacao-dos-municipios>. Acesso em: 20 ago. 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Receita**. TCE, 2020. Disponível em: <https://cidadao.tce.mt.gov.br/home/controlSocialReceita#>. Acesso em: 18 set. 2020.

## Turismo e a pandemia de Covid-19 no Mato Grosso do Sul

**Amilton Luiz Novaes – UFGD**  
**Edvaldo Cesar Moretti – UFGD**  
**Joyce Avila de Oliveira – IFMS**  
**Karoline Batista Gonçalves – UFGD**  
**Mara Aline Ribeiro – UFMS**

O estado de Mato Grosso do Sul (MS), localizado na região Centro-Oeste do Brasil, na fronteira com a Bolívia e o Paraguai, possui aproximadamente 2.809.394 habitantes (IBGE, 2020), distribuídos em 79 municípios. Apesar da divisão do estado em nove regiões turísticas, o MS possui dois polos turísticos principais: o Pantanal (destaque para os municípios de Corumbá, Aquidauana e Miranda) e Bonito/Serra da Bodoquena (destaque para os municípios de Bonito, Jardim e Bodoquena, que abarcam o Parque Nacional da Serra da Bodoquena).

Para o desenvolvimento e análise da temática proposta, definimos o recorte espacial Serra da Bodoquena e Pantanal por serem lugares receptores de turistas nacionais e internacionais, além de apresentarem as maiores taxas de dependência do turismo baseada em número de estabelecimentos, número de empregos e massa salarial. Esse ensaio crítico tem como objetivo compartilhar uma primeira caracterização da situação da pandemia de Covid-19 nos municípios definidos para o estudo no MS, apresentando os dados da primeira fase da pesquisa “Turismo em tempos de pandemia: uma análise multi e trans-escalar”. A análise estará voltada para os seguintes eixos: evolução do vírus no MS, finanças dos municípios, atividades turísticas e o setor privado, empregos e benefícios ligados ao setor turístico, e fluxo de turistas.

Apesar do primeiro registro de caso de Covid-19 no Brasil ter ocorrido em fevereiro de 2020, especialistas acreditam que antes desta data o vírus já circulava no país. Note-se que somente no dia 12 de março ocorreu o primeiro óbito confirmado, um dia após a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretar pandemia pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2). No prazo de uma semana as primeiras medidas relacionadas ao setor turístico foram tomadas.

Os dois primeiros casos de Covid-19 no estado do Mato Grosso do Sul foram confirmados pela Secretaria Estadual de Saúde (SES) no dia 14 de março de 2020, ambos na capital Campo Grande. Na segunda quinzena do

mesmo mês a Assembleia Legislativa decretou estado de calamidade com efeitos até 31 de dezembro de 2020. Como medida sanitária na capital foi instalado um controle sanitário no Aeroporto Internacional de Campo Grande. Apesar da suspensão das aulas nas escolas ocorrer nos dias 18 e 25 de março, as medidas sanitárias para evitar a expansão do vírus foram aceleradas apenas após a ocorrência do primeiro óbito registrado na cidade de Dourados, no interior do estado. Neste período a instabilidade das informações não permitia o entendimento da real situação da pandemia. Somente na metade do mês de abril começaram os agendamentos para exames de Covid-19 por meio do sistema “Drive-Thru Coronavírus”, inicialmente na capital e posteriormente expandido para os municípios do interior.

Especificamente para os municípios definidos para este ensaio, os primeiros casos de Covid-19 em Corumbá e Miranda foram confirmados no mês de abril, enquanto nos municípios de Bonito, Jardim e Bodoquena somente no mês de maio, mesmo período em que iniciaram as atividades do Drive-Thru em Corumbá, localizado no Pantanal sul-mato-grossense. Neste período a Secretaria de Estado de Saúde do MS alertou para interiorização dos casos de coronavírus, próximo ao Parque Nacional da Serra da Bodoquena, onde houve o crescimento exponencial na incidência de casos. Nas vizinhanças de Jardim e Bonito houve um verdadeiro surto epidêmico localizado no município de Guia Lopes da Laguna, onde foram contabilizados 990 casos por 100 mil habitantes, sendo que este município tem uma população estimada de 9.824 pessoas (IBGE, 2020). Também foi confirmado o aumento de casos em Bonito, 63 casos por 100 mil habitantes, e Jardim, com 76 casos por 100 mil habitantes.

Até o final de julho, o número de óbitos em Mato Grosso do Sul era considerado baixo, sendo o estado com o menor número de casos confirmados do novo coronavírus, e com o registro de somente duas mortes por Covid-19 nos municípios correspondentes ao recorte deste estudo, os dois em Corumbá.

A suspensão das atividades do *trade* turístico ocorreu em Bonito no dia 17 de março com o Decreto Municipal nº 091/2020, o qual interrompeu temporariamente as atividades com potencial de aglomeração de pessoas. Por meio deste decreto, além das atividades ligadas à educação e desporto, foram suspensos: boates, danceterias e salões de festas; casas de festas e eventos;

atrativos turísticos públicos e privados; meios de hospedagens, incluindo os cadastrados no Airbnb e outras plataformas digitais; clubes de serviço e de lazer; feiras, exposições, congressos e seminários; parques de diversão e parques temáticos; pubs, tabacarias e congêneres. Essa paralisação das atividades ligadas ao turismo vai se estender por aproximadamente noventa dias, sendo que no mês de junho o retorno das atividades ocorreu de forma facultativa, mas muitos optaram em reabrir somente no dia 1º de julho.

Em relação às finanças dos municípios do MS contemplados neste estudo, há importantes alterações comparando o primeiro semestre de 2019 ao primeiro semestre de 2020. A arrecadação do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) referente ao total das atividades sofreu alterações significativas no município de Miranda (-63,27%) (MIRANDA, 2020), sendo que nos outros municípios o aumento ou diminuição do valor arrecadado no primeiro semestre não chegou a 10% (AQUIDAUANA, 2020; BODOQUENA, 2020; BONITO, 2020; CORUMBÁ, 2020; JARDIM, 2020).

Em relação às despesas com a atividade turística, para a maioria dos municípios estes dados não estavam disponíveis nos portais da transparência. Os municípios de Aquidauana (39,3%) e Corumbá (8,19%) tiveram aumento nas despesas com o turismo, sendo que em Corumbá estas despesas são executadas por meio do Fundação de Turismo do Pantanal, enquanto nos demais a execução é feita pelo Fundo Municipal de Turismo (AQUIDAUANA, 2020; CORUMBÁ, 2020). No município de Bonito, houve uma redução de 53,02% nas despesas com este setor (BONITO, 2020). Para os demais municípios as informações não foram encontradas até o início do mês de outubro de 2020.

Na atividade turística no MS a pandemia da Covid-19 promoveu uma forte retração, com fortes impactos no setor privado do turismo, o qual apresentou redução em todas as frentes. Note-se que 289 empresas características do turismo encerraram as atividades entre janeiro e setembro de 2020 (OBSERVATÓRIO DO TURISMO DE MS, 2020), sendo a de alimentação e alojamento as mais prejudicadas, com variação em relação a 2019 de -52,1%. É importante considerar que o estado não possui rede hoteleira e de alimentação internacionais de grande porte na área delimitada, já que os municípios são pequenos, com até 100 mil habitantes, e o fluxo de turistas não

demanda tais infraestruturas de serviços. Nesse caso, as pequenas e médias empresas, sem um aporte financeiro e de reserva econômica, não conseguiram se manter sem a entrada de recursos, inclusive porque tiveram que efetuar a devolução dos pagamentos antecipados aos hóspedes que optaram por não remarcarem as viagens.

As empresas de turismo ficaram, em média, noventa dias com as atividades suspensas, com pequenas variações, reduzindo significativamente sua receita/faturamento. Porém, durante o trabalho de campo na região pesquisada, se observou que as informações das prefeituras municipais e do empresariado local não correspondiam com a realidade posta, pois tanto no Pantanal como na serra da Bodoquena, a rede hoteleira estava em funcionamento reduzido, inclusive recebendo turistas, fazendo um contraponto em um contexto de contradição entre as determinações legais e o desrespeito às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). O desacato às regras pode ser atribuído à prática turística fora do limite urbano, à falta de fiscalização efetiva condicionada ao número reduzido de agentes públicos e, sobretudo, ao discurso da necessidade de trabalhar para a manutenção da sobrevivência.

A partir das observações *in loco*, a queda de mais de 50% na taxa de ocupação dos hotéis em relação ao mesmo período de 2019 passou a ser questionada. Porém, a redução no atendimento, sobretudo hoteleiro e de alimentação, teve como consequência a diminuição dos postos de serviço e, inevitavelmente, muitas pessoas perderam o emprego.

Até o momento, segundo relatos de servidores das empresas de turismo e de órgãos governamentais, 46 empresas localizadas no município de Bonito foram beneficiadas em programas de auxílio emergencial até junho de 2020. Essa informação se fragiliza justamente porque foi feita a partir de explanações orais de agentes do turismo e por não constar nos sites oficiais dos governos municipais, estadual e federal, os quais, lamentavelmente, encontram-se com bases de dados defasadas.

No que tange ao número de empregos relacionados ao setor do turismo, a pandemia da Covid-19 contribuiu para a diminuição dos postos de trabalho no estado de Mato Grosso do Sul. A Tabela 1 apresenta dados comparativos



para 2019 e 2020 dos municípios de Aquidauana, Bodoquena, Bonito, Corumbá, Jardim e Miranda, extraídos do

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) 2019 e do Novo Caged 2020. A partir do número de empregos com carteira assinada nas atividades características do turismo (ACT), é possível verificar um comparativo de admissões e demissões. Os municípios de Bonito, Corumbá e Miranda foram os que apresentaram maior aumento nas demissões se comparado ao ano de 2019, ocasionados em parte pela pandemia da Covid-19.

**Tabela 1 – Comparativo do número de empregos nas atividades características do Turismo.**

Município	Movimentação	2019	2020
	Admissão/Desligamento	(janeiro a junho)	(janeiro a junho)
Aquidauana	Admissão.....	50	35
	Desligamento.....	43	34
Bodoquena	Admissão.....	3	5
	Desligamento.....	1	1
Bonito	Admissão.....	509	302
	Desligamento.....	506	633
Corumbá	Admissão.....	301	127
	Desligamento.....	157	190
Jardim	Admissão.....	15	19
	Desligamento.....	23	34
Miranda	Admissão.....	78	37
	Desligamento.....	69	48

Fonte: Brasil, Ministério da Economia, Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, Caged, novo Caged.

Organizado pelos autores (2020).

Nota: As classes do CNAE 2.0 consideradas como atividades características do turismo foram: Hotéis e similares; Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente; Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas; Locação de automóveis sem condutor; Agências de viagens; Operadores turísticos; Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente; Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos.

Como possibilidade para minimizar os efeitos ocasionados pela pandemia da Covid-19 foi instituído o auxílio emergencial pela Lei nº 13.982/2020, que prevê o repasse de ajuda financeira aos trabalhadores informais e de baixa renda, microempreendedores individuais e também contribuintes individuais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). No recorte espacial do MS, é possível perceber que parte dos trabalhadores das ACT que perderam os seus postos de trabalho acabaram recorrendo ao auxílio emergencial. Desta forma,

a Tabela 2 apresenta o número de pessoas beneficiadas pelo programa entre os meses de abril e agosto de 2020.

**Tabela 2 – Número de pessoas beneficiadas pelo Programa Auxílio Emergencial em 2020.**

Município	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Total
Aquidauana	10.899	13.051	7.560	13.675	11.316	56.501
Bodoquena	1.983	2.371	1.472	2.476	2.039	10.341
Bonito	4.590	5.986	3.300	6.294	5.042	25.212
Corumbá	25.831	29.033	18.269	30.839	26.325	130.297
Jardim	6.104	7.264	4.315	7.663	6.284	31.630
Miranda	7.171	8.078	5.960	8.347	7.501	37.057

Fonte: Brasil, Portal da Transparência, Auxílio Emergencial.  
Organizado pelos autores (2020).

Os impactos da Covid-19 sobre as ACT intensificaram o número de desligamentos, diminuindo, também, o número de admissões se comparado ao ano de 2019. Em frente a esse cenário de incertezas o auxílio emergencial aparece como uma possibilidade de reduzir o impacto da pandemia na economia.

Os dados apresentados estão relacionados à diminuição do fluxo de turistas provocada pelas restrições de deslocamento em função da pandemia da Covid-19. Proporcionalmente, o fluxo de turistas no estado de Mato Grosso do Sul ocorre predominantemente por vias terrestres (rodovias). No entanto, não há registros do fluxo nos municípios pesquisados, exceto para o fluxo aéreo. A ausência de registros impede, inclusive, saber a proporção entre os deslocamentos terrestres e aéreos. Ademais, o transporte aéreo ocorre em apenas dois municípios que são objeto de investigação (Bonito e Corumbá).

Todavia, foi adicionado o levantamento no Aeroporto Internacional de Campo Grande por se tratar da principal porta de entrada de turistas em todo o estado quando se refere ao transporte aéreo. Até mesmo quando o destino é uma das cidades que possuem aeroportos, percorrendo o restante do trajeto por rodovias (vans ou ônibus). Isto ocorre devido ao custo das passagens ser significativamente menor com chegada ou partida neste aeroporto, ainda que seja acrescido o custo do deslocamento terrestre.

O fluxo de passageiros nos três aeroportos apresentou uma redução de aproximadamente 53,9% considerando o movimento do primeiro semestre de

2020 em comparação ao ano anterior. Sendo que foi o aeroporto de Corumbá que apresentou a queda percentual mais acentuada (mais de 65%) e Bonito a menor, com cerca de 40% de redução. Em ambos os anos, o aeroporto da capital representou pouco mais de 97% dos embarques e desembarques do total acumulado entre os três aeroportos, e sua redução foi de 53,8%.

Em relação ao fluxo para eventos festivos, os principais que ocorrem no primeiro semestre são: o Festival de Inverno de Bonito; o banho de santo e festa de São João em Corumbá; e o carnaval em ambas as cidades. Foi possível constatar que apenas o carnaval ocorreu no ano de 2020, com estimativa de público semelhante ao ano anterior, 20 mil visitantes em Bonito; mesmo essa cidade não realizando oficialmente os festejos de carnaval, esse fluxo de turistas ocorreu em função do feriado prolongado. Em Corumbá a festa de carnaval é tradicional. Mobiliza grande número de locais e atrai turistas para o desfile de escolas de samba, recebe aporte financeiro do poder público municipal e estadual, consta do calendário de festividades e turístico do Mato Grosso do Sul. No ano de 2020, durante o período de carnaval Corumbá recebeu aproximadamente 9.750 turistas. O evento de maior atratividade no estado, segundo a Fundação de Cultura do MS, é o Festival de Inverno de Bonito, que recebe cerca de 30 mil turistas todo ano. No entanto, em 2020 o Festival foi cancelado.

Os dados coletados pela pesquisa possibilitam indicar de forma preliminar a diminuição dos números do setor turístico no Mato Grosso do Sul. É necessário indicar que nos municípios de Bonito e Corumbá o fluxo de turistas do próprio estado, provenientes principalmente das cidades emissoras de Campo Grande e Dourados, permitiu a continuidade da atividade em alguns momentos do período analisado. Se, por um lado, esses momentos permitiram a sobrevivência financeira de empresas turísticas, por outro lado, também foi verificado o aumento da contaminação após os períodos de deslocamento de turistas para estes municípios. Ademais, foi possível identificar disputas locais entre grupos sociais que defendem o funcionamento das atividades turísticas e grupos que defendem o fechamento das atividades em nome da saúde. O resultado até o momento é a derrota da sociedade, com aumento dos casos de contaminação e o aumento significativo de mortes em função da pandemia.

## Referências

AQUIDAUANA. **Portal da Transparência**. 2020. Disponível em: <https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-086/recursos.faces?mun=tR-qJvZ6sQY=>. Acesso em: 30 nov. 2020.

BODOQUENA. **Portal da Transparência**. 2020. Disponível em: <https://web.neainformatica.com.br/transparencia/index.xhtml?cliente=pmbdq>. Acesso em: 30 nov. 2020.

BONITO. **Portal da Transparência**. 2020. Disponível em: <https://web.neainformatica.com.br/transparencia/index.xhtml?cliente=pmbto>. Acesso em: 30 nov. 2020.

BRASIL. Portal da Transparência. **Detalhamento dos benefícios ao cidadão**. 2020. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios>. Acesso em: 30 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged**. Base de dados online. 2020a. Disponível em: [http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_estatistico\\_id/caged\\_estatistico\\_basico\\_tabela.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_estatistico_id/caged_estatistico_basico_tabela.php). Acesso em: 30 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Novo Caged**. Base de dados online. 2020b. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiM2ZiNzk5YzUtODU5OS00YjFmLTk1NjltNDY1M2lwMTJhOTgzliwidCI6ImNmODdjOTA4LTRhNjUtNGRIZS05MmM3LTExZWZ2MTVjNjMyZSIsImMiOiJR9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>. Acesso em: 30 nov. 2020.


CORUMBÁ. **Portal da Transparência**. 2020. Disponível em: <http://swb.corumba.ms.gov.br:8079/transparencia/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

IBGE. **Cidades e Estados: Mato Grosso do Sul**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms.html>. Acesso em: 30 nov. 2020.

JARDIM. **Portal da Transparência**. 2020. Disponível em: <https://web.neainformatica.com.br/transparencia/index.xhtml?cliente=pmjdm>. Acesso em: 30 nov. 2020.

MIRANDA. **Portal da Transparência**. 2020. Disponível em: <http://168.228.168.93:5656/transparencia/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

OBSERVATÓRIO DO TURISMO DE MS. **Boletim de dados turísticos de Mato Grosso do Sul 2020**. ed. 10, abr./mai./jun. 2020. Disponível em: <http://www.observatorioturismo.ms.gov.br/>. Acesso em: 30 nov. 2020.



## **Reflexões sobre os efeitos da pandemia da Covid-19 nos destinos turísticos “categoria A”, no estado do Rio de Janeiro**

**Carlos Alberto Lidizia Soares – UFF**  
**Claudia Corrêa de Almeida Moraes – UFF**  
**Eloise Silveira Botelho – UNIRIO**  
**Fábia Trentin – UFF**  
**Isabela de Fátima Fogaça – UFRRJ**  
**Jonas Machado de Queirós – UFF**  
**Luciano Muniz Abreu – UFRRJ**  
**Maria Angélica Maciel Costa – UFRRJ**  
**Maria Jaqueline Elicher – UNIRIO**  
**Matheus Gomes Lima – UFF**

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) notificou os países-membros sobre a pandemia da Covid-19 e sugeriu o isolamento social como uma das principais medidas para combatê-la. O turismo foi afetado em diferentes escalas e dimensões por ser um sistema aberto, cujo deslocamento geográfico, a interação social e a hospitalidade são inevitáveis (HALL et al., 2020).

Neste ensaio, discutimos os efeitos desta pandemia no estado do Rio de Janeiro a partir do recorte geográfico definido por municípios pertencentes ao programa Mapa do Turismo Brasileiro na categoria A (BRASIL, 2019), ou seja, aqueles com grande dependência econômica em relação ao setor de serviços de turismo. Neste contexto, foram selecionados: Armação dos Búzios, Paraty, Petrópolis e a capital do estado, Rio de Janeiro. Assim, o objetivo deste texto foi analisar os impactos econômicos e sociais sobre o turismo, em especial, aos fluxos e empregos do setor, concernentes aos municípios selecionados, com base em dados secundários dos primeiros semestres de 2019 e 2020, bem como analisar as políticas públicas que envolveram a estrutura turística até o mês de dezembro de 2020.

### **Medidas de contenção da Covid-19: mobilidade comprometida, fluxo turístico impactado**

Com a irreversibilidade precoce de um contexto pandêmico, políticas públicas e medidas sanitárias se fizeram necessárias para conter a disseminação e a contaminação pelo novo coronavírus Sars-CoV-2 (vírus

causador da Covid-19). As ações emergenciais impuseram restrições severas à mobilidade das pessoas: houve controle ou mesmo proibição de acesso aos municípios estudados (pelos vários modais de transportes turísticos e não turísticos), fechamento de seus atrativos, serviços e equipamentos turísticos e cancelamento dos eventos – ações que incidiram sobre os fluxos turísticos.

Nos principais aeroportos da capital, o Internacional Antônio Carlos Jobim e o Santos Dumont, considerados os portões de entrada de turistas, apesar de não terem suas atividades suspensas com a pandemia, foi possível constatar o movimento reduzido devido à ausência de passageiros. Ao comparar o movimento do primeiro semestre de 2019 (1.123.284 passageiros desembarcados) com o mesmo período de 2020 (534.709 passageiros desembarcados), o saldo do turismo internacional foi 50% menor entre turistas brasileiros e estrangeiros. Quanto ao turismo doméstico, a redução foi similar para o mesmo período: 4.335.406 de passageiros desembarcados em 2019 e 2.345.263 de passageiros desembarcados em 2020 (INFRAERO, 2020). Já em Armação dos Búzios e Paraty, os aeroportos deixaram de operar em abril, retornando somente em agosto. Em dezembro, como estratégia para a retomada do setor, houve o início de operação de novos voos executivos nestes aeroportos (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS, 2020a).

No que se refere ao fluxo de cruzeiros, os municípios do Rio de Janeiro e de Armação dos Búzios receberam fluxos regulares durante os meses de novembro de 2019 a março de 2020. Quando a pandemia foi decretada, faltava pouco mais de um mês para que esta temporada fosse finalizada; assim, o impacto no período não ocorreu. Mesmo com o número menor de passageiros embarcados e desembarcados na temporada 2019-2020 na capital (304 mil passageiros) em relação a temporada 2018-2019 (380 mil passageiros), o impacto da temporada 2019-2020 foi maior em 7,6% que a anterior, o que leva a entender que houve tempo para a conclusão da temporada com resultados positivos (PIER MAUÁ, 2020). Contudo, a temporada de cruzeiros marítimos 2020-2021 foi cancelada pelas maiores empresas do setor (MSC Cruzeiros<sup>1</sup> e Costa Azul) em razão da pandemia em curso e, segundo o Píer Mauá (2020), a

---

<sup>1</sup> A MSC Cruzeiros anunciou esta decisão no final do ano de 2020 motivada pela demora em conseguir, junto às autoridades sanitárias e portuárias brasileiras, permissão para a retomada dos cruzeiros marítimos no país, conforme informações publicadas no site da empresa. Disponível em: <https://www.msccruzeiros.com.br/noticias/msc-cruzeiros-temporada-2020-2021>. Acesso em: 7 abr. 2021.

temporada que se iniciaria em outubro de 2020 prevista até março de 2021 não ocorreu. O transporte marítimo comercial privado em Armação dos Búzios teve circulação proibida de março a maio de 2020 (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS, 2020b), e de março a início de agosto em Paraty (PARATY, 2020a).

O transporte rodoviário também foi afetado a partir de março de 2020, tanto pelo fechamento de terminais quanto pela suspensão de algumas linhas de ônibus interestaduais e internas ao estado nos quatro municípios em análise. Em dezembro de 2020, ainda permaneciam com restrições o acesso de transportes coletivos em Paraty e Armação dos Búzios, sendo liberados desde julho em Petrópolis e no Rio de Janeiro. Assim como ocorreu nos aeroportos, o movimento no principal terminal rodoviário do estado, a rodoviária do Rio de Janeiro também sofreu uma redução brusca ao compararmos os dados referentes ao primeiro semestre de 2020 com o mesmo período em 2019 (em 2019, 2.873.151 passageiros embarcaram na capital e, em 2020, foram 1.417.771), segundo informações da Rodoviária do Rio de Janeiro<sup>2</sup>.

As barreiras sanitárias de acesso aos municípios turísticos de Búzios, Petrópolis e Paraty foram iniciadas a partir do final do mês de março, embora não tenham provocado bloqueios totais. Petrópolis flexibilizou a entrada de carros, vans e ônibus cujos passageiros tivessem como destino as lojas do polo de moda ou hotéis e pousadas, a partir de 9 de julho de 2020 (exigindo a apresentação de vouchers emitidos pelos empreendimentos). Armação dos Búzios e Paraty somente permitiram a entrada de turistas a partir de agosto, também com a apresentação de documentos de reserva (vouchers ou QR Code) na rede de hospedagem.

Deve-se destacar que no estado do Rio de Janeiro estabeleceu-se o Pacto Estadual Social pela Saúde e Economia, um sistema de bandeiras coloridas (vermelha, amarela e verde) que considera dois critérios para aumentar ou flexibilizar restrições: taxa de ocupação de leitos de Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) e taxa de crescimento de novos casos da Covid-19, o que foi seguido por alguns de seus municípios, como é o caso de Paraty que, no entanto, implementou modificações no plano original, atendendo às especificidades do município.

---

<sup>2</sup> Informações obtidas junto à rodoviária do Rio de Janeiro, via e-mail, em agosto de 2020.



Portanto, ao analisar os efeitos dos dias de fechamento de acesso aos quatro municípios em estudo e o impacto nos negócios turísticos, pode-se constatar que o setor de eventos foi o mais impactado. Desde o início da pandemia, verifica-se um retorno lento e gradual dos eventos, mas com a imposição de muitas restrições. No município do Rio de Janeiro, isso passa a acontecer a partir de junho e em Petrópolis, apenas em agosto. Nos municípios de Armação dos Búzios e Paraty, até o mês de dezembro de 2020, os eventos ainda não haviam sido retomados. Por outro lado, locadoras de veículos, bares, restaurantes e hotelaria, de modo geral, puderam reiniciar suas atividades a partir de junho. Exceções se deram no município de Paraty, que somente permitiu que agências de viagens retomassem seus serviços ao público, de forma presencial, em setembro, e o setor de hotelaria, em julho. O município do Rio de Janeiro não fechou seus hotéis; bares e restaurantes retomaram as atividades em julho, mesmo que com restrições sanitárias.

Com o prolongamento da pandemia para o quarto trimestre do ano de 2020, observou-se que os decretos municipais mantiveram certa flexibilização em relação ao acesso às praias, parques e aos municípios de maneira geral. Iniciou-se a abertura associada à aplicação de protocolos sanitários, atendendo à limitação de ocupação e atendimento nos estabelecimentos turísticos.

No início de dezembro de 2020, os municípios, embora com diferentes estágios de disseminação da doença, flexibilizaram suas suspensões e proibições; no entanto, reforçavam a necessidade de manutenção do distanciamento social seletivo e orientavam, por meio de seus decretos e protocolos, para cada setor evitar as aglomerações em estabelecimentos de alimentação, hospedagem e recreação, especialmente pela iminência de uma segunda “onda” da doença e dos efeitos das aglomerações comuns de ocorrerem nas festas de final de ano no Brasil.

### **Questões socioeconômicas relativas ao turismo no contexto da pandemia da Covid-19**

Em maio de 2020, existia um total de 94.030 empresas nos setores de agências de viagens, bares, restaurantes e similares, transportes, meios de hospedagem e eventos nos quatro municípios em estudo registrados na Receita Federal (DATASEBRAE, 2020). O maior número de empresas

correspondia ao setor de bares, restaurantes e similares (47.943), e de eventos (17.268). Os meios de hospedagem eram as empresas mais expressivas em todos os destinos, sendo 2.592 no Rio de Janeiro, 610 em Armação dos Búzios, 538 em Paraty e 197 em Petrópolis. Ainda com base nos dados do DataSebrae (2020), o município do Rio de Janeiro contava com o maior número de empresas tanto do setor de alimentos e bebidas (43.931 empresas), quanto de eventos (16.639 empresas).

Em dezembro de 2020 não havia, ainda, dados seguros disponíveis que permitissem traçar um panorama a respeito dos impactos verificados junto às empresas do setor no estado, havia somente pesquisas realizadas por associações e sindicatos com seus associados e sindicalizados que demonstravam impacto significativo nos setores relativos ao turismo, como, por exemplo, o fechamento definitivo de 30% dos bares e restaurantes da capital fluminense (BOUÇAS, 2020). Mas é importante destacar que essa cifra representa somente parcela do setor, não sua totalidade.

Os empregos no setor, ao comparar dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) dos primeiros semestres de 2019 e 2020, retrataram uma maior quantidade de demissões que admissões (Tabela 1) em todas as oito atividades características do turismo (ACT) nos municípios estudados. O impacto maior aconteceu a partir do mês de março de 2020, com números absolutos atípicos se comparados ao mesmo período do ano anterior. Neste caso, é possível pressupor que as demissões tiveram relação direta com as restrições decorrentes da pandemia da Covid-19.

**Tabela 1 – Atividades características do turismo 2019/2020 nos destinos em estudo**

Destino	Arm. dos Búzios		Paraty		Petrópolis		Rio de Janeiro	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Saldo de emprego	-312	-1.306	-85	-439	-20	-1024	1.217	-25.939

Fonte: Brasil, Ministério da Economia, Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, Caged. Organizado pelos autores (2020).

Quanto às finanças públicas dos municípios no período estudado, houve variação positiva em suas receitas gerais, com exceção de Armação dos Búzios, que sofreu ligeira redução. O aumento da arrecadação, por outro lado, veio acompanhado de incremento das despesas gerais, menos para o

município do Rio de Janeiro, onde tais despesas tiveram diminuição. No geral, o saldo, em termos percentuais, foi negativo para todos os municípios do recorte, exceção à Petrópolis (Tabela 2).

**Tabela 2 – Variação em % de receitas e despesas gerais entre os primeiros semestres de 2019 e 2020.**

Destino	Arm. dos Búzios		Paraty		Petrópolis		Rio de Janeiro	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Variação % entre 1º semestres de 2019 e 2020	-2,8	5,3	6,82	7,1	11,2	2,4	4,57	-5,4

Fonte: Portal Transparência Prefeituras Municipais de Armação dos Búzios, Paraty, Petrópolis e Rio de Janeiro. Organizado pelos autores (2020).

Quanto às medidas econômico-financeiras de apoio às empresas e trabalhadores do setor, no geral, as ações foram bastante embrionárias. Em Armação dos Búzios, houve suspensão das cobranças do Imposto Predial Territorial e Urbano (IPTU), taxas (como a de publicidade) e multas durante o período de emergência. No município do Rio de Janeiro, foi realizado o procedimento de credenciamento de estabelecimentos hoteleiros para a hospedagem de idosos assintomáticos moradores de comunidades carentes, além de uma ajuda social prévia ao setor hoteleiro. A exceção se deu em Paraty, onde se criou o projeto “Recomeçar”, com liberação de crédito emergencial para microempreendedores e microempresas, viabilizado pelo Fundo Emergencial criado pela prefeitura, com valor total de R\$ 10,2 milhões, disponibilizados em linhas de crédito divididas em duas faixas (até R\$ 4 mil e até R\$ 20 mil). Dezembro foi marcado, nos quatro municípios, pela Lei Aldir Blanc, advinda do governo federal, que gerou impacto positivo no setor de cultura e tende, conseqüentemente, a se refletir no turismo.

### **Reflexões iniciais sobre o cenário fluminense**

A pandemia da Covid-19 ocasiona uma crise no setor de turismo incomensurável, abrangendo dimensões diversas. Ainda não é possível assimilar a real dimensão deste impacto, pois a pandemia continua em curso e há dificuldades na geração e disponibilização de dados por partes das instituições públicas e privadas, o que torna o levantamento qualificado de informações para compor a pesquisa um grande desafio. Como exemplo desta

dificuldade, podemos citar a ausência de informações seguras sobre fluxos de visitantes nos municípios estudados (dados relativos à demanda turística) e as informações sobre os trabalhadores informais do setor de turismo.

Considera-se, ainda, que parte dos efeitos da pandemia serão mais fortemente sentidos e, portanto, mensurados, no início de 2021. Isto porque eventos importantes foram cancelados, como o Réveillon e o carnaval da cidade do Rio de Janeiro, levando à suspensão de viagens de longa distância, nacionais e internacionais, que influenciarão decisivamente nos fluxos turísticos ao estado.

Acredita-se que o turismo regional seja a estratégia que pode, em tese, ser o gatilho para a recuperação gradual do setor, ampliando a presença do turista fluminense e de estados vizinhos. Porém, será fundamental uma estratégia coesa, democrática e capaz de atender a diferentes necessidades e demandas de produtores e consumidores do turismo, do “pequeno” ao “grande” empreendedor, e isso parece ser um enorme desafio diante de uma grave crise econômica, política, sanitária e social que ainda se desenrola no país de maneira geral.

## Referências

ARMAÇÃO DOS BÚZIOS. **Protocolos para Retomada de Atividades**. 2020a. Disponível em: <https://buzios.aexecutivo.com.br/publicacoes.php?pagina=1>. Acesso em: 20 nov. 2020

ARMAÇÃO DOS BÚZIOS. **Decretos municipais**. 2020b. Disponíveis em: <https://buzios.aexecutivo.com.br/decretos.php?id=794>. Acesso em: 9 out. 2020.

BOUÇAS, C. Vendas em restaurantes estão 40% abaixo do nível de 2019, aponta Abrasel. **Valor Investe**, 17 out. 2020. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2020/10/07/vendas-em-restaurantes-esto-40-pontos-percentuais-abaixo-do-nvel-de-2019-aponta-abrasel.ghtml>. Acesso em: 2 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged**. Base de dados online. 2020a. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/aceso-online-as-bases-de-dados>. Acesso em: 26 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Novo Caged**. Base de

dados online 2020b. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged?view=default>. Acesso em: 27 ago. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro**. MTur, 2019. Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 1 ago. 2020.

DATABASE SEBRAE. **Onde estão as empresas ligadas ao turismo no Brasil**. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/mapa-empresas-turismo/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

HALL, M.; SCOTT, D.; GÖSSLING, S. Pandemics, transformations and tourism be careful what you wish for, **Tourism Geographies**, v. 22, n. 3, p. 577-598, 2020. DOI: 10.1080/14616688.2020.1759131

INFRAERO. **Estatísticas**. 2020. Disponível em: <https://transparencia.infraero.gov.br/estatisticas/> Acesso em: 10 ago. 2020.

PARATY. **Paraty espera por você. Protocolos Sanitários**. 2020a. Disponível em: <https://www.paraty.rj.gov.br/paraty-espera-por-voce>. Acesso em: 10 out. 2020.

PARATY. **Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Paraty**. 2020b. Disponível em [https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037055/con\\_comparativoreceita.faces?mun=GVg1NRiM4xU=](https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037055/con_comparativoreceita.faces?mun=GVg1NRiM4xU=). Acesso em: 17 ago. 2020.

PETRÓPOLIS. **Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Petrópolis**. Disponível em [http://www.petropolis.rj.gov.br/transparencia/adm\\_direta/consultas/receitas/](http://www.petropolis.rj.gov.br/transparencia/adm_direta/consultas/receitas/). Acesso em: 20 ago. 2020.

PIER MAUÁ. **Programação de navios – temporada 2019-2020**. Disponível em: <https://www.piermaua.rio/wp-content/uploads/2020/03/Programac%CC%A7a%CC%83o-Dia%CC%81ria-de-Navios-Temporada-2019-2020-v09.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2021.

RIO DE JANEIRO. **Portal da Transparência da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro**. 2020. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/contasrio/receita-por-fonte#titulo>. Acesso em: 25 ago. 2020.



## **Turismo em tempos de pandemia – os casos da cidade de São Paulo e da Baixada Santista**

**Rita de Cássia Ariza da Cruz – USP**

**Thiago Allis – USP**

**Daniel de Renzo Barretti – USP**

Tem se tornado lugar comum dizer que o turismo foi um dos setores mais atingidos pelos efeitos da pandemia da Covid-19, anunciada em março de 2020. De fato, sendo uma atividade que se define pela mobilidade de pessoas em volumes e escalas variadas, é óbvio que o mundo das viagens – e do turismo em específico – tenha se retraído de maneira intensa. Isso porque, na ausência de tratamentos e vacinas adequados e diante de pouco conhecimento sobre a natureza da infecção, as medidas que têm sido adotadas para conter a dispersão da doença são aquelas de natureza não-farmacológica. Na prática, isolamento social e limites a circulação de pessoas levando, conseqüentemente, a uma redução drástica nas atividades turísticas.

Por outro lado, lugares conhecidos por serem turísticos, ou seja, por receberem fluxos mais ou menos expressivos de turistas ao longo dos últimos anos, dadas suas características históricas, sociais, econômicas e conjunturais estão vivenciando de formas distintas os impactos da pandemia.

E o que se passa quando, diante da pandemia da Covid-19 boa parte do mundo entra em quarentena, interrompendo rotas de transporte e fechando fronteiras nacionais e intranacionais (entre estados e províncias)? De um modo geral, não é fácil isolar dados e informações específicas sobre o turismo e em São Paulo não é diferente. Daí, portanto, o primeiro desafio de se entender os impactos da pandemia para o turismo. Em todo caso, por ora, alguns dados gerais de alguns setores, apontam para o tamanho da retração do turismo, conforme segue:

a) O número de voos internacionais despencou quase 50%, passando de cerca de 38 mil no primeiro semestre de 2019, para pouco mais de 19 mil no mesmo período de 2020 (GRU AIRPORT, 2020). Este é um resultado esperado não porque o Brasil fechou suas fronteiras (como fizeram Austrália, Argentina e vários países europeus), mas porque as próprias companhias reduziram drasticamente a oferta de assentos, diante

da queda brusca de demandas entre São Paulo e as dezenas de destinos internacionais nas Américas, na Europa, na África e no Oriente Médio, regiões para as quais há ligações diretas a partir do Aeroporto Internacional de São Paulo-Guarulhos.

b) Ainda que seja difícil quantificar a participação exata do turismo, vale ressaltar que os números de desembarques de passageiros nos terminais rodoviários de São Paulo (Tietê, Barra Funda e Jabaquara) também experimentaram fortes baixas<sup>i</sup>. De acordo com dados da Socicam, administradora desses terminais, o acumulado até outubro de 2019 foi de 12.973.170 passageiros desembarcados, enquanto em 2020, considerando o mesmo período de dez meses, o acumulado é de 6.132.379, menos da metade (47%) do total do ano anterior. Se compararmos apenas o primeiro semestre dos anos de 2019 (7.842.131 desembarques) e 2020 (4.177.915), temos acumulado até junho deste ano cerca de 53% do volume de desembarques do mesmo período do ano anterior.

c) Como um efeito direto, a taxa de ocupação hoteleira na cidade caiu de 67% em média, no primeiro semestre de 2019, para pouco mais de 31% no mesmo período de 2020, reflexo da interrupção de fluxos para a cidade, em quaisquer setores – dos quais, poderíamos destacar o turismo de negócios e de eventos (SÃO PAULO, 2020b).

d) No que tange ao trabalho no setor, dados extraídos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do governo federal (BRASIL, 2020b), apontam para o aprofundamento de uma precarização, que piora diante da crise sanitária, econômica e social trazida pela pandemia. Considerando-se admissões e demissões nas atividades características do turismo (ACT) selecionadas para análise<sup>ii</sup>, o desempenho no primeiro semestre de 2019 já havia sido pífio, com um saldo positivo de apenas 1.356 empregos (63.127 admissões frente a 61.771 demissões), o que corrobora algo bastante conhecido pelos estudiosos do turismo, que é a sazonalidade do trabalho no setor. No primeiro semestre de 2020, enquanto 33.226 trabalhadores formais foram admitidos para as ACT listadas na cidade de São Paulo, 74.027 foram desligados, deixando um saldo negativo de 40.801 empregos perdidos.



Tratando do futuro do turismo na cidade (e no mundo como um todo), quaisquer previsões estarão repletas de imprecisões, porque se desconhece o curso que a pandemia assumirá – sendo temerário, portanto, assumir com muita certeza cenários “pós-pandemia”. Não obstante, algumas hipóteses podem ser levantadas, a título de exercício analítico. Uma delas é a de que dada a centralidade econômica de São Paulo em relação ao país – a cidade responde, sozinha, por cerca de 11% do PIB nacional (IBGE, 2018) –, a recuperação do setor de serviços e do comércio em geral – e do turismo especificamente – poderá se dar mais rapidamente que em outras localidades, como nos municípios litorâneos da Baixada Santista.

Sem possibilidade de apontar para resultados futuros neste momento considerando a multi e trans-escalaridade do turismo, levantamos algumas outras reflexões, para efeito de acompanhamento de pesquisas mais abrangentes no futuro próximo, tais como:

i. O *home-office*, que já vinha sendo testado há anos, agora vem sendo aplicado a milhares de trabalhadores em todo o mundo e poderá consolidar-se como uma tendência. Resta saber o quanto ele impactará as viagens corporativas e, conseqüentemente, o turismo de negócios em localidades como São Paulo e Santos, por exemplo. Ainda assim, setores associados (como alimentação fora de casa) poderão se acomodar, buscando atender necessidades e desejos de trabalhadores em atuação remota, mas que continuem demandando certos serviços.

ii. Os grandes eventos culturais e esportivos, uma marca registrada da maior cidade do país, dificilmente voltarão a apresentar, no curto prazo (1 a 2 anos), o mesmo desempenho de antes da pandemia, impactando toda a cadeia de serviços beneficiados com a realização desses eventos, a qual poderá ressentir-se por vários anos ainda, até que a imunização segura e completa no Brasil possa ser alcançada.

iii. Por outro lado, a perda de poder aquisitivo das classes médias somada à desvalorização do real e a eventuais novos fechamentos de fronteiras por parte de diferentes países poderão ser um estímulo para que brasileiros residentes no Brasil escolham São Paulo como destino. Em outro nível de reflexão, podemos supor que lazeres urbanos poderão ganhar maior relevância, como forma de dar vazão aos interesses e demandas de parcela

da população que não possa ou não queira viajar como nos padrões pré-pandemia.

Já a região metropolitana da Baixada Santista (RMBS) é composta por nove municípios e abarca municípios compreendidos por duas sub-regiões turísticas, definidas no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) do Ministério do Turismo, denominadas: “Costa da Mata Atlântica” e “Litoral Norte Paulista” (BRASIL, 2019).

Os aspectos homogeneizadores que levam a ambos os processos de regionalização possuem diferenças, mas, ao menos um aspecto em comum merece ser ressaltado: a sua interdependência à capital paulista e conseqüentemente à região metropolitana de São Paulo (RMSP). Do ciclo econômico do café ao uso turístico e por segundas residências, os municípios apresentam o seu dinamismo socioeconômico e espacial fortemente imbricado à produção da natureza e do espaço urbano metropolitano.

Esta contextualização reflete o processo de regionalização também feito no âmbito do turismo. O uso turístico nesses municípios possui em comum uma ampla demanda solvável oriunda de uma massa de trabalhadores, residentes na RMSP, e que buscam nessas localidades litorâneas um escape de um cotidiano estressante do trabalho, envolto a uma deterioração da qualidade de vida relacionada à: quantidade de horas despendida no trânsito, poluição do ar, ausência de áreas verdes e de equipamentos de lazer.

Não por acaso, as denominações dessas sub-regiões turísticas são: “Costa da Mata Atlântica” e “Litoral Norte Paulista”. Nomenclaturas que se referem a elementos estruturantes da mercadoria-turismo, uma vez que os nove municípios estão inseridos no bioma da Mata Atlântica, inseridos ou envoltos pelo Parque Estadual da Serra do Mar. Com exceção de Cubatão, todos os demais municípios são litorâneos e possuem como fator motivacional principal para o turismo, o binômio sol e mar.

De acordo com a categorização de municípios proposta pelo Ministério do Turismo, é possível aferir a grande importância que possui a Baixada Santista no cenário do turismo nacional, uma vez que com exceção de Cubatão (categoria C), todos os demais se enquadram como categoria A ou B. A fim de elucidar a importância dos municípios da Baixada Santista para o turismo, traçando um paralelo comparativo a nível nacional, apenas 2,3% de um total de

2.694 municípios presentes no mapa do turismo são de categoria A, e 9,54% são categoria B (BRASIL, 2019).

Outras características dos municípios dessa região são a predominância do turismo doméstico e sua dependência em relação à dinâmica socioeconômica da RMSP, a mais rica do país, exceção feita apenas ao município de Cubatão, que não tem no turismo o mesmo nível de dependência econômica (ainda que variável), que os outros oito municípios da Baixada.

No que diz respeito às finanças públicas, segundo dados dos balanços orçamentários municipais, houve um déficit de arrecadação direta de ICMS por parte de alguns municípios, sendo que Guarujá e Praia Grande tiveram uma arrecadação cerca de 20% menor em comparação ao primeiro semestre de 2019, e Bertioga uma arrecadação 65% menor (BRASIL, 2020a). Por outro lado, alguns municípios obtiveram uma maior arrecadação de ICMS, como foi o caso de Itanhaém, Mongaguá, Santos e Peruíbe.

As receitas gerais se mantiveram e até apresentaram algum aumento, sobretudo em função do repasse e transferência de recursos no contexto da pandemia. Quanto às despesas gerais empenhadas, de modo geral, elas apresentaram aumento para o conjunto dos oito municípios considerados, sendo os aumentos mais significativos, na casa dos 30%, para os municípios de Guarujá e Peruíbe, e na casa dos 15% para Santos e São Vicente.

Dessa forma, entre receitas e despesas, no comparativo entre os dois semestres de 2020, os municípios de Bertioga, Guarujá e Peruíbe foram os mais sensíveis aos efeitos da pandemia.

Quanto aos empregos nas ACT, em comparação ao primeiro semestre de 2019, houve para os municípios analisados, um aumento médio de 126% nas demissões, e uma diminuição média de 30% nas admissões. Novamente os municípios de Bertioga, Guarujá e Peruíbe destacaram-se em relação aos demais. A variação no número de demissões entre os primeiros semestres de 2019 e 2020 foi de 190% para Bertioga, e a variação no número de admissões foi de -50% em Peruíbe, sendo os setores mais sensíveis os de meios de hospedagem e alimentos e bebidas (BRASIL, 2020b).

Vale ressaltar o alto grau de informalidade que acompanha o setor do turismo, como é o caso, dos vendedores ambulantes no litoral da Baixada Santista, os quais estão, há meses, sofrendo duramente os efeitos da crise.

Outros setores econômicos bastante dinâmicos na região, da construção civil e das atividades imobiliárias, também se ressentiram durante a pandemia. Segundo dados do Caged, com exceção de Mongaguá e Peruíbe, na comparação entre os primeiros semestres de 2019 e 2020, o número de admissões foi 35% menor, enquanto as demissões aumentaram 78%.

A respeito da tomada de medidas sanitárias, constata-se uma articulação regional através do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista (Condesb) em observância ao Plano de Retomada do Governo do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2020a). A partir do mês de março, foi expedida uma grande quantidade de decretos nos municípios que compõem a região, sendo estes em sua maioria concernentes às regras de funcionamento de estabelecimentos comerciais e de serviços, equipamentos públicos etc.

Tendo por referência estes dois casos, uma breve análise dos dados obtidos até aqui nos permite aferir que, embora apresentem similaridades, o impacto da pandemia no setor do turismo varia em cada uma das localidades. Municípios com economias mais dinâmicas, como São Paulo e Santos, devem ressentir-se menos dos impactos provocados pela pandemia no setor, dado a diversidade e dinamismo de sua base econômica. Por outro lado, alguns municípios se mostram bem mais dependentes do turismo, apresentando tanto um maior déficit de empregos, quanto uma queda mais acentuada na arrecadação de impostos ligados ao setor de comércio e serviços, como é o caso de Bertioga, Guarujá e Peruíbe.

Concluimos ressaltando a importância de acompanharmos, com atenção, os desdobramentos desses processos em curso, pois a pandemia e seus impactos sobre o setor de turismo têm muito a nos dizer a respeito do mundo e do Brasil. Esta deve ser uma tarefa responsável, constante e principalmente aberta a possíveis novas metodologias, dado que, nesta escala e com tal intensidade, o turismo nunca sofreu tamanho impacto. Assim, paralelos com outras crises poderão ser apenas indicativos insuficientes sobre o que se passara e passará no turismo local e internacional.

## Referências

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI**. 2020a. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged**. Base de dados online. 2020b. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/acesso-online-as-bases-de-dados>. Acesso em: 24 ago. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**. Brasília: MTur, 2019. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/>. Acesso em: 02 jun. 2020.

GRU AIRPORT. **Informações operacionais**. 2020. Disponível em: <https://www.gru.com.br/pt/institucional/informacoes-operacionais>. Acesso em: 03 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. São Paulo. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>. Acesso em: 02 jul. 2020.

SÃO PAULO (estado). **Plano São Paulo**. 2020a. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/planosp/>. Acesso em: 30 set. 2020.

SÃO PAULO (município). Secretaria Municipal de Turismo. São Paulo Turismo. Conselho Municipal de Turismo. **Relatório de impactos da Covid-19 no turismo da cidade de São Paulo**. 2020b. Disponível em: [http://www.observatoriodoturismo.com.br/pdf/RELATORIO\\_COVID\\_19\\_IMPACTOS\\_NO\\_TURISMO.pdf](http://www.observatoriodoturismo.com.br/pdf/RELATORIO_COVID_19_IMPACTOS_NO_TURISMO.pdf). Acesso em: 30 nov. 2020.

---

<sup>i</sup> De acordo com a São Paulo Turismo S/A, empresa oficial de turismo e eventos da cidade de São Paulo, a capital paulista recebeu cerca de 15,7 milhões de turistas em 2018. (São Paulo: cidade do mundo. Dados e fatos dos eventos, viagens e turismo na capital paulista, 2019. Disponível em: [http://www.observatoriodoturismo.com.br/pdf/DADOS\\_FATOS\\_2019.pdf](http://www.observatoriodoturismo.com.br/pdf/DADOS_FATOS_2019.pdf). Acesso em: 7 abr. 2021).

<sup>ii</sup> Hotéis e similares e outros tipos de alojamento; restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas; locação de automóveis sem condutor; agências de viagens; operadores turísticos; serviços de reservas e outros serviços turísticos não especificados; e atividades de organização de eventos exceto culturais e esportivos. O Plano de Retomada Econômica do Estado de São Paulo 21/22 foi lançado pelo governador João Dória em 16 de outubro de 2020, prevendo um conjunto de ações voltado a atrair investimentos privados para o estado da ordem de R\$ 36 bilhões e expectativa de criar 2 milhões de empregos nos próximos quatro anos. (Disponível: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-10/doria-apresenta-plano-de-retomada-economica-de-sao-paulo>. Acesso em: 8 dez. 2020).

## **Crise na saúde pública: efeitos da Covid-19 no setor de turismo em Curitiba (PR)**

**Isabel Jurema Grimm – ISAE**  
**Sandra Dalila Corbari – USP**  
**Eduarda Kratczuk Dobkowski – UFPR**  
**Vitória Caroline Cavalcante Lacerda – UFPR**  
**Leonardo Goes Pimpão Ferreira – UFPR**

No final do ano de 2019, uma doença da síndrome respiratória aguda grave 2 (Sars-CoV-2) foi reconhecida em Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se da Covid-19, causada por um novo tipo de coronavírus não identificado até então. O vírus se espalhou rapidamente ao redor do mundo, exigindo medidas de isolamento social como forma de evitar o contágio, ao tempo em que desencadeou sobrecarga aos sistemas de saúde e provocou uma crise na economia mundial nos modelos de organização de trabalho e na interação social. Com a disseminação da doença, instalou-se a pandemia, e a preocupação dos governos e das empresas passou a ser a de se preparar para esta nova realidade.

No caso da pandemia da Covid-19, o modelo mais aceito é o de isolamento social, com quarentenas periódicas para adaptação dos sistemas de saúde e achatamento da curva de contágio. Orientações dadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estão relacionadas ao uso de máscara, higienização correta das mãos com água e sabão e o uso de álcool em gel 70%. No entanto, é preciso criar condições para que as pessoas possam aderir a esse modelo, o que passa pela garantia da manutenção de empregos e outras fontes de renda, com a devida segurança do trabalhador.

Em decorrência da pandemia do coronavírus, que impôs o isolamento social obrigatório, o cancelamento de voos, fechamento de fronteiras, bares, restaurantes, hotéis, pousadas, agências de viagens e serviços de transporte, muitas empresas tiveram seus negócios interrompidos. A pandemia afetou drasticamente o setor de turismo. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2020), as restrições na mobilidade: (i) reduziram o número de turistas internacionais em 98% no mês de maio de 2020 em comparação com 2019; (ii) responderam a perdas de 850 milhões a 1,1 bilhão de turistas

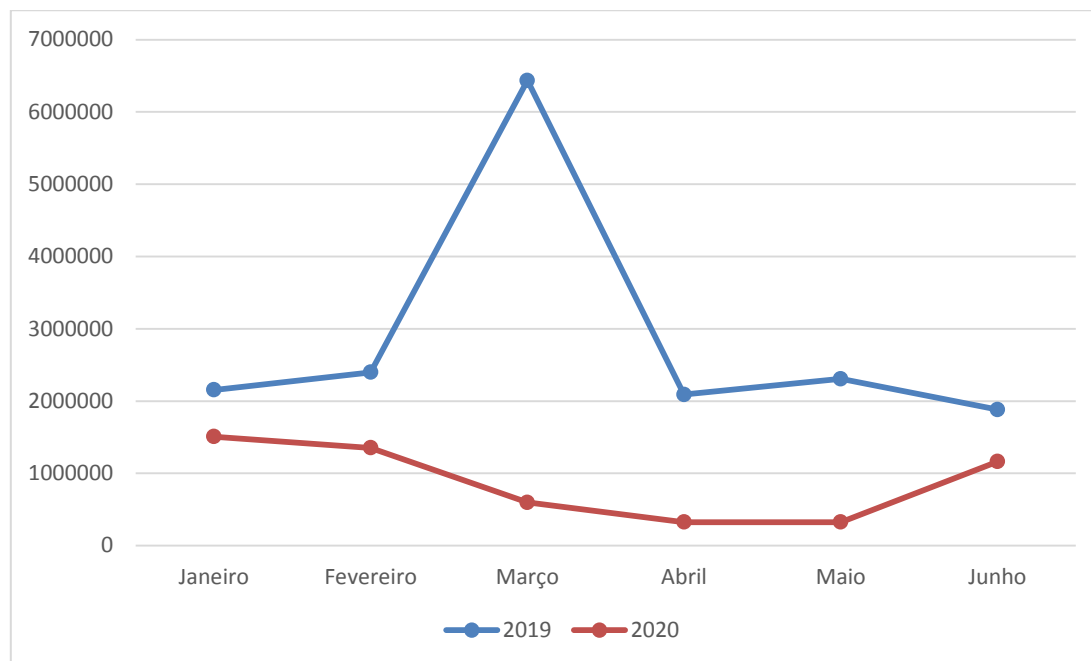
internacionais; (iii) contribuíram para a perda de US\$ 910 bilhões para US\$ 1,2 trilhão em receitas de exportação do turismo. Isso significa a perda de US\$ 320 bilhões na receita do turismo internacional – mais do que o triplo da receita do turismo internacional perdida na crise econômica global de 2008. Em relação aos postos de trabalho, a crise representa de 100 a 120 milhões de empregos ligados ao turismo em risco (OMT, 2020).

Nesse contexto, estudar o turismo sob uma perspectiva sistêmica, seja em um viés econômico, político ou cultural, bem como socioambiental, pode contribuir para que se tragam propostas de retomada do setor, atentando-se para o fato de que a pandemia intervém em um momento de aceleração dos processos de degradação ambiental. A sociedade, por sua vez, precisa adotar novas formas de comportamento: na relação com a natureza, assim como na relação com as comunidades que acolhem o turista. Para as organizações de turismo, o cenário pode constituir-se um momento para mudança, pois muitas empresas fecharão e oportunidades de entrada no mercado para o desenvolvimento de novos modelos de negócios estão surgindo.

Curitiba, capital do estado do Paraná, é voltada para o turismo de negócios, sendo um dos dez principais destinos no Brasil para estes fins e o sexto principal destino de eventos da América Latina. Como destino turístico indutor, apresenta índices superiores às médias do Brasil e capitais nas treze dimensões avaliadas pelo Índice de Competitividade do Turismo Nacional – Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional (CURITIBA, 2015). O setor de turismo em Curitiba abrigava em 2018 5.081 (25,55%) dos 19.888 estabelecimentos caracterizados como atividades características de turismo (ACT) do estado, além de gerar 39.696 postos de trabalho, de um total de 124.820 no estado (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2020). Com a deflagração da pandemia, o município sentiu os efeitos do isolamento social obrigatório. A partir de então, o cenário turístico estadual sofreu grandes impactos com o fechamento de 3.800 empresas ligadas às ACT. Entre os meses de janeiro a junho de 2020, em comparação com o mesmo período de 2019, houve uma diminuição expressiva de 69,5% na receita do setor de serviços (Gráfico 1) e 8% na arrecadação de ISS (CURITIBA, 2020).



**Gráfico 1 – Receita do setor de serviços no município de Curitiba, no primeiro semestre de 2019 e 2020.**



Fonte: Curitiba, Contas Públicas.  
Organizado pelos autores (2020).

Com a pandemia, o município de Curitiba contabilizou a diminuição de 50,1% de voos nacionais e 35,6% de voos internacionais, representando impactos negativos na chegada de passageiros, -54,4% de passageiros nacionais e -60,5% de passageiros internacionais. Em relação ao fluxo rodoviário, observou-se uma diminuição de 45,6% de chegadas de passageiros nacionais e 45,2% de internacionais na rodoviária da capital (INFRAERO, 2020; URBANIZAÇÃO DE CURITIBA, 2020). Dados do fluxo de visitantes coletados pelo Instituto Municipal de Turismo (CURITIBA, 2020b), em dois pontos turísticos (embarque da Linha Turismo e visita à Torre Panorâmica), demonstram que apesar do aumento do número de visitantes nos meses de janeiro e fevereiro de 2019, as visitas nesses atrativos, entre os meses de março a outubro de 2020 tiveram uma queda de 66,6% e 69,2%, respectivamente, em comparação ao mesmo período de 2019. Ressalva-se que, nesse período, os referidos atrativos permaneciam fechados. Atualmente, encontra-se em funcionamento a Linha Turismo. Em relação ao número de postos de trabalho afetados pela pandemia, o setor acumula um saldo negativo

de 7.079 postos de trabalho perdidos no período de janeiro a junho de 2020, uma variação de -814,6% em relação a 2019.

Sobre os locais de visitação turística, alguns espaços reabriram para uso público no segundo semestre, outros permanecem fechados por se constituírem ambientes fechados propícios à propagação do vírus. Em pesquisa realizada pelo Observatório de Turismo do Paraná (Obstur) (2020) com empresas de turismo do município, observa-se que 41% dos empreendimentos pesquisados demitiram funcionários. Após o mês de março, mais de 50% dos empreendimentos turísticos passaram a sentir mais fortemente os efeitos econômicos negativos. Em relação ao capital de giro, 66% das empresas afirmam possuir condições de manutenção somente por seis meses. Para minimizar a situação, algumas ações foram realizadas por esse empresariado para minimizar os efeitos da pandemia em seus negócios. Sinalizam-se algumas estratégias, como parcerias, tele-entrega, serviços *on-line*, financiamento e empréstimos, descontos e promoções, uso de vouchers, redução ou isenção de multas, medidas com o quadro de funcionários, remarcação ou adiamento de serviços, adiamento de investimentos e projetos (OBSTUR, 2020).

Cabe destacar que o cenário do turismo no estado do Paraná, com reflexos no município de Curitiba, registrou avanços em 2019, ano de muitos rankings e pontuações altíssimas para o Paraná, que ficou como segundo maior estado com crescimento turístico no mês de outubro, recebendo mais de 2 milhões de visitantes no Parque Nacional do Iguaçu e mais de 20 mil visitantes em uma semana no passeio de trem entre os municípios de Curitiba e Morretes, no litoral do Paraná. Entre os meses de janeiro e fevereiro de 2020, houve um aumento do fluxo de visitantes em Curitiba, demonstrando uma tendência de crescimento em comparação a 2019. Contudo, a pandemia mudou drasticamente o cenário. No mês de março ocorreu uma redução significativa no número de visitantes. Entre os meses de maio a junho houve paralisação nas atividades e na oferta turística, a redução, assim, abalou o setor. Em julho e agosto, observa-se a retomada das atividades com aumento de 28% no fluxo de visitantes. Em março, 38% dos meios de hospedagem estavam em operação e em junho esse número subiu para 60%. Todavia, vale destacar que todos os empreendimentos que permaneceram abertos adotaram

diversas medidas preventivas para garantir a saúde e o bem-estar dos hóspedes e de seus funcionários (CURITIBA, 2020b).

Em relação à retomada do turismo no Paraná, isto ocorre preferencialmente em áreas naturais, sendo o turismo de aventura, o ecoturismo e o turismo rural as modalidades que se encontram em alta no estado.

A pandemia da Covid-19 alterou a forma como o turismo se desenvolve e este não será mais o mesmo em vários sentidos. Considerando que ainda vivenciamos a pandemia, elaborar cenários e fazer projeções pode ser ainda cedo, mas é importante que se desenvolvam pesquisas desde uma perspectiva sistêmica e interdisciplinar, com foco também no comportamento dos consumidores. Vivenciado um momento de incertezas, o que parece ser assertivo é que as viagens serão para destinos mais próximos, em carros particulares, para localidades vizinhas onde o viajante se sinta mais seguro e confortável. Consumidores que não tiverem a sua renda comprometida poderão fomentar os negócios turísticos. De toda forma, é preciso que o setor de turismo tome medidas para adaptar-se às instáveis condições que assolam o mundo, adotando ações preventivas para enfrentar o atual e possíveis futuros efeitos de eventos extremos, sejam naturais ou antrópicos.

## Referências

CURITIBA. **Contas públicas.** 2020a Disponível em: <https://www.transparencia.curitiba.pr.gov.br/sgp/despesasorcamentarias.aspx>. Acesso em: 23 nov. 2020.

CURITIBA. Instituto Municipal de Turismo. **Tabela de acompanhamento mensal de indicadores 2020.** Curitiba, 2020b. Disponível em: <https://mid-turismo.curitiba.pr.gov.br/2020/11/pdf/00009984.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

CURITIBA. **Plano Municipal de Turismo de Curitiba 2015 – 2017.** 2015. Disponível em: <https://mid-turismo.curitiba.pr.gov.br/2015/11/pdf/00000817.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA. **Estatística.** Infraero, 2020. Disponível em: <https://transparencia.infraero.gov.br/estatisticas/>. Acesso em: 13 nov. 2020.

INSTITUTO PARANAENSE DE PESQUISAS ECONÔMICAS. **Caderno estatístico – município de Curitiba.** Curitiba: Ipardes, 2020. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=80000&btOk=ok>. Acesso em: 20 out. 2020.

OBSERVATÓRIO DE TURISMO. **Sondagem empresarial impactos do COVID-19 no turismo brasileiro e paranaense.** Curitiba: Obstur, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **International tourism plunges 70% as travel restrictions impact all regions.** OMT, 2020. Disponível em: <https://www.unwto.org/news/international-tourism-down-70-as-travel-restrictions-impact-all-regions>. Acesso em: 27 out. 2020.

URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S. A. **Estatística fluxo rodoviário 2019-2020.** Curitiba (PR): URBS, 2020.



## **Impactos da pandemia Covid-19 no sector de transportes aéreos em Moçambique**

**José Júlio Júnior Guambe – UP**  
**José Julião da Silva – UP**  
**Ringo Benjamim Victor – UniPúnguè**  
**Hélsio Amiro Motany de Albuquerque Azevedo – UEM**  
**Bianca Jaime Gerente – UCM**  
**Dário Manuel Isidoro Chundo – UP**  
**Victoriana Augusta Mahache – UEM**  
**Francisco Romão Banze – UEM**  
**Hermínio Pedro Mapanga – UEM**

Tal como parece ter acontecido em outras partes do planeta, em Moçambique, o ano 2020 iniciou com a notícia do aparecimento de um vírus. Trata-se do novo coronavírus, causador da doença Covid-19, que foi detetado em Wuhan, na China, em finais de dezembro de 2019. Depois do primeiro caso na China, outros países começaram a registar casos de Covid-19, primeiro na Ásia, depois na Austrália, Europa, América e na África, revelando o grande poder de transmissão do vírus, o que reforça as evidências de um dos efeitos da globalização.

Dada a velocidade de propagação, em princípios de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde confirmou a circulação do vírus tendo, em finais do mesmo mês, declarado o surto emergência de saúde pública de importância internacional.

Em Moçambique, segundo o Ministério da Saúde (MISAU) (MOÇAMBIQUE, 2020), no seu Boletim Diário de Covid-19, o primeiro caso confirmado registou-se a 22 de março, ou seja, quase três meses depois de se ter registado o primeiro caso na China. Nesse dia, a nível mundial o total de casos diagnosticados rondava os 190.000, o que perfaz, desde o primeiro caso, uma média diária de 2.112 infetados.

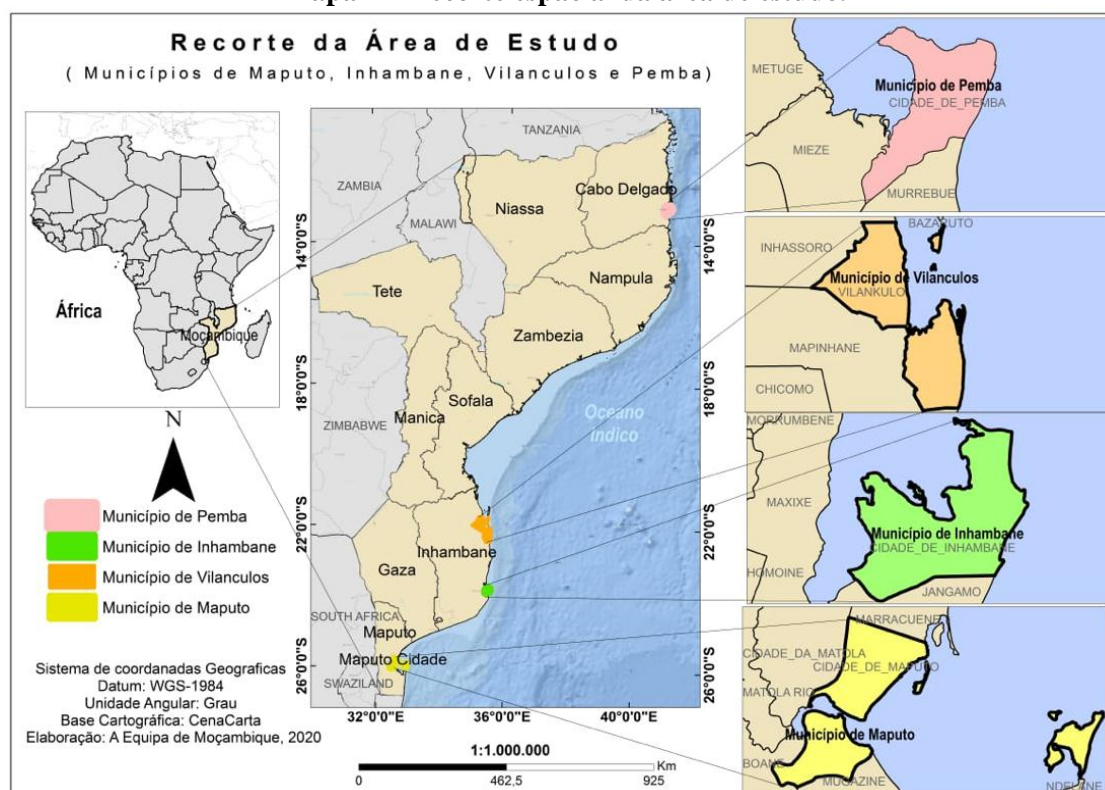
Ora, esses dados revelam a grande transmissibilidade do vírus, o que constitui, sem qualquer dúvida, motivo de grande preocupação, principalmente pelo número de mortes diárias.

A actividade turística, pela sua natureza, foi uma das mais afectadas pela pandemia, pois ela envolve mobilidade. Aliás, convém referir que o primeiro caso em Moçambique foi importado.

Uma das formas dos turistas se moverem é a partir do modal aéreo, um dos principais meios de transporte usado nas viagens internacionais pela capacidade de reduzir o tempo em trânsito, maximizar o período de férias. Neste ensaio pretende-se abrir uma reflexão sobre o impacto da pandemia no turismo, enfocando o factor mobilidade, privilegiando o transporte aéreo como objecto de estudo.

Considerando que o transporte aéreo desempenha um papel significativo no desenvolvimento do turismo em Moçambique, no presente ensaio procurou-se analisar o impacto da pandemia sobre o sector do turismo, a partir dos transportes aéreos, em quatro municípios, nomeadamente: Maputo, Inhambane, Vilanculos e Pemba (vide Mapa 1), considerando a grande importância desse recorte espacial no panorama turístico do país, conforme os dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE).

**Mapa 1 – Recorte espacial da área de estudo.**



Cerca de 35% do parque hoteleiro localiza-se na cidade de Maputo, capital do país, onde se desenvolve basicamente o turismo urbano voltado para negócios e conferências, seguida pela província de Inhambane com 11%, que concentra a prática do turismo de lazer (sol e praia) nos municípios de

Inhambane e Vilanculos, e pela província de Cabo Delgado, onde se localiza o município de Pemba, que participa com 5,4%. Esses foram os locais em que o sector turístico foi mais atingido com o surgimento da Covid-19 em Moçambique.

Algumas das primeiras medidas tomadas pela quase totalidade dos países para controlar a propagação do vírus pela mobilidade humana e, por conseguinte, prevenirem-se da Covid-19 foram o fechamento das fronteiras e a restrição de circulação interna e externa, incluindo nos transportes aéreos.

Para o desenvolvimento desta reflexão sobre o transporte aéreo no contexto da pandemia em Moçambique, recorreu-se aos dados disponibilizados pela Empresa de Aeroportos de Moçambique (ADM) e pelo Boletim Diário do MISAU. Recorreu-se, igualmente, aos comunicados de imprensa do MISAU que desde a eclosão da pandemia tem acontecido com regularidade. Importa referir que, não obstante ter-se conseguido os dados que permitiram a realização deste ensaio, persistem muitas limitações para a obtenção de informação oficial nos vários domínios para o desenvolvimento da pesquisa sobre os impactos da pandemia no turismo em Moçambique.

A reflexão foi desenvolvida tendo como referência o primeiro semestre de 2019 para, a partir de registos oficiais de voos e passageiros e outros documentos relacionados, analisar comparativamente a situação do primeiro semestre de 2020, diante das restrições impostas pela Covid-19 nos recortes espaciais em estudo.

### **Impactos da pandemia Covid-19 no sector de transportes aéreos em Moçambique**

De acordo com os dados dos ADM, ao comparar o primeiro semestre de 2020 com o primeiro semestre de 2019, constata-se que houve uma redução significativa tanto no número de voos como de passageiros no país, quer nacionais como internacionais, conforme ilustram os gráficos 1, 2, 3 e 4.

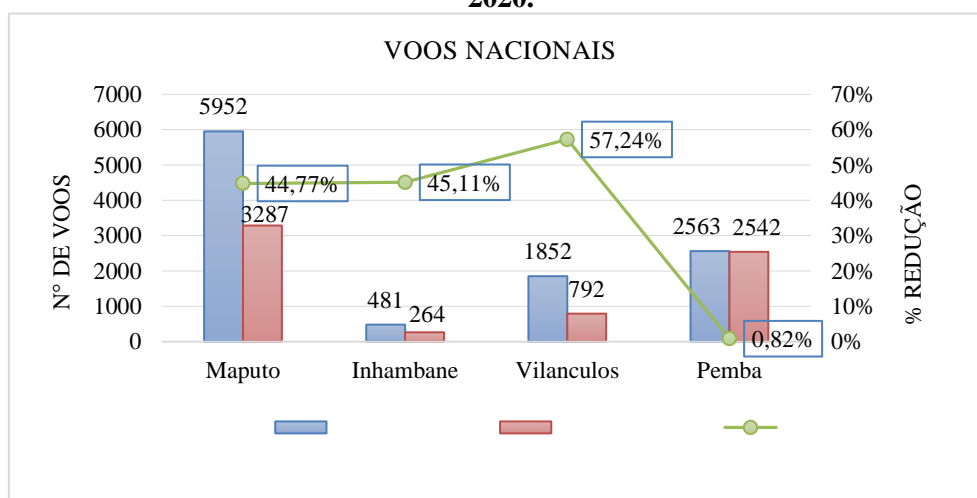
Como consequência da pandemia, foram tomadas algumas medidas com vista a limitar a mobilidade interna e a partir das fronteiras nacionais, designadamente foi restringida a circulação de pessoas em qualquer parte do território nacional e limitada a entrada de pessoas nas fronteiras terrestres, aeroportos e portos. Por razões de interesse do Estado, houve excepção para



o transporte de bens e mercadorias por operadores devidamente credenciados e em situações relacionadas à saúde. Assim, os voos internacionais só ocorriam para questões essenciais, como por exemplo, a recepção de material para uso no âmbito da prevenção da Covid-19 e chegada de equipes de médicos para reforçar a capacidade do sistema nacional de saúde. Voos para fins comerciais, que geralmente são usados por turistas, deixaram de ser permitidos no primeiro semestre de 2020.

Os dados mostram que, no primeiro semestre de 2019, o município de Maputo teve 5.952 voos contra 3.287 voos, no mesmo período em 2020. Essa diferença representa 44,77% de redução de voos durante o período da Covid-19. Por sua vez, o município de Vilanculos teve a maior redução de voos, correspondente a -57,24%, de 1.852 voos no primeiro semestre de 2019 caiu para 792 voos no primeiro semestre de 2020, conforme ilustra o Gráfico 1.

**Gráfico 1 – Comparação do número de voos nacionais no primeiro semestre de 2019 e 2020.**



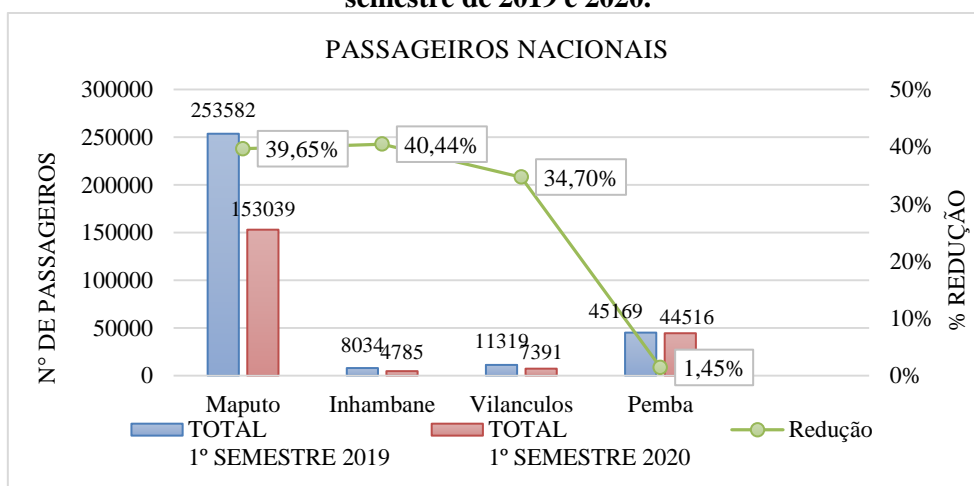
Fonte: Aeroportos de Moçambique, 2020.

Ao comparar os quatro municípios, constata-se que Vilanculos e Inhambane foram os mais afectados, enquanto Pemba manteve mais ou menos o mesmo número de voos. Relativamente a Vilanculos e Inhambane, a redução pode ser explicada pelo facto de se tratar de aeródromos cuja função principal é a turística (com foco no turismo internacional).

O município de Pemba, diferentemente dos outros municípios, praticamente não sofreu redução no número de voos nacionais (menos de 1%) durante o primeiro semestre de 2020, apesar das medidas restritivas de

mobilidade. Esta situação particular pode estar relacionada com a grande movimentação registada nos últimos dois anos para a província de Cabo Delgado, motivada pelos projetos bilionários de exploração do gás e prospecção de petróleo, e pela situação militar relacionada ao ataques terroristas e a consequente situação humanitária, que por sua vez propicia um grande movimento de apoio para aquela província, cuja principal porta de entrada do modal aéreo é o município de Pemba. Outra razão, não menos importante, foram as movimentações do sector da saúde motivadas pelo facto de o acampamento da petrolífera francesa Total, localizado em Afungi, no norte da província de Cabo Delgado, ter se tornado, no mês de abril, o epicentro da pandemia em Moçambique, constituindo deste modo o *cluster* de Afungi, que registou o seu primeiro caso no dia 8 de abril e fechou o mês com 82,3% do total dos casos do mês, e 73,7% do total dos casos que existiam em Moçambique até então, tornando-se deste modo, o principal foco de disseminação (GUAMBE, 2019).

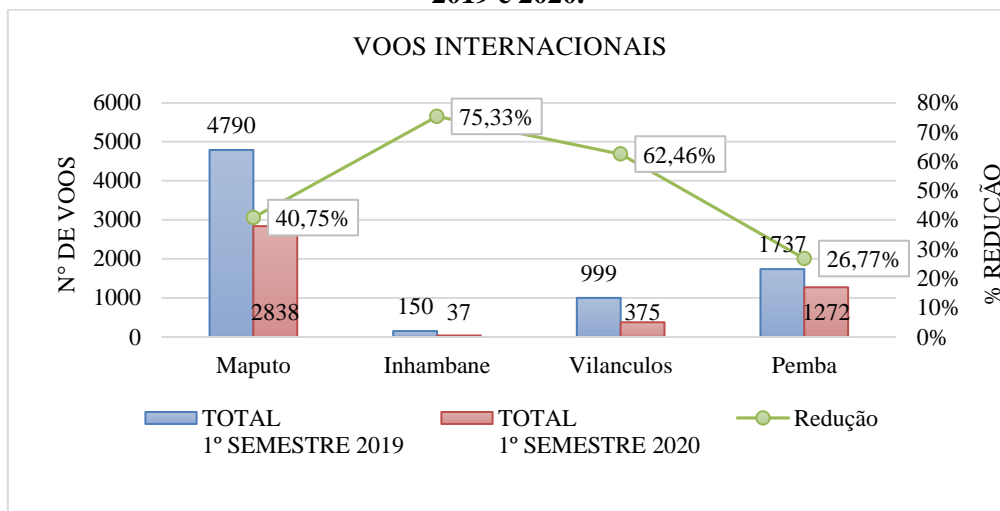
**Gráfico 2 – Comparação do número de passageiros em voos nacionais no primeiro semestre de 2019 e 2020.**



Fonte: Aeroportos de Moçambique, 2020.

O Gráfico 2 mostra o número de total de passageiros que viajaram durante o primeiro semestre de 2019 e 2020, respectivamente. Observa-se que no município de Maputo, em 2019, o número de passageiros que viajou correspondeu a 253.582 contra 153.039 no mesmo período em 2020, perfazendo uma diferença de 100.543 passageiros, uma redução equivalente a 39,6%.

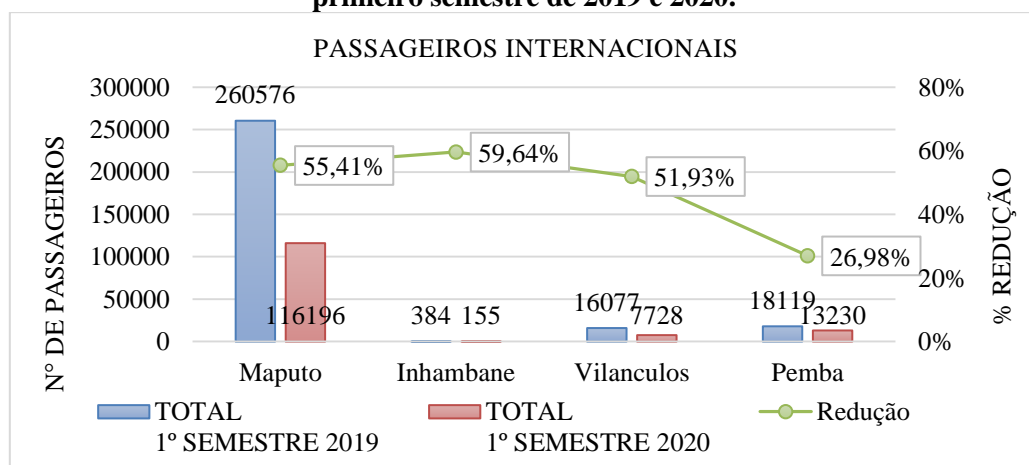
**Gráfico 3 – Comparação do número total de voos internacionais no primeiro semestre de 2019 e 2020.**



Fonte: Aeroportos de Moçambique, 2020.

Os dados do Gráfico 3 mostram que o município de Inhambane e de Vilanculos foram os que tiveram maior redução de voos internacionais. Durante o primeiro semestre de 2019, para o município de Inhambane registaram-se 150 voos contra 37, em igual período em 2020, tendo uma redução na ordem de 75,5%, e o município de Vilanculos no mesmo período teve 999 voos internacionais, em 2019, face a 375 voos, em 2020, apresentando uma redução na ordem de 62,4%.

**Gráfico 4 – Comparação do número total de passageiros em voos internacionais no primeiro semestre de 2019 e 2020.**



Fonte: Aeroportos de Moçambique, 2020.

No que concerne ao número de total passageiros internacionais, os dados do Gráfico 4 revelam que no primeiro semestre de 2019, no município de Maputo entraram 260.576 passageiros internacionais e, em 2020, 116.196, ou seja, uma redução em um pouco mais de 55%.

Ao comparar os 4 municípios, constatam-se que o município de Inhambane foi o que registou menor fluxo de entrada de passageiros internacionais, tendo sido observados 384 passageiros durante o 1º semestre de 2019 e, 155 em igual período em 2020, ou seja uma redução de 229 passageiros, decréscimo de 59,6%.

### **Considerações finais**

Conforme apresentado nos diferentes gráficos, o sector de transporte aéreo, nos destinos em análise, apresentou reduções no número de chegadas de voos e no número de pessoas a viajarem devido a pandemia da Covid-19. De forma directa, esse cenário contribuiu para menor arrecadação de receitas pelas taxas e impostos que são gerados e pela diminuição de empregos directos e indirectos com o encerramento de infra-estruturas aeroportuárias, como se observou em Inhambane e Vilanculos, que ficaram sem receber voos por mais de 4 meses, visto que o tráfego nestes dois destinos é determinado pelo fluxo de turistas internacionais, principalmente. Conforme apresentado pelo jornal *Notícias* (2020), as perdas registadas no sector dos transportes aéreos em Moçambique, desde a eclosão da pandemia, foram superiores a 80%. Maputo, por ser a capital e *hub* principal do país, registou menos impacto. Pemba, pela sua posição estratégica relacionado ao sector de petróleo e gás, não observou reduções muito acentuadas, tanto no número de voos como de passageiros. Portanto, ficou evidente que o turismo, principalmente em Inhambane e Vilanculos, é determinante para o sector aeroportuário e vice-versa. Desta forma, estratégias nacionais e regionais para a retomada são essenciais para fazer com que o turismo e o transporte aéreo continuem a contribuir para o desenvolvimento nacional.

### **Referências**

AEROPORTOS DE MOÇAMBIQUE. **Estatísticas do sector de transporte aéreo no ano de 2020**. Maputo: ADM, 2020.

GUAMBE, J. Efeitos da Pandemia de Covid19 sobre o turismo na África subsaariana e em Moçambique. **AbeÁfrica-Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos**, v. 3, n. 3, p. 59-78, out. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS (Moçambique). **Estatísticas do Turismo, 2016 – 2018**. Maputo: INE, 2018.

JORNAL NOTÍCIAS. **Aviação civil regista perdas superiores a 80 por cento**. Maputo, ed. 31159, p. 1, 3 dez. 2020.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Saúde. **Boletim Diário de Covid-19**. MISAU, 2020. Disponível em: <https://www.misau.gov.mz/index.php/covid-19-boletins-diarios>. Acesso em: 23 nov. 2020.

## **Impactos da Covid-19 no turismo em Portugal: uma avaliação rápida dos primeiros nove meses**

**Eduardo Brito-Henriques – CEG, IGOT, Universidade de Lisboa**  
**Sara Larrabure – CEG, IGOT, Universidade de Lisboa**

O ano de 2020 ficará na memória devido à Covid-19. Nenhuma epidemia antes na história da humanidade tinha sido tão rápida a atingir proporções globais como foi esta nova infeção causada pelo Sars-CoV-2. O caráter pandêmico da Covid-19 relaciona-se estreitamente com uma das características centrais da população mundial atual: a mobilidade. Na inexistência de soluções farmacêuticas eficazes para a nova doença, restringir a mobilidade e os contactos sociais foram as fórmulas encontradas para mitigar a epidemia. O turismo foi, por isso, uma das atividades mais afetadas. Neste ensaio, analisamos o que sucedeu em Portugal durante a primeira vaga da epidemia.

### **Breve relance sobre o turismo em Portugal antes da pandemia**

Portugal, com as duas regiões autónomas insulares incluídas (Madeira e Açores), recobre uma área de cerca de 92 mil km<sup>2</sup>, e tinha em 2019 uma população estimada de 10,3 milhões de habitantes. Nesse ano, Portugal dispunha de 6.833 alojamentos turísticos, a que correspondia uma capacidade de 443.157 camas e onde se realizaram 70,1 milhões de dormidas (INE, 2020a)<sup>i</sup>. Significa que num território que compara em dimensão com o Estado de Santa Catarina e que em população não chega ao Rio Grande do Sul, havia quase o dobro da capacidade de alojamento em meios de hospedagem de toda a macrorregião Sul do Brasil e praticamente o mesmo que na macrorregião Sudeste. De resto, frente aos 6,6 milhões de turistas estrangeiros que o Brasil recebeu em 2018, Portugal recebeu 22,8 milhões (UNWTO, 2019). Esta desproporção, que se tem de sublinhar, pois estamos a falar de um território que é quase um décimo do Brasil, é sugestiva da importância que o turismo tem em Portugal, com consequências numa forte interferência das mobilidades turísticas na vida dos lugares, assim como numa elevada dependência da economia de visitaçãõ.

Comparativamente a destinos vizinhos da Europa do Sul, Portugal teve um desenvolvimento turístico mais tardio. Isso granjeou-lhe a reputação de um destino menos massificado e, de certa forma, até mais diferenciado. Porém, na última década, especialmente desde 2012, o turismo disparou. Entre 2012 e 2019 o movimento anual de passageiros nos aeroportos de Portugal quase duplicou (+91%), chegando a 29.966.753 passageiros desembarcados naquele último ano; as dormidas nos alojamentos turísticos aumentaram 76,8%; e ampliou-se o volume de negócios em 91,5% nas atividades de alojamento, restauração e espetáculos artísticos, desportivos e recreativos, atingindo 19 mil milhões € (INE, 2020b). Em consequência desta evolução, Portugal chegou a 2019 com uma das economias mais dependentes do turismo de toda a União Europeia (UE) – apenas atrás de Croácia e Grécia –, com um peso de 16,5% no PIB, 18,6% no emprego e 23,5% no total das exportações do país (WTTC, 2020).

Dois regiões destacam-se em particular nesta matéria: o Algarve e a área metropolitana de Lisboa. O Algarve é a região balnear portuguesa por excelência e também um importante destino internacional de turismo de golfe e de turismo residencial, procurado por aposentados da Europa do Norte. A área metropolitana de Lisboa possui uma oferta turística desdobrada entre vários produtos (sol e mar, golfe, desportos náuticos, natureza, enoturismo, etc.), mas é essencialmente um destino de *city break* e de turismo cultural e de eventos. Nestas duas regiões, que totalizam menos de 9% da superfície de Portugal, concentrava-se, em 2019, 51% da capacidade de alojamento turístico do país e nelas foram realizadas 56,4% do total das dormidas. A região da Madeira, repetidamente eleita desde 2015 como melhor destino insular do mundo pelos World Travel Awards (considerados os “Óscares” do turismo), é outro território muito visitado e onde as atividades características do turismo têm forte implantação e peso na economia.

### **A primeira vaga da pandemia e o “Grande Confinamento”**

O primeiro caso de Covid-19 na Europa foi anunciado em 24 de janeiro de 2020, em França. Em Portugal, só em 2 de março seria confirmado o primeiro caso de infeção. Nos dois primeiros meses do ano, apesar das notícias alarmantes que vinham da China, do começo do bloqueio ao tráfego aéreo em



destinos da Ásia-Pacífico e, por fim, perante o avanço da pandemia na Europa, o movimento nos hotéis portugueses não só não diminuiu como, inclusive, cresceu face ao período homólogo do ano anterior (Tabela 1). Portugueses de classe média-alta, com hábito de fazerem férias de neve, mantiveram os seus planos e viajaram para os Pirineus e Alpes, ainda no começo de março. A reviravolta ocorreu na segunda semana daquele mês. Diante da escalada do número de infetados na Europa, e para evitar o colapso dos serviços de saúde, já iminente nalgumas regiões como o norte de Itália, vários estados-membros da UE começaram a impor restrições à mobilidade, a encerrar fronteiras, a banir eventos e a encerrar comércio e serviços (HIRSCH, 2020). A 16 de março, a presidente da Comissão Europeia anunciava que a UE iria fechar as suas fronteiras externas.

**Tabela 1 – Procura nos estabelecimentos de alojamento turístico 2020.**

Mês	Hóspedes		Dormidas			
			Total		Residentes	Não residentes
	2020	Varição homóloga	2020	Varição homóloga	Varição homóloga	Varição homóloga
JAN	1.418.459	11,4%	3.253.096	7,2%	11,4%	5,3%
FEV	1.594.530	14,4%	3.838.559	14,1%	26%	8,7%
MAR	692.691	-62,8%	1.900.128	-58,8%	-58,2%	-59%
ABR	53.326	-97,7%	155.012	-97,4%	-93,6%	-98,9%
MAI	136.493	-94,8%	276.508	-95,8%	-86,6%	-98,8%
JUN	482.523	-82,4%	1.041.233	-85,5%	-59,4%	-96,7%
JUL	1.032.523	-63,8%	2.648.164	-67,8%	-29,4%	-84,7%
AGO	1.880.926	-43,6%	5.092.842	-47,1%	-1,5%	-72,4%
SET	1.370.919	-52,7%	3.551.658	-53,4%	-8,5%	-71,9%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Portugal), Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos.

Organizado pelos autores (2020).

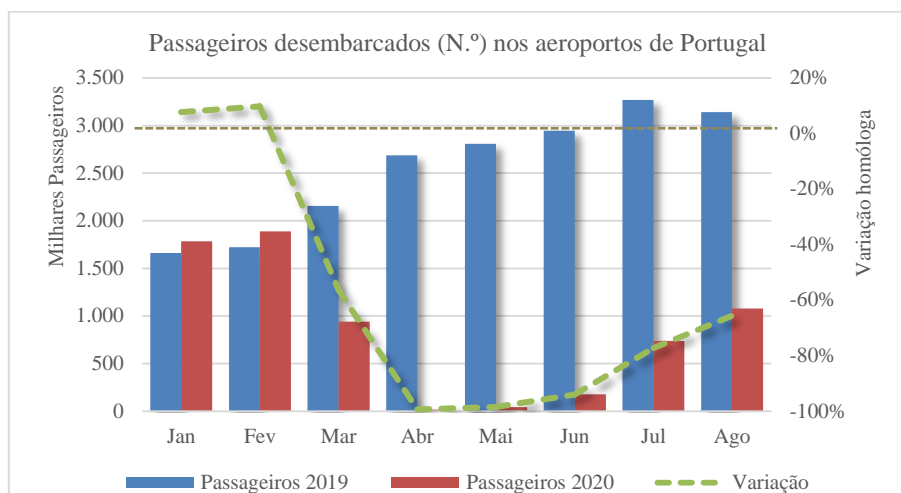
Em Portugal, o Estado de Alerta foi decretado a 13 de março, com um primeiro conjunto de medidas extraordinárias para a contenção do novo coronavírus que envolveu a suspensão das atividades letivas presenciais, encerramento de estabelecimentos de bebidas com espaços de dança (discotecas) e diminuição da lotação em restaurantes para um terço. O nível de restrições seria agravado escassos dias depois com a declaração do Estado de Emergência a 18 de março, e efeitos a partir de 20. Todo o comércio não essencial foi encerrado, o teletrabalho foi imposto nos setores que eram com ele compatíveis (essencialmente, serviços), restaurantes e similares ficaram

restringidos a *take away*, museus, monumentos, ginásios, recintos desportivos, cinemas e salas de espetáculo foram encerrados, assim como suspensos todos os eventos, incluindo os religiosos. Com as pessoas confinadas em casa, as cidades pareciam estar despovoadas e praticamente deixou de haver movimento nas estradas.

Este período de restrições mais severas à mobilidade e à liberdade económica durou em Portugal até 4 de maio, data em que o país entrou em Estado de Calamidade e se iniciou um processo gradual de “desconfinamento”. Essa reabertura da economia começou pelo pequeno comércio local (até 200 m<sup>2</sup>) e serviços pessoais. A 18 de maio, restaurantes, cafés e pastelarias puderam voltar a servir clientes (com metade da lotação e horários reduzidos) e houve reabertura de museus, monumentos e galerias de arte. Finalmente, cinemas, teatros e salas de espetáculo puderam retomar a atividade a 1 de junho, embora com lotação reduzida e distanciamento físico. O facto das portas reabrirem não significou, todavia, que a atividade turística tivesse regressado: nos museus, no primeiro mês após a reabertura, as entradas foram 10% das registadas no período homólogo do ano anterior (MARTINS, 2020).

Note-se que, durante o Estado de Emergência em Portugal, nunca os estabelecimentos de alojamento turístico foram obrigados a suspender a atividade, apenas a fronteira terrestre com Espanha foi encerrada (não os aeroportos). Porém, nesses meses de abril e maio, toda a atividade turística praticamente cessou. Face a 2019, as dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico tiveram uma variação de -97,4% em abril, e -95,8% em maio (Tabela 1). A pouca atividade registada terá estado ligada a viagens inadiáveis ou por motivos imperiosos, e alguns poucos turistas retidos que ficaram impedidos de regressar aos seus países. É, portanto, do lado da procura que se encontram as causas desta quebra: foram as restrições à mobilidade nas regiões emissoras e não as dificuldades colocadas no destino à entrada de visitantes que, de facto, fizeram baixar a atividade para níveis quase nulos. No segundo trimestre de 2020, o número de passageiros desembarcados nos aeroportos nacionais foi de 230 mil, representando um decréscimo de 97,5% face ao período homólogo, conforme Gráfico 1.

**Gráfico 1 – N.º de passageiros desembarcados nos aeroportos de Portugal, 2019 e 2020.**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Portugal), Inquérito aos Aeroportos e Aeródromos. Organizado pelos autores (2020).

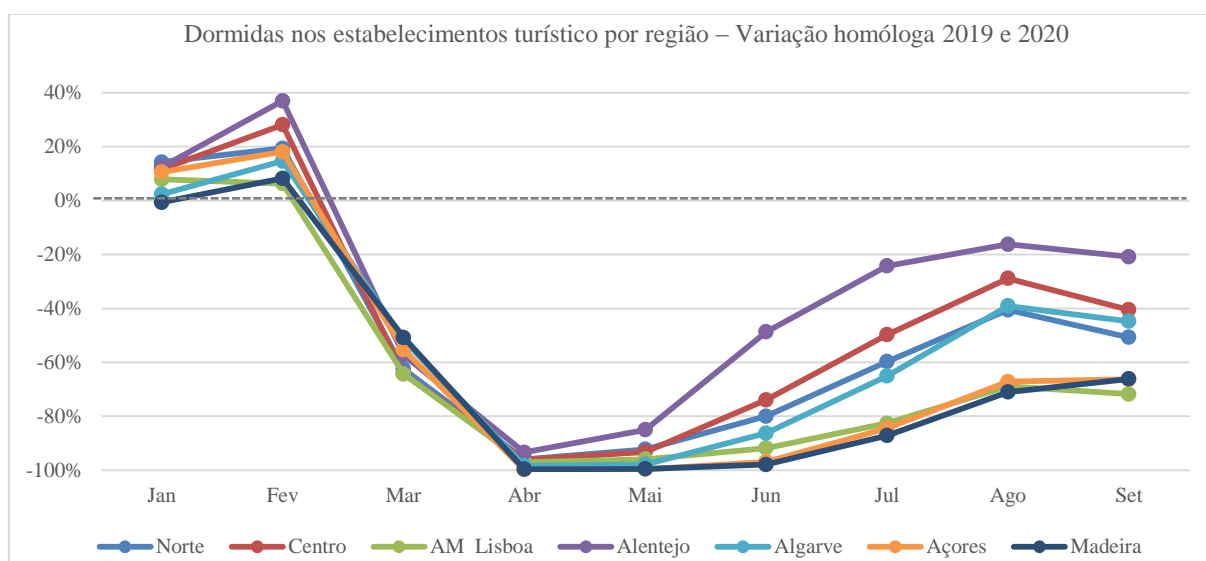
Para responder a este “choque de procura”, 80% dos estabelecimentos de alojamento turístico em todo o país acabariam por decidir, por moto próprio, fechar portas no “Grande Confinamento”, e assim evitarem custos de operação (INE, 2020c). No que tange aos proventos oriundos dos estabelecimentos de alojamento turístico, o acumulado até setembro de 2020 foi de 1,2 milhão de euros contra 3,5 milhões no mesmo período de 2019, representando uma redução de 64,5% (INE, 2020a).

### **A tímida retoma de verão**

A circulação entre estados-membros da UE começou a restabelecer-se lentamente em junho. Para viajantes provenientes de países externos à UE, em julho. Contudo, a reabertura das fronteiras foi lenta e atribulada. Vários estados-membros continuaram a impor quarentenas e/ou obrigar à realização de testes. Os estados seguiram critérios diferentes na definição de quais eram os países seguros para viajar. Portugal ficou fora dessa lista em alguns dos seus mais importantes mercados, como o britânico. Por isso, a retoma do turismo recetor em Portugal foi muito ténue no verão europeu. Em contrapartida, a procura interna acabou por responder positivamente, acabando por se registar no mês de agosto uma redução de apenas 1,55% das dormidas dos residentes face ao mesmo mês de 2019, também porque muitas viagens internacionais terão sido substituídas por turismo doméstico.

Nota-se que no conjunto dos primeiros nove meses do ano, as regiões que apresentaram menores diminuições do número de dormidas nos estabelecimentos turísticos (Gráfico 2) foram o Alentejo (-36,1%), o Centro (-50,6%) e o Norte (-56,5%), contra recuperações muito menores nas principais regiões turísticas – a área metropolitana de Lisboa (-69,1%) e o Algarve (-60,8%). Isto explica-se, primeiro, porque Lisboa e o Algarve têm maior dependência de turistas provenientes do estrangeiro (77,5% das dormidas em 2019 foram feitas por não residentes), mas também porque os turistas terão preferido viajar para áreas rurais e territórios de baixa densidade, onde percebiam que podia haver maior segurança sanitária e distanciamento físico, como, aliás, estudos já tinham sugerido que iria suceder (BRITO-HENRIQUES; BOAVIDA-PORTUGAL; ARROBAS, 2020).

**Gráfico 2 – Dormidas nos estabelecimentos turístico por região – variação homóloga 2019 e 2020 e 2020.**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Portugal), Estatísticas do Turismo, 2020a.  
Organizado pelos autores (2020).

### Questões em aberto

Apesar da tímida recuperação verificada nos meses de julho e de agosto, em setembro registou-se nova inversão da tendência, com variações homólogas negativas das dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico, conforme pode ser visualizado no Gráfico 2, o que demonstra que a pandemia continua a afetar a mobilidade. Ainda que seja difícil qualificar neste momento os impactos a prazo da pandemia da Covid-19, com base nas

informações levantadas e analisadas até este momento, fica evidente que a crise no setor turístico terá repercussões económicas severas em Portugal. Diferentes consequências se desdobrarão no território nacional, que só poderão ser apreendidas no futuro. Algumas mudanças surpreendentes começam a ser discutidas e ensaiadas, como o esforço dos hotéis em se adaptarem ao momento, transformando quartos em espaços de escritórios e de *coworking*, o uso extraordinário de autocarros de turismo no reforço do transporte público para permitir diminuir a lotação e garantir maior distanciamento físico ou as medidas no sentido de converter “alojamentos locais” em residências universitárias e casas para residentes, na tentativa de diminuir o deficit habitacional. Porém, muitas incertezas permanecem: voltará o turismo a ter em Portugal a expressão que tinha no passado? Tendências recentes, surgidas com a pandemia, como a valorização do turismo doméstico e a procura de áreas rurais e territórios de baixa densidade serão de curta duração ou vão manter-se? Ficará o turismo no futuro menos dependente do transporte aéreo, ou assistiremos ao regresso em breve das formas do passado?

## Referências

BRITO-HENRIQUES, E.; BOAVIDA-PORTUGA, I.; ARROBAS, F. **COVID-19 e turismo**: danos reputacionais e efeitos da pandemia nos planos de férias e viagens (policy brief). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 2020. DOI: 10.33787/CEG20200001

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Portugal). **Estatísticas do turismo**. Portal do INE, 2020a. Disponível em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine\\_tema&xpid=INE&tema\\_cod=1713](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_tema&xpid=INE&tema_cod=1713). Acesso em: 25 set. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Portugal). **Sistema de contas integradas das empresas**. Portal do INE, 2020b. Disponível em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine\\_tema&xpid=INE&tema\\_cod=1313](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_tema&xpid=INE&tema_cod=1313). Acesso em: 30 nov. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Portugal). **Interrupção quase total da atividade turística em abril de 2020**. Destaque: informação à comunicação social. Portal do INE, 2020c. Disponível em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=435435918&DESTAQUEStema=55581&DESTAQUESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=435435918&DESTAQUEStema=55581&DESTAQUESmodo=2). Acesso em: 29 mai. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Portugal). **Inquérito aos aeroportos e aeródromos**. Portal INE, 2020d. Disponível em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine\\_tema&xpid=INE&tema\\_cod=1712](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_tema&xpid=INE&tema_cod=1712). Acesso em: 30 nov. 2020.

HIRSCH, C. Europe's coronavirus lockdown measures compared: ways of enforcing social distancing differ from country to country. **Politico**, 2020. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/europes-coronavirus-lockdown-measures-compared/>. Acesso em: 23 nov. 2020.

MARTINS, C. **Covid-19**. No primeiro mês de reabertura, museus tiveram menos de 10% das visitas de há um ano. *Expresso*, 2020. Disponível em: [https://expresso.pt/coronavirus/2020-07-03-Covid-19.-No-primeiro-mes-de-reabertura-museus-tiveram-menos-de-10-das-visitas-de-ha-um-ano?utm\\_content=Dia%20de%20frenesi%20noticioso:%20Or&Atilde;&sect;amento,%20o%20pr&Atilde;&sup3;ximo%20ano%20letivo,%20turistas%20brit&Atilde;&cent;nicos.%20E%20o%20que%20diz%20a%20ministra%20da%20Presid&Atilde;&ordf;ncia%20sobre%20o%20&Atilde;&sup3;dio%20nas%20redes&utm\\_medium=newsletter&utm\\_campaign=441f14c3f3&utm\\_source=expresso-edd](https://expresso.pt/coronavirus/2020-07-03-Covid-19.-No-primeiro-mes-de-reabertura-museus-tiveram-menos-de-10-das-visitas-de-ha-um-ano?utm_content=Dia%20de%20frenesi%20noticioso:%20Or&Atilde;&sect;amento,%20o%20pr&Atilde;&sup3;ximo%20ano%20letivo,%20turistas%20brit&Atilde;&cent;nicos.%20E%20o%20que%20diz%20a%20ministra%20da%20Presid&Atilde;&ordf;ncia%20sobre%20o%20&Atilde;&sup3;dio%20nas%20redes&utm_medium=newsletter&utm_campaign=441f14c3f3&utm_source=expresso-edd). Acesso em: 03 jul. 2020.

UNWTO. **International tourism highlights, 2019 Edition**. World Tourism Organization, 2019. Disponível em: <https://www.unwto.org/publication/international-tourism-highlights-2019-edition>. Acesso em: 02 nov. 2020.

WTTC. **Economic impact reports – Portugal**. World Travel & Tourism Council, 2020. Disponível em: <https://wtcc.org/Research/Economic-Impact>. Acesso em: 02 nov. 2020.

---

<sup>i</sup> Na realidade, os números serão ainda mais altos pois as estatísticas não registram as unidades ditas de “alojamento local” com capacidade inferior a 10 camas, categoria que basicamente corresponde às habitações usadas comercialmente para hospedagem turística e arrendadas por curta duração através de plataformas eletrónicas.

## BIOGRAFIA DOS AUTORES E ORGANIZADORES

**Adauto Gomes Barbosa** - Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bacharel em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), campus Recife. Membro do grupo de pesquisa Cidades Litorâneas e Turismo (CILITUR/UFPE).

**Admilson Alcantara da Silva** - Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Matemática e Estatística pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bacharel em Estatística pela UFPA. Professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Coordenador de Estudos, Pesquisas, Estatísticas e Informação da Secretaria de Estado do Turismo do Pará (SETUR/PA).

**Ágila Flaviana Alves Chaves** - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Mestra em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA/UFPA. Bacharela em Turismo pela UFPA.

**Amilton Luiz Novaes** - Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Mestre em Agronegócios pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Bacharel em Administração pela UFMS. Professor da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados (FACE-UFGD).

**Ana Claudia Macedo Sampaio** - Doutora em Geografia e Mestra em Turismo pela Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Gestão Turística pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Professora do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

**Andressa Ferreira Ramalho Leite** - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestra e bacharela em Turismo pela UFRN. Professora do curso de tecnologia em Gestão de Turismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus Araguaína.

**Angela Teberga de Paula** - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mestra em Turismo pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharela em Turismo pela Universidade de São Carlos (UFSCar). Professora do curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

**Arístocles Rannyeri Nascimento de Lima** - Bacharel em Ciência da Computação pelo Centro Universitário do Norte (Uninorte). Graduando em Turismo pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA).



**Bianca Jaime Gerente** - Doutora em Ciências de Educação pela Universidade Católica do Porto. Mestra em Gestão e Administração Educacional e graduada em Direito pela Universidade Católica de Moçambique (UCM). Professora e pesquisadora investigadora da Faculdade de Gestão de Turismo e Informática da Universidade Católica de Moçambique.

**Camilla Andrade Lins** - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bacharela em Arquitetura e Urbanismo pela UFPE. Membro do Laboratório de Estudos sobre Espaço e Política, no grupo de pesquisa Cidades Litorâneas e Turismo (CILITUR/UFPE).

**Carlos Alberto Lidizia Soares** - Doutor e mestre em Engenharia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bacharel em Administração de Empresa pela Associação de Ensino Universitário (Uniabeu). Professor da Faculdade de Turismo e Hotelaria da UFF. Membro da Unidade de Pesquisa em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP) da Universidade de Aveiro. Líder do grupo de pesquisa Turismo Militar e vice-líder do grupo de pesquisa Hospitalidade e Inclusão.

**Carolina Todesco** - Doutora e mestra em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharela em Turismo pela Universidade de Sorocaba (UNISO). Professora do curso de Turismo da Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (FELCS/UFRN).

**Claudia Alejandra Troncoso** - Doutora e licenciada em Geografia pela Universidade de Buenos Aires. Pesquisadora adjunta do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (Conicet). Professora adjunta de Geografia Social do Departamento de Geografia da Universidade de Buenos Aires (Argentina).

**Claudia Corrêa de Almeida Moraes** - Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Mestra em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Licenciada em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bacharela em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Professora da Faculdade de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do MBA em Gestão de Serviços da UFF. Vice-líder do grupo de pesquisa Turismo, Gestão e Território.

**Cleber Gomes da Silva** - Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia pela UFPA. Bacharel em Turismo pela UFPA.

**Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo** - Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestra em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharela em Turismo pelo Centro Integrado de Ensino Superior do Amazonas (Ciesa). Professora da Escola Superior de Artes e Turismo da Universidade do Estado do Amazonas (ESAT/UEA).

**Cristina Pereira de Araujo** - Doutora e mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharela em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Membro do Laboratório de Estudos sobre Espaço e Política e Coordenadora do grupo de pesquisa Cidades Litorâneas e Turismo (CILITUR/UFPE).

**Daniel de Renzo Barretti** - Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Turismo pelo Centro Universitário Senac e bacharel em Geografia pela Universidade Pontifícia Católica de São Paulo (PUC-SP). Consultor em projetos socioambientais e relacionados ao turismo.

**Dário Manuel Isidoro Chundo** - Doutorando em Geografia, mestre em Educação/Ensino de Geografia e graduado em Ensino de História e Geografia pela Universidade Pedagógica de Maputo (UP). Docente e pesquisador da Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente da U.

**David Leonardo Bouças da Silva** - Doutor em Administração pela Universidade de Brasília (UnB). Doutorado sanduíche na Universitat Jaume I (Espanha). Mestre em Desenvolvimento Sustentável pela UnB. Especialização em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professor do Departamento de Turismo e Hotelaria da UFMA.

**Débora Rodrigues de Oliveira Serra** - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestra em Geografia pela UFPA. Bacharela em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), campus Barreirinhas.

**Deborah Rayanne Cabral Nogueira** - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bacharela em Turismo pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

**Denise Betânia Marques dos Santos** - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestra em Hotelaria e Turismo pela UFPE. Bacharela em Turismo pela Faculdade de Comunicação e Turismo de Olinda (Facotur). Membro do Laboratório de Estudos sobre Espaço e Política, no grupo de pesquisa Cidades Litorâneas e Turismo (CILITUR/UFPE).

**Dianine Censon** – Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestra em Sociologia e bacharela em Turismo pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Professora do curso de tecnologia em Gestão de Turismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus Araguaína.

**Eduarda Kratczuk Dobkowski** - Graduanda em Turismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora da iniciação científica vinculada ao projeto “Turismo em Tempos de Pandemia: uma abordagem geográfica pluri e trans-escalar para a cidade de Curitiba (PR)”.

**Eduardo Brito-Henriques** - Doutor em Geografia Humana e mestre em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local pela Universidade de Lisboa (ULisboa). Licenciado em Geografia e Planeamento Regional pela Universidade Nova de Lisboa. Professor do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa, onde é investigador integrado do Centro de Estudos Geográficos, e coordenador do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana: Globalização, Sociedade e Território e do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Comunicação da ULisboa.

**Edvaldo Cesar Moretti** - Doutor, mestre e bacharel em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professor titular da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia. Professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

**Elcivânia de Oliveira Barreto** - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestra, bacharela e licenciada em Geografia pela UFPA. Bacharela em Turismo pelo Instituto Esperança de Ensino Superior (Iespes).

**Eloise Silveira Botelho** - Doutora em Gestão de Iniciativas Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestra em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social pela UFRJ. Bacharela em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora do Departamento de Turismo e Patrimônio e do Programa de Pós Graduação em Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Vice-líder do grupo de pesquisa Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas e membro do Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Turismo e Cidades (INTERTUR).

**Fábia Trentin** - Doutora em Turismo, Lazer e Cultura pela Universidade de Coimbra (Portugal). Mestra em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi (UAM). Bacharela em Agronomia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Professora adjunta do Departamento de Turismo da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do Laboratório de Políticas, Governança e Turismo (LabGTur).

**Fernanda Raphaela Alves Dantas** - Mestra e bacharela em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

**Francisco Romão Banze** - Graduando em Informação Turística na Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) (Moçambique).

**Gizelle Prado da Silva Fonseca** - Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre, bacharela e licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professora efetiva da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT).

**Glaubécia Teixeira da Silva** - Doutora e mestra em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bacharela em Turismo pelo Centro Integrado de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Professora da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

**Hélsio Amiro Motany de Albuquerque Azevedo** - Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Bacharel em Turismo pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Professor e pesquisador da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique).

**Hermínio Pedro Mapanga** - Graduando em Informação Turística na Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) (Moçambique).

**Hugo Rogério Hage Serra** - Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Mestre, bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor de Geografia Regional da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Membro do Laboratório de Estudos Regionais do Sul e Sudeste do Pará (LERASSP).

**Iana Barreto Kiyotani** - Doutora em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Geografia e bacharela em Turismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do Departamento de Turismo e Hotelaria da UFPB. Membro do grupo de pesquisa Cidades Litorâneas e Turismo (CILITUR/UFPE).

**Isabel Jurema Grimm** - Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Desenvolvimento Regional pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Bacharela em Turismo pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste-PR). Coordenadora do mestrado profissional em Governança e Sustentabilidade do Instituto Superior de Administração e Economia do Mercosul (ISAE).

**Isabela de Fátima Fogaça** - Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Mestre em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Bacharela em Turismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e licenciada em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). Professora e vice-coordenadora do curso de Turismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Coordenadora do Observatório de Turismo e Lazer da Baixada Verde.

**Itamara Lúcia da Fonseca** - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestra e bacharela em Turismo pela UFRN.

**Izabela Rodrigues Paz** - Graduanda em Geografia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Bolsista de iniciação científica.

**Jonas Machado de Queirós** - Especialista em Gestão de Serviços com ênfase em Turismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bacharel em Turismo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Técnico em Hospedagem pelo Colégio Técnico da UFRRJ.

**José Julião da Silva** - Doutor em Geografia pela Universidade de Poitiers (França). Diploma de Estudos Aprofundados em Migrações, Espaços e Sociedade pela Universidade de Poitiers. Professor e pesquisador da Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente da Universidade Pedagógica de Maputo (Moçambique).

**José Júlio Júnior Guambe** - Doutor em Geografia pela Universidade Pedagógica de Maputo (UP). Mestre em População e Desenvolvimento pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Graduado em Ensino de História e Geografia pela UP. Professor e pesquisador da Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente da UP (Moçambique).

**José Manuel Cañizal Salceda** - Técnico especialista em Eletrônica Industrial e em Sistema de Energias Renováveis. Pesquisador independente na área de pesquisas relacionadas à análise geográfica da difusão espacial dos óbitos e casos de Covid-19 no estado de Mato Grosso e o turismo e a pandemia.

**Josiani Nascimento da Silva** - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bacharela em Turismo pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

**Joyce Avila de Oliveira** - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Mestra, bacharela e licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS).

**Karoline Batista Gonçalves** - Doutora e mestra em Geografia pela Universidade da Grande Dourados (UFGD). Bacharela em Relações Internacionais pela Faculdade Anhanguera de Dourados-MS. Membro do grupo de pesquisa Território e Ambiente da UFGD.

**Kassia Suelen da Silva Farias** - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Mestra em Planejamento do Desenvolvimento pela UFPA. Bacharela em Turismo pela UFPA.



**Katiuscia da Silva Auzier Antunes** - Mestra em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bacharela em Turismo pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Membro do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica (NEICAM).

**Laryssa Luana Ferreira dos Santos** - Discente do curso técnico em Hospedagem do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA).

**Leonardo Goes Pimpão Ferreira** - Graduando em Turismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador da iniciação científica vinculado ao projeto “Turismo em Tempos de Pandemia: uma abordagem geográfica pluri e trans-escalar para a cidade de Curitiba (PR)”.

**Linda Maria Rodrigues** - Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Mestra em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharela em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora do Departamento de Turismo e Hotelaria da UFMA.

**Luciano Muniz Abreu** - Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre e Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela UFRJ. Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial da UFRRJ. Líder do grupo de pesquisa Cidades Litorâneas e Turismo (CILITUR/UFRRJ).

**Luiz Geraldo Mendes** - Mestre em Física pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em Geoprocessamento e Georreferenciamento e em Gestão de Cidades e Planejamento Urbano pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Licenciado em Física pela UFMT. Servidor da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT).

**Mara Aline Ribeiro** - Doutora em Geografia pela Universidade de Campinas (Unicamp). Mestra em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Bacharela e licenciada em Geografia pela UFMS. Professora da UFMS, nos cursos de graduação em Ciências Sociais, Economia e Turismo e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (CPAN/UFMS).

**Maria Angélica Maciel Costa** - Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bacharela em Turismo pela Unicentro Newton Paiva (UNICNP). Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Membro do núcleo de estudos Água, Riscos e Territórios e do grupo de pesquisa Educação, Natureza e Sociedade e da Red Waterlat.

**Maria Antônia Valadares de Souza** - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Mestra em Ciências do Ambiente pela UFT. Bacharela em Geografia pela Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). Superintendente de Operações Turísticas e Projetos Estratégicos na Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa do Tocantins (Adetuc).

**Maria Aparecida Pontes da Fonseca** - Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestra em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharela em Geografia pela Universidade Estadual de São Paulo (Unesp). Professora titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Turismo da UFRN. Coordenadora do grupo interdisciplinar de pesquisa Turismo e Sociedade.

**Maria Goretti da Costa Tavares** - Doutora e mestra em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharela e licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora titular da Faculdade de Geografia e Cartografia da UFPA. Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA. Vice-líder do grupo de pesquisa Turismo em Tempos de Pandemia.

**Maria Jaqueline Elicher** - Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra, bacharela e licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Curso de Turismo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Coordena o grupo de pesquisa GeografiCidades.

**Matheus Gomes Lima** - Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

**Mayra Laborda Santos** - Mestra em Turismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bacharela em Turismo pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Professora conteudista da Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro. Membro do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica (NEICAM).

**Milene de Cássia Santos de Castro** - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mestra em Turismo e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

**Monique de Oliveira Serra** - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestra em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Técnica em Guia de Turismo Regional pelo Senac/MA. Bacharela em Turismo pela UFMA.



Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), campus Barreirinhas.

**Natascha Penna dos Santos** - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento no Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Mestre em Linguagens e Saberes da Amazônia pela UFPA. Bacharela em Turismo pela UFPA.

**Orimar Souza Santana Sobrinho** - Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília (UnB). Mestre, bacharel e licenciado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Coordenador de área do Projeto de Especialização Técnica em Atrativos Naturais e Culturais em Turismo do Norte e Centro-Oeste do Brasil (ANCTUR).

**Otávio Augusto Alves dos Santos** - Doutor e mestre em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bacharel e licenciado em Geografia pela UFPE. Professor do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Membro do grupo de pesquisa Cidades Litorâneas e Turismo (CILITUR/UFPE).

**Pablo Vitor Viana Pereira** - Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Bacharel em Turismo pela UFPA.

**Ringo Benjamim Victor** - Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Mestre em Solos e Qualidade de Ecossistemas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Graduado em Ensino de Geografia pela Universidade Pedagógica de Maputo (UP). Professor e pesquisador da Faculdade de Geociências e Ambiente da Universidade Púnguè (Moçambique).

**Rita de Cássia Ariza da Cruz** - Doutora, mestra, bacharela e licenciada em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora livre-docente da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP. Coordenadora geral do grupo de pesquisa Turismo em Tempos de Pandemia: uma análise multi e trans-escalar.

**Sandra Dalila Corbari** - Pós-doutoranda do Programa Cidades Globais do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre e bacharela em Turismo pela UFPR. Membro do grupo de pesquisa Turismo e Sociedade (UFPR).

**Sandra Maria Sousa da Silva** - Doutora em Ciências pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Mestre em Ciências Florestais e Ambientais pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bacharela em Turismo pela

Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora e pesquisadora adjunta III da UFOPA.

**Sara Pugliesi Larrabure** - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT/ULisboa), Portugal, onde é investigadora integrada do Centro de Estudos Geográficos. Mestra em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharela em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Franca (UNIFRAN).

**Simone Affonso da Silva** - Professora Adjunta no Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas (IGDEMA/UFAL) e Pesquisadora de Pós-Doutorado no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Doutora (2019) e Mestre (2014) em Geografia Humana pela USP. Possui licenciatura (2010) e bacharelado (2009) em Geografia pela mesma instituição.

**Stephanni Gabriella Silva Sudré** - Mestra em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT). Bacharela em Turismo pela UNEMAT. Professora do curso de tecnologia em Gestão de Turismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus Araguaína.

**Susy Rodrigues Simonetti** - Doutora e mestra em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bacharela em Turismo pelas Faculdades Objetivo. Professora do curso de Turismo e do mestrado interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e do mestrado profissional em Gestão de Áreas Protegidas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

**Terezinha de Jesus Campos de Lima** - Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestra em Gerontologia pela Unicamp. Bacharela em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer.

**Thais Zucheto de Menezes** - Mestra em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharela e licenciada em Geografia pela USP. Especialização em andamento em Meio Ambiente e Sustentabilidade pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

**Thays Regina Rodrigues Pinho** – Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutorado sanduíche na Université du Québec à Montréal (Canadá). Mestra em Gestão e Políticas Ambientais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

**Thiago Allis** - Doutor em Arquitetura e Urbanismo, mestre em Integração da América Latina e bacharel em Turismo pela Universidade de São Paulo (USP).

Professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Turismo da EACH-USP.

**Valdirene Gomes dos Santos de Jesus** - Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestra em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Licenciada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Professora do curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

**Victoriana Augusta Mahache** - Graduanda em Informação Turística na Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) (Moçambique).

**Vitória Carolina Cavalcante Lacerda** - Graduanda em Turismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora da iniciação científica vinculada ao projeto “Turismo em Tempos de Pandemia: uma abordagem geográfica pluri e trans-escalar, para a cidade de Curi

